

RELATÓRIO SEMESTRAL
DO BANCO SANTANDER TOTTA, SA



Janeiro – Junho

2013

3	Principais Indicadores
4	Órgãos Sociais
6	Enquadramento da Actividade
9	Informação Económica e Financeira
16	Áreas de Negócio
21	Gestão de Risco
27	Informação Complementar e Anexos
29	Demonstrações Financeiras Consolidadas
35	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

PRINCIPAIS INDICADORES

BALANÇO E RESULTADOS (milhões de euros)	Jun-13	Jun-12	%
Ativo Líquido	39.033	40.223	-3,0%
Crédito Líquido	26.743	28.318	-5,6%
Recursos de Clientes	27.687	27.218	+1,7%
Capital Próprio + Passivos Subordinados	2.378	2.112	+12,6%
Margem Financeira Estrita	246,6	282,2	-12,6%
Comissões Líquidas e Out.Resultados Atividade Bancária	165,7	176,8	-6,3%
Produto Bancário	422,9	539,3	-21,6%
Resultado de Exploração	186,5	304,8	-38,8%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	45,5	64,0	-28,8%
Resultado Líquido	24,2	52,1	-53,6%

RÁCIOS	Jun-13	Jun-12	%
ROE	2,8%	7,5%	-4,8 p.p.
ROA	0,1%	0,3%	-0,1 p.p.
Rácio de Eficiência	55,9%	43,5%	+12,4 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios Base (Tier I) *	12,7%	10,9%	+1,8 p.p.
Core Capital *	10,9%	9,5%	+1,4 p.p.
Crédito Vencido a mais de 90 dias / Crédito Total	3,6%	2,9%	+0,7 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	3,6%	2,9%	+0,7 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	5,4%	4,0%	+1,3 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido a mais de 90 dias	105,0%	100,7%	+4,3 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	103,4%	99,6%	+3,8 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	69,9%	71,4%	-1,4 p.p.
Rácio de Transformação**	126,7%	136,3%	-9,6 p.p.

NOTAÇÕES DE RATING	Jun-13	Jun-12	%
FitchRatings			
curto prazo	F3	F3	
longo prazo	BBB-	BBB-	
Moody's			
curto prazo	NP	NP	
longo prazo	Ba1	Ba1	
Standard & Poor's			
curto prazo	B	B	
longo prazo	BB	BB	
DBRS			
curto prazo	R-1L	R-1L	
longo prazo	BBBH	AL	

OUTROS DADOS	Jun-13	Jun-12	%
Colaboradores	5.576	5.670	-94
Colaboradores em Portugal	5.527	5.620	-93
Pontos de Atendimento	651	684	-33
Total de Agências e Centros Empresa em Portugal	635	659	-24

* Com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Calculado de acordo com a definição do "Memorando de Entendimento"



BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**Mesa da Assembleia Geral**

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	Luís Manuel Baptista Figueiredo

Conselho de Administração

Presidente	António Basagoiti Garcia-Tuñón
Vice-Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	Carlos Manuel Amaral de Pinho
	Eduardo José Stock da Cunha
	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Urgel Moura Leite Maia
	José Manuel Alves Elias da Costa
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C.
	Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Alves Guerra

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

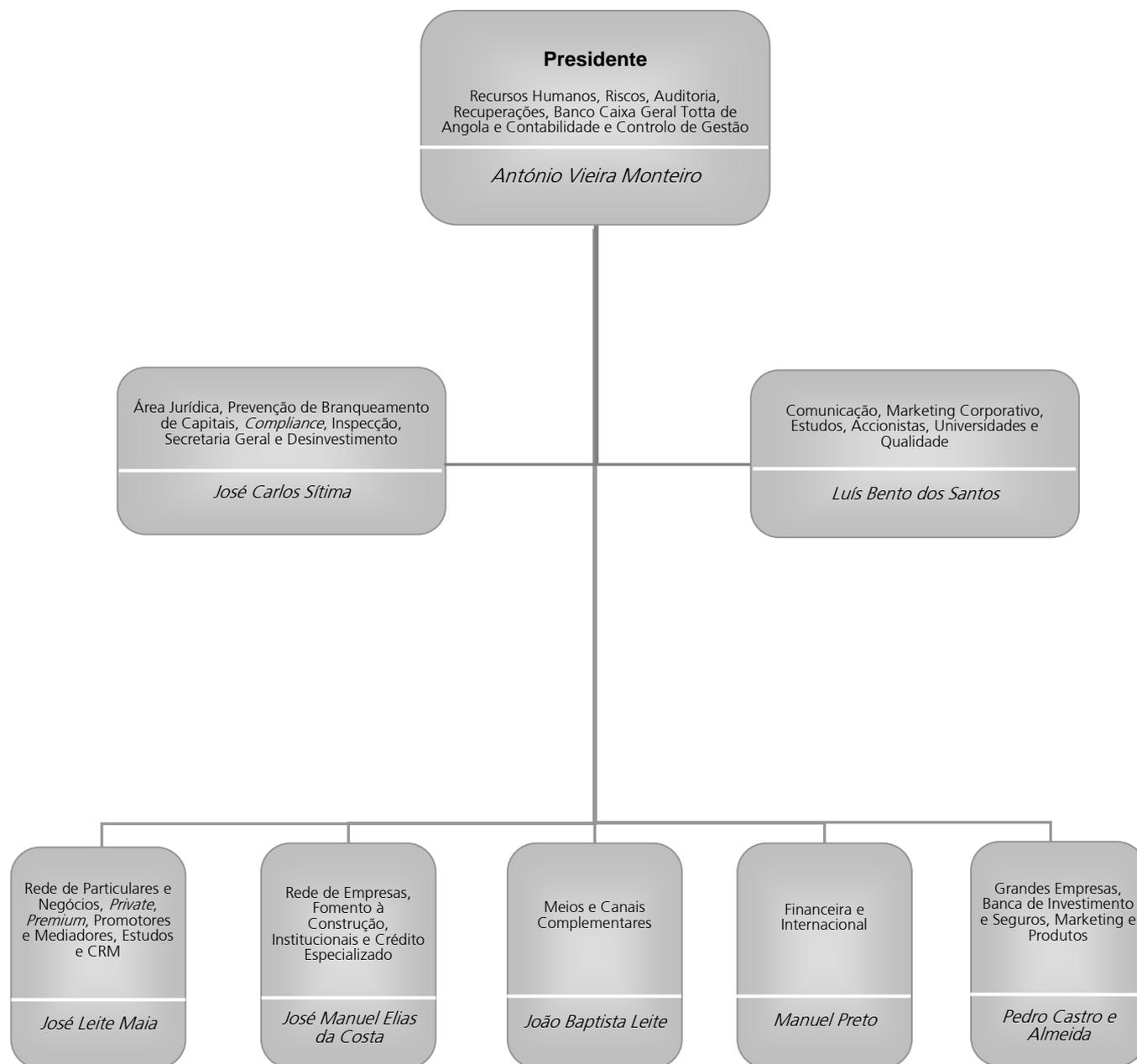
Comissão Executiva

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Manuel Alves Elias da Costa
	José Urgel Moura Leite Maia
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo	Luís Manuel Batista Figueiredo
Suplente	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

Organigrama Funcional da Comissão Executiva



ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

Economia Internacional

A actividade económica global continuou, no primeiro semestre, a caracterizar-se por uma relativa debilidade, em linha com as tendências iniciadas no final de 2012, com as sucessivas ondas de choque da crise da dívida soberana na zona euro.

Fruto desta debilidade, o FMI, em Julho, reviu em baixa as perspectivas de crescimento, quer para o corrente ano, quer para 2014. Essa revisão seria generalizada, não se limitando à zona euro, mas estendendo-se aos mercados emergentes. A debilidade da procura nos mercados desenvolvidos está a afectar os seus principais fornecedores, como a China, onde as autoridades iniciaram um debate sobre o novo objectivo de crescimento, abaixo do “referencial” de cerca de 8%.

Na zona euro, durante quase todo o primeiro semestre do ano, os indicadores económicos reflectiram uma deterioração das condições económicas, com um agravamento da recessão, de forma relativamente generalizada em todo o espaço da moeda única.

A deterioração da confiança económica foi agravada por outros dois factores, de relevância elevada. Em Itália, as eleições gerais de Fevereiro resultaram num impasse, sem uma maioria clara, o que dificultou o processo de formação do novo Governo (que demorou mais de um mês). O equilíbrio do apoio parlamentar é ainda delicado, o que se afigura um factor de risco não negligenciável.

Em Chipre, o sector bancário necessitou de um plano de recuperação, após os impactos negativos, em termos de resultados e de capital, da exposição à Grécia. Os maiores bancos do país não só tinham uma presença física de relevo na Grécia, como detinham elevados volumes de dívida pública grega, sofrendo assim perdas maciças com a reestruturação da dívida grega, ocorrida no ano transacto. O montante de apoio necessário (cerca de 17 mil milhões de euros) equivale a cerca de 100% do PIB, o que conduziria a uma situação insustentável das contas públicas. Para minimizar o plano externo de apoio, foi decidido que os depositantes cipriotas incorreriam em perdas, assim quebrando um tabu inviolado desde o início da crise: a defesa dos depositantes.

Numa primeira versão, todos os depositantes, de todos os bancos, seriam taxados, sendo esse montante (até 7 mil milhões de euros) utilizado para a recapitalização do sector. Em contrapartida, os depositantes receberiam acções do banco. As ondas de choque e os riscos de contágio a outros países levaram a uma revisão do plano. O Banco Laiki, o segundo maior do país, foi encerrado,

com os depósitos até 100 mil euros transferidos para o Banco do Chipre (o maior do país), enquanto os depósitos mais elevados foram transferidos para um “bad bank”, e serão recuperados com a recuperação dos activos mais problemáticos, igualmente transferidos para essa instituição.

O Banco do Chipre foi intervencionado: os accionistas e detentores de dívida viram a sua posição virtualmente eliminada contra perdas, enquanto os depositantes com depósitos superiores a 100 mil euros sofreram uma conversão forçada dos seus depósitos em acções do banco, num montante equivalente a 47,5% do depósito. Deste modo, o banco cumpre o requisito de um rácio de capital core Tier I mínimo de 9%.

Fruto desta evolução económica, o Banco Central Europeu desceu as taxas de juro de referência, para o mínimo histórico de 0,5% e, já em Julho, alterou pronunciadamente a sua estratégia de comunicação: abandonou o tradicional discurso de não pré-compromisso, adoptando antes uma indicação clara de que as taxas de juro permanecerão em mínimos históricos (os actuais ou mesmo níveis inferiores) durante um período de tempo prolongado, até que a recuperação económica ganhe sustentação. A avaliação desta sustentabilidade será efectuada com recurso a indicadores de preços, de actividade e de condições financeiras nos mercados monetário e de crédito.

Já no final do semestre, e mais claramente no início do terceiro trimestre, os dados económicos europeus sinalizaram uma recuperação, mais forte do que o inicialmente antecipado, destacando-se a melhoria do indicador de actividade industrial PMI (Purchase Managers Index) para o nível mais elevado em dois anos. O BCE, contudo, considera que estes dados apenas validam o seu cenário central, sinalizando que será necessário um crescimento económico mais sólido para alterar o seu posicionamento.

Os EUA destacam-se, em termos de crescimento económico. Apesar de alguma volatilidade, a economia tem crescido, com a recuperação da procura interna a compensar os efeitos negativos dos cortes automáticos da despesa pública. O consumo privado beneficia claramente da descida da taxa de desemprego para os níveis mais baixos desde 2008 e da valorização dos mercados accionistas para máximos históricos.

Neste enquadramento, a Reserva Federal anunciou estar a estudar a possibilidade de terminar a sua política monetária expansionista não convencional. Os investidores leram nestas declarações a quase retirada

imediate da liquidez excedentária injectada na economia, reagindo em conformidade (as yields a 10 anos subiram de forma acentuada), levando os responsáveis pela definição da política monetária a várias declarações visando acalmar os receios e indiciando que a liquidez permanecerá, apenas a Reserva Federal, numa primeira fase, deixaria de adquirir novos títulos de dívida pública e securitizações (actualmente ao ritmo mensal de 85 mil milhões de dólares).

No Japão, o Banco Central lançou um agressivo programa de "quantitative easing", no qual se propõe duplicar a base monetária nos próximos dois anos, para elevar a inflação até 2%.

Economia Portuguesa

Após uma moderação do ritmo de contracção no primeiro trimestre, a actividade económica poderá ter registado um ligeiro crescimento positivo no segundo trimestre de 2013, o que configura a primeira taxa de variação em cadeia positiva desde o terceiro trimestre de 2010. Em resultado, o ritmo de contracção acumulado no ano deve ser ligeiramente menos pronunciado do que o anteriormente estimado: o Banco de Portugal reviu a taxa de crescimento para -2,0% (face a -2,3%).

Todas as componentes da procura agregada terão tido contributos positivos para o crescimento em cadeia. Ao nível do consumo privado, a informação disponível revela um aumento da despesa pelas famílias, em linha com a redução do desemprego, que no segundo trimestre caiu para 16,4%, fruto da criação de 72 mil empregos no trimestre. Ainda que sendo sobretudo uma situação sazonal, é a primeira redução do desemprego em mais de dois anos. O volume de pagamentos electrónicos reportados pela SIBS, e que tem uma boa correlação com as vendas a retalho, já está em linha com o volume realizado no mesmo período de 2012.

O investimento terá evoluído positivamente face ao trimestre anterior, embora esteja ainda abaixo dos níveis verificados no mesmo período de 2012. A actividade de construção terá aumentado, embora apenas corrigindo a queda observada no 1T2013, e o investimento em máquinas e equipamentos, por um lado, e em material de transporte, por outro, terá, também, aumentado. O inquérito ao investimento, realizado pelo INE, revela uma quase estagnação do investimento empresarial em 2013 (uma variação nominal negativa de 2,1% em 2013 face a -28,1% em 2012), sendo essa moderação sentida também no sector da indústria transformadora.

A procura externa líquida continua a ter um importante contributo para o crescimento do PIB. Nos primeiros cinco meses do ano, as exportações de bens e serviços cresceram 4,9%, em termos nominais, enquanto as importações caíram 2,9%. Em resultado, o saldo positivo

ampliou-se para 900 milhões de euros (que compara com um saldo global de 100 milhões no ano de 2012). A recuperação das exportações é generalizada, incluindo as vendas para a zona euro (as exportações para Espanha, o principal parceiro comercial, cresceram 7,4% neste período).

A execução orçamental, numa óptica de caixa, continua a evidenciar uma recuperação da receita fiscal, em especial em sede de IRS e de IVA (este imposto em linha com os dados do consumo privado). Até Maio, o défice das Administrações Públicas, no âmbito do PAEF, situava-se em redor de 1,5 mil milhões de euros, abaixo da meta prevista.

No entanto, em contabilidade nacional, o défice no primeiro trimestre situou-se em 10,6% do PIB, afectado por factores pontuais, tais como os encargos com a recapitalização do Banif (750 milhões de euros). Sem estes factores, o défice situou-se em 8,8% do PIB. A meta acordada para o corrente ano é de 5,5% do PIB.

Em Julho, a substituição do Ministro das Finanças por Maria Luís Albuquerque, gerou uma crise política, com divergências na coligação PSD-CDS/PP, a qual seria sanada no final do mês, com uma remodelação governamental, na qual o CDS obteve maiores responsabilidades na coordenação das políticas económicas e da relação com a Troika. Fruto do impasse vivido durante cerca de três semanas, a oitava avaliação do PAEF foi adiada para o final de Agosto, sendo realizada conjuntamente com a 9ª avaliação.

A agência de notação de risco S&P reagiu a esta percepção de deterioração do risco político, recuperando o *outlook* negativo para a dívida pública portuguesa, que havia passado a neutral há alguns meses atrás. No primeiro semestre do ano, a República Portuguesa deu importantes passos na recuperação do acesso aos mercados globais. Em Janeiro, realizou uma emissão de dívida a 5 anos, através de uma emissão sindicada, de 2,5 mil milhões de euros, da OT Outubro 2017, com a procura, contudo, ainda concentrada em investidores com perfis de investimento de mais curto prazo.

Em Maio, realizou uma nova emissão, desta vez a 10 anos, com um novo benchmark (OT Fevereiro 2024), com um cupão de 5,65%. O Tesouro aproveitou a descida das *yields* abaixo de 6%, num contexto de procura forte por investidores estruturais (incluindo fundos de pensões e companhias de seguros) não residentes.

Ao longo de todo o semestre, a República manteve a sua presença nos mercados de dívida de curto prazo, com a emissão de Bilhetes do Tesouro. A procura tem permanecido elevada e as taxas de juro têm vindo a diminuir de forma sistemática. No leilão de Julho, realizado ainda durante o período de maior incerteza

política, as taxas de juro subiram, mas apenas marginalmente.

O sector bancário, no primeiro semestre de 2013, concluiu em grande medida o processo de ajustamento que lhe foi imposto no âmbito do programa de assistência económica e financeira. A redução do rácio crédito/depósitos ocorrida até ao final de 2012 (quando se situava já em 127,5%) levou a que o mesmo deixasse de ser obrigatório, embora os bancos devam manter-se em redor desses níveis. Isso permitiu flexibilizar a política de captação de recursos, o que, num contexto de pressão sobre a margem financeira, se reflectiu numa descida ligeira das taxas de juro praticadas.

O inquérito mais recente às condições nos mercados de crédito revela uma moderação nas condições de concessão de crédito, por parte do sector bancário, enquanto as empresas começam a evidenciar alguns sinais tímidos de procura de crédito.

A recapitalização do Banif, com recurso a fundos públicos, concluiu também o processo iniciado em 2012. No final do primeiro semestre, todos os bancos tinham rácios de capital core Tier I acima dos 10% exigidos, enquanto BCP, BPI e CGD concluíam as negociações com a DGCom da UE para definir as medidas correctivas necessárias em contrapartida ao acesso ao fundo público de recapitalização.

Principais riscos e incertezas no segundo semestre de 2013

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no segundo semestre estão relacionados com factores domésticos e externos.

A nível internacional, os factores de risco estão relacionados com as mais fracas perspectivas de crescimento económico, como evidenciado na revisão de previsões pelo FMI. O mais lento ritmo de crescimento nos mercados emergentes acresce, nas economias desenvolvidas, aos efeitos do processo de consolidação orçamental. Na zona euro, em Setembro, há eleições gerais na Alemanha, que se pode revelar um factor de incerteza, embora o cenário central seja de continuidade da coligação. O término do programa de ajustamento na Irlanda, no final do ano, também será um factor de incerteza, ao permitir avaliar a plena capacidade de um país em ajustamento em recuperar a capacidade de acesso aos mercados financeiros globais, assim lançando as bases do que será a transição de Portugal, que termina o seu programa em Junho de 2014.

A nível nacional, as principais incertezas são de dois níveis. Por um lado, a sustentabilidade da recuperação da actividade económica. A melhor evolução no segundo trimestre deve ainda ser percebida como uma

estabilização, estando a recuperação dependente da melhoria da economia internacional e da confiança dos agentes económicos. Por outro lado, houve um aumento dos riscos políticos, após o “diferendo” que opôs, em Julho, os dois partidos da coligação. Apesar de resolvido, é necessário recuperar a confiança afectada na sustentabilidade política, por exemplo através da apresentação atempada da proposta de Orçamento do Estado para 2014.

Neste contexto, a apresentação de um programa de reforma das Administrações Públicas, profundo e sustentado, é fundamental, quer para cumprir as metas orçamentais acordadas com as instituições internacionais, quer para concluir com sucesso as oitava e nona avaliações do programa de ajustamento económico e financeiro. Este programa deve permitir a redução da despesa pública, sem necessidade de medidas adicionais ao nível da tributação sobre o rendimento.

Ao nível do sector financeiro, os riscos estão associados ao ciclo económico e ao impacto que o agravamento do risco de crédito tem sobre as provisões para imparidade e, conseqüentemente, sobre a rentabilidade do sector, que continua negativa para algumas das maiores instituições. Esta situação pode afectar a percepção de solidez do sector e requerer, em última instância, uma nova vaga de recapitalização, se os rácios mínimos de 10% estiverem em risco.

As novas regras do BCE quanto ao colateral nas operações de refinanciamento regulares são um factor de risco para o sector bancário nacional. Verificou-se um agravamento dos *haircuts* aplicados à dívida pública nacional e estão a ser revistas as condições de utilização de *pools* homogéneas de crédito. Esta possibilidade de utilização da carteira de crédito, e que foi implementada no início de 2012, tinha reduzido significativamente o risco de liquidez do sector financeiro nacional.

Actividade Consolidada

Introdução

O contexto económico recessivo tem penalizado o volume de negócio, a qualidade dos activos e os resultados do sector financeiro. Neste enquadramento adverso, o Banco Santander Totta prosseguiu com a sua estratégia baseada na vinculação dos clientes, no controlo do crédito vencido e na solidez da estrutura operacional e de balanço.

O rácio de transformação, que relaciona o crédito líquido com os depósitos, atingiu 126,7% no final de Junho de 2013, representando uma melhoria de 9,6 p.p. face ao período homólogo.

O rácio de adequação de fundos próprios de base Tier I atingiu 12,7% (com variação homóloga de +1,8 p.p.) e o rácio Core Capital situou-se em 10,9%, em Junho de 2013, com uma melhoria de +1,4 p.p., em relação a Junho de 2012, demonstrando a solidez do balanço da instituição e a sua capacidade de gerar internamente capital, sem necessidade de acesso às linhas públicas de apoio ao sector bancário.

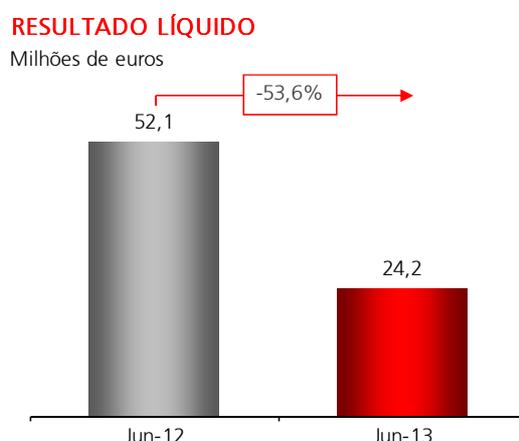
O rácio de crédito em risco fixou-se em 5,4% (+1,3 p.p. do que o verificado no período homólogo), afectado pela deterioração da qualidade do crédito, numa conjuntura económica recessiva.

O Banco Santander Totta dispõe de uma carteira de activos elegíveis como garantia nas operações de financiamento junto do Eurosistema, que no final de Junho de 2013 se cifrou em 12,5 mil milhões de euros. Por sua vez, o financiamento líquido obtido no Banco Central Europeu situou-se em 5,5 mil milhões de euros, diminuindo 0,4 mil milhões de euros em relação ao valor

registado em Junho de 2012. Na evolução face ao trimestre anterior verificou-se um aumento de 1,6 mil milhões de euros traduzindo essencialmente o vencimento de uma emissão de obrigações hipotecárias no valor de mil milhões de euros.

No final do primeiro semestre de 2013, registou-se um resultado líquido consolidado de 24,2 milhões de euros, que compara com 52,1 milhões de euros no período homólogo, condicionado pelo decréscimo das receitas, num enquadramento de desalavancagem de balanço. No entanto, destaca-se o facto do resultado alcançado no segundo trimestre de 2013 evidenciar uma melhoria em relação ao do trimestre anterior, mediante o incremento das receitas, o decréscimo dos custos operacionais e a estabilização das provisões para imparidade.

O produto bancário desceu, em termos homólogos, 21,6%, totalizando 422,9 milhões de euros, evolução que foi influenciada pela mais-valia registada no primeiro trimestre de 2012, na recompra de títulos emitidos no âmbito de operações de securitização de créditos. Os custos operacionais, de 236,4 milhões de euros, quase estabilizaram (+0,8%) em relação ao valor verificado em Junho de 2012, e a imparidade e provisões líquidas de 147,5 milhões de euros, reduziram em termos homólogos 39,9%, devido à menor necessidade de provisionamento, de acordo com o requerido pelo modelo de imparidade, e do registo em 2012 de provisões voluntárias, para anular o proveito acima referido, como medida de prudência num enquadramento de recessão económica.



Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (milhões de euros)

	Jun-13	Jun-12	%
Margem Financeira Estrita	246,6	282,2	-12,6%
Rendimento de Instrumentos de Capital	1,0	1,6	-37,3%
Margem Financeira	247,7	283,8	-12,7%
Comissões Líquidas e Outros Resultados da Atividade Bancária	165,7	176,8	-6,3%
Margem Comercial	413,4	460,6	-10,3%
Resultado de Operações Financeiras	9,6	78,7	-87,9%
Produto Bancário	422,9	539,3	-21,6%
Custos Operacionais	(236,4)	(234,5)	+0,8%
Resultado de Exploração	186,5	304,8	-38,8%
Imparidade e Provisões Líquidas	(147,5)	(245,5)	-39,9%
Equivalência Patrimonial	6,5	4,6	+40,9%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	45,5	64,0	-28,8%
Impostos	(21,3)	(11,8)	+80,7%
Interesses Minoritários	(0,0)	0,0	-174,9%
Resultado Líquido	24,2	52,1	-53,6%

No final de Junho de 2013, o Banco Santander Totta registou um resultado líquido consolidado de 24,2 milhões de euros, comparando com 52,1 milhões de euros alcançados em Junho de 2012. As receitas diminuíram 21,6%, os custos operacionais quase estabilizaram (0,8%) e a imparidade e provisões líquidas apresentaram uma descida homóloga de 39,9%.

A margem financeira estrita ascendeu a 246,6 milhões de euros, equivalente a um decréscimo homólogo de 12,6%. Esta evolução reflectiu a descida da Euribor, a concorrência na captação de depósitos e a diminuição do crédito concedido. Ressalta-se que no 2º trimestre, comparativamente ao primeiro trimestre do ano, ocorreu uma melhoria de 13,1% na margem financeira, em consequência do menor custo do financiamento obtido junto do Banco Central Europeu e dos depósitos de clientes.

As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária situaram-se em 165,7 milhões de euros, evidenciando uma variação homóloga de -6,3%, em comparação com o valor atingido no final de Junho de 2012, para a qual contribuíram comissões inferiores de meios de pagamento, de crédito e de seguros, parcialmente compensadas por comissões superiores de *Global Banking and Markets* e de fundos de investimento.

A margem comercial ascendeu a 413,4 milhões de euros, diminuindo 10,3% em termos homólogos, embora com uma melhoria de 8,4% entre o valor registado no segundo e no primeiro trimestre deste ano.

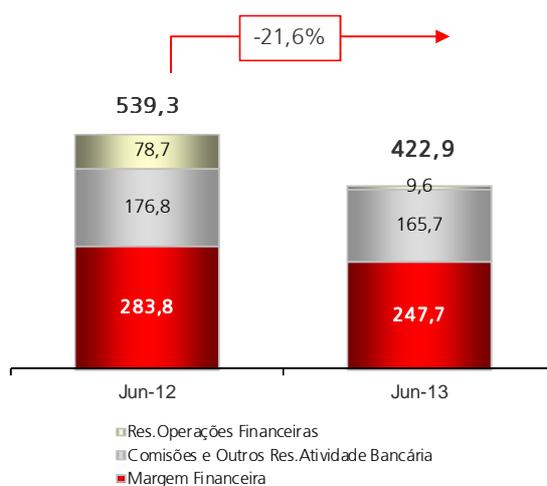
O resultado de operações financeiras ascendeu a 9,6 milhões de euros (-87,9% do que em igual período do ano passado). Salienta-se o aumento do resultado de operações de derivados de clientes, embora minorado pela mais-valia obtida na operação de recompra de títulos emitidos no âmbito de operações de securitização de créditos, no primeiro trimestre de 2012.

A evolução das receitas traduziu-se num produto bancário de 422,9 milhões de euros, com um decréscimo de 21,6% em relação a Junho de 2012, influenciado em grande parte pelo ganho não recorrente registado no primeiro trimestre de 2012, como atrás foi mencionado. Na comparação entre os valores registados em cada trimestre deste ano, constata-se um crescimento de 8,7%.



PRODUTO BANCÁRIO

Milhões de euros



Os custos operacionais situaram-se em 236,4 milhões de euros, +0,8% em relação ao valor do primeiro semestre de 2012. Efectuando a análise por agregado, os custos com pessoal de 139,1 milhões de euros aumentaram 4,5%, evolução que foi afectada pela alteração legislativa, ocorrida em 2012, no cálculo do subsídio de morte. Excluindo este efeito, os custos com pessoal teriam diminuído 2,0% e os custos operacionais

decreceriam 2,8%, espelhando o encerramento de postos de atendimento e a redução de pessoal, de forma a adaptar a capacidade instalada à actual procura de serviços bancários. Os gastos gerais totalizaram 66,7 milhões de euros, decrescendo 2,9%, e as amortizações ascenderam a 30,6 milhões de euros, -6,4% em relação ao valor registado há um ano atrás.

CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros)

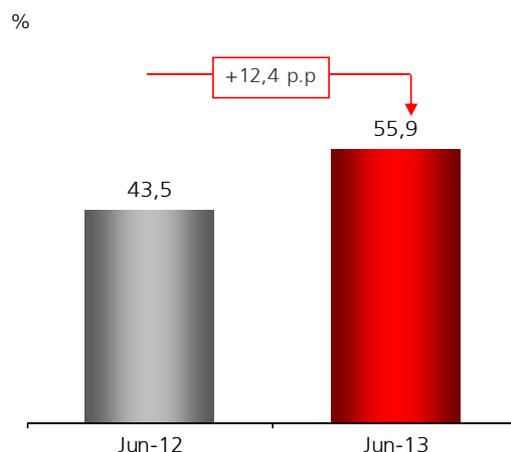
	Jun-13	Jun-12	%
Custos com Pessoal	(139,1)	(133,1)	+4,5%
Gastos Gerais	(66,7)	(68,7)	-2,9%
Custos de Transformação	(205,8)	(201,8)	+2,0%
Amortizações	(30,6)	(32,7)	-6,4%
Custos Operacionais	(236,4)	(234,5)	+0,8%
Rácio de Eficiência (exclui amortizações)	48,7%	37,4%	+11,2 p.p.
Rácio de Eficiência	55,9%	43,5%	+12,4 p.p.

O rácio de eficiência, que representa os custos operacionais em percentagem do produto bancário, fixou-se em 55,9%, +12,4 p.p. do que o apresentado em Junho de 2012, dado as receitas terem decrescido 21,6% e os custos operacionais terem aumentado 0,8%.

compara com 304,8 milhões de euros registados em Junho de 2012 (-38,8%). Neste agregado, salienta-se o melhor desempenho do segundo trimestre de 2013, face ao primeiro, mediante uma melhoria de 23,3%.

Finalizado o primeiro semestre de 2013, o resultado de exploração totalizou 186,5 milhões de euros, que

RACIO DE EFICIÊNCIA



Quanto a indicadores de produtividade, destaca-se a evolução favorável dos recursos por colaborador e por

ponto de atendimento, relevante num contexto macroeconómico recessivo.

PRODUTIVIDADE

	Jun-13	Jun-12	%
Crédito ⁽¹⁾ por Colaborador	5,2	5,4	-3,5%
Recursos por Colaborador	5,0	4,8	+3,4%
Crédito ⁽¹⁾ por Ponto de Atendimento ⁽²⁾	44,5	44,6	-0,3%
Recursos por Ponto de Atendimento ⁽²⁾	42,5	39,8	+6,9%

(1) Inclui garantias

(2) Inclui balcões, centros de empresa e escritórios de representação

A dotação para imparidade e provisões líquidas totalizou 147,5 milhões de euros em comparação com 245,5 milhões de euros registados no período homólogo, com uma variação de -39,9%. Esta evolução deriva não só da constituição de provisões voluntárias, no 1º trimestre de 2012, como medida de prudência, anulando assim o ganho obtido na operação de recompra de títulos emitidos no âmbito de operações de securitização de créditos, mas também pela menor necessidade de provisões requeridas pelo modelo de imparidade. É de salientar que o nível de provisões para imparidade constituídas estabilizou nos 2 primeiros trimestres de 2013.

O resultado de subsidiárias reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, no valor de 6,5 milhões de euros e 40,9% acima do valor registado há um ano atrás, englobou a apropriação do resultado da participação no Banco Caixa Geral Totta de Angola, na Unicre-Instituição Financeira de Crédito e na Benim-Sociedade Imobiliária (empresa detida indirectamente pelo Banco por via da TottaUrbe-Empresa de Administração e Construções).

No final de Junho de 2013, o resultado antes de impostos de 45,5 milhões de euros diminuiu 28,8% em relação aos

64,0 milhões de euros de Junho de 2012. O resultado líquido consolidado cifrou-se em 24,2 milhões de euros, decrescendo face aos 52,1 milhões de euros registados em Junho de 2012. Na comparação entre o resultado líquido registado no primeiro e no segundo trimestre de 2013, verificou-se uma melhoria significativa de +134,6%.

Balanço e Actividade

No final do primeiro semestre de 2013, o volume de negócio situou-se em 56,6 mil milhões de euros, evidenciando uma variação de -1,9% em relação a Junho de 2012.

O crédito (incluindo garantias e avales) diminuiu 5,1%, atingindo 29,0 mil milhões de euros, sendo de salientar, contudo, o aumento de 1,6%, em relação ao final do ano passado, no crédito concedido a empresas. Os recursos de clientes ascenderam a 27,7 mil milhões de euros, crescendo 1,7%, traduzindo o incremento de 4,6% nos recursos de balanço e o decréscimo de 7,2% nos recursos fora de balanço.



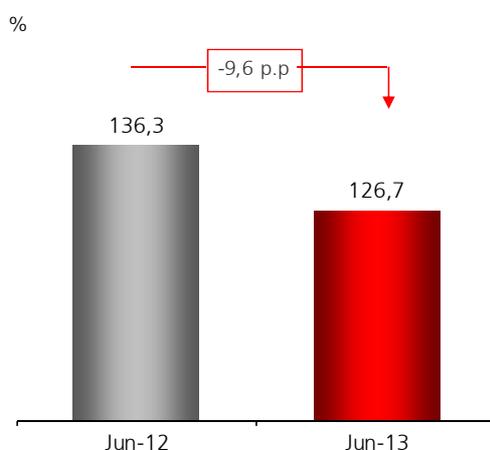
VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)

	Jun-13	Jun-12	%
Volume de Negócio	56.640	57.741	-1,9%
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	28.953	30.523	-5,1%
Recursos de Clientes	27.687	27.218	+1,7%

No último ano, o gap comercial reduziu-se em 1,9 mil milhões de euros e o rácio crédito/depósitos continuou a sua trajectória descendente, diminuindo 9,6 p.p., fixando-

se em 126,7% em Junho de 2013 (rácio calculado de acordo com a definição estabelecida no Memorando de Entendimento).

CRÉDITO/DEPÓSITOS



O crédito (incluindo garantias e avales) de 29,0 mil milhões de euros decresceu 5,1% face ao período

homólogo, com variações anuais de -6,3% no crédito a empresas e de -3,5% no crédito a particulares.

CRÉDITO (milhões de euros)

	Jun-13	Jun-12	%
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	28.953	30.523	-5,1%
Crédito Bruto	27.788	29.156	-4,7%
<i>do qual</i>			
Crédito a Particulares	17.481	18.118	-3,5%
<i>do qual</i>			
Habitação	15.536	16.014	-3,0%
Consumo	1.404	1.487	-5,6%
Crédito a Empresas	9.886	10.556	-6,3%

O Banco Santander Totta tem desenvolvido a sua actividade num contexto económico recessivo, marcado pela menor procura de crédito pelos clientes, bem como pelo agravamento do perfil de risco destes. Apesar disso, a solidez do balanço e a posição confortável de liquidez do Banco permitiu continuar a disponibilizar crédito ao

sector empresarial economicamente viável. No final de Junho de 2013, a carteira de crédito concedido a empresas cifrou-se em 9,9 mil milhões de euros, quebrando a tendência de descida, mediante um aumento de 1,6% em relação ao final de 2012. O Banco tem uma posição destacada nas Linhas PME



Investe/Crescimento, reflectida na colocação de mais de 15 mil operações, no valor de cerca de 1,7 mil milhões de euros. Por seu turno, no âmbito da campanha Crédito Activação, foram aprovadas mais de 5 mil operações no montante de cerca de 2 mil milhões de euros.

O crédito concedido a particulares cifrou-se em 17,5 mil milhões de euros, traduzindo um decréscimo homólogo de 3,5%, com uma variação de -3,0% no crédito à habitação e uma diminuição de -5,6% no crédito ao consumo.

A recessão da economia tem-se repercutido negativamente no rendimento disponível das famílias e no emprego, originando a deterioração da qualidade da

carteira de crédito da banca. Para fazer face a esta situação, o Banco Santander Totta implementou um modelo de gestão dirigido a clientes de risco, baseado na antecipação dos primeiros sinais de incapacidade de reembolso, de forma a evitar a degradação do incumprimento. No final de Junho de 2013, o rácio de crédito com incumprimento cifrou-se em 3,6%, superior aos 2,9% verificados um ano antes, com cobertura por provisões de 103,4% (+3,8 p.p. do que no período homólogo). O crédito em risco (o qual considera o crédito vencido, vincendo e reestruturado) representou 5,4% do crédito total (4,0% no período homólogo), com cobertura por provisões de 69,9% (71,4% em Junho de 2012).

INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	Jun-13	Jun-12	%
Credito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	3,7%	3,0%	+0,7 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	3,6%	2,9%	+0,7 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	3,6%	2,9%	+0,7 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	5,4%	4,0%	+1,3 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	100,4%	94,8%	+5,6 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	105,0%	100,7%	+4,3 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	103,4%	99,6%	+3,8 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	69,9%	71,4%	-1,4 p.p.

O total de recursos de clientes, no final do primeiro semestre de 2013, atingiu 27,7 mil milhões de euros,

crescendo 1,7% em relação ao valor registado em Junho de 2012.

RECURSOS

	Jun-13	Jun-12	%
Recursos de Clientes	27.687	27.218	+1,7%
Recursos de Balanço	21.576	20.632	+4,6%
Depósitos	21.264	20.203	+5,3%
Passivos representados por títulos colocados em clientes	312	429	-27,3%
Recursos fora de Balanço	6.111	6.585	-7,2%
Fundos de investimento	2.029	1.897	+6,9%
Seguros e outros recursos	4.082	4.688	-12,9%

Os recursos de balanço totalizaram 21,6 mil milhões de euros, representando 77,9% do total de recursos captados de clientes e crescendo 4,6% em termos homólogos. O Banco manteve uma oferta de soluções de aforro, diferenciadas e ajustadas ao perfil dos clientes,

nos diversos segmentos de mercado, o que se traduziu num incremento anual dos depósitos de 5,3%. Os recursos fora de balanço situaram-se em 6,1 mil milhões de euros, com um decréscimo de 7,2% em relação ao observado em Junho de 2012. Os fundos de investimento

atingiram 2,0 mil milhões de euros, evidenciando uma melhoria anual de 6,9%. Os seguros de capitalização e outros recursos ascenderam a 4,1 mil milhões de euros, variando -12,9% face ao montante apurado um ano antes.

capitalização alcançados unicamente com recurso à geração interna de resultados, em paralelo com o decréscimo dos activos ponderados pelo risco. O rácio de adequação de fundos próprios de base Tier I situou-se em 12,7% e o rácio Core Capital cifrou-se em 10,9% (10,9% e 9,5% em Junho de 2012, respectivamente).

Rácio de Adequação de Fundos Próprios

No final de Junho de 2013, o Banco Santander Totta continuou a apresentar um balanço sólido, com rácios de

CAPITAL			
	Jun-13	Jun-12	%
Total de Fundos Próprios	2,255	2,141	+5.3%
Fundos Próprios de Base	2,262	2,147	+5.4%
Fundos Próprios Complementares e Deduções	-8	-6	+13.5%
Ativos e Extrapatrimoniais ponderados pelo risco	17,841	19,688	-9.4%
Rácio Core Capital	10.9%	9.5%	+1.4 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (Tier I)	12.7%	10.9%	+1.8 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	12.6%	10.9%	+1.7 p.p.

Particulares e Negócios

A solidez de balanço do Banco Santander Totta permitiu relançar, ainda no último trimestre de 2012, a aposta no crédito, socialmente responsável, aos indivíduos e às empresas. Ao longo do 1º semestre, manteve-se essa aposta, com particular destaque para o crédito pessoal, cartões de crédito e crédito ao segmento de negócios.

A captação de recursos ocorreu, sobretudo, em produtos de valor acrescentado mantendo-se, igualmente, o foco na captação de novas domiciliações de ordenados e no controlo do crédito vencido.

A campanha interna do “**Crédito Outono**”, destinada ao apoio das famílias através da concessão de crédito pessoal, resultou num crescimento sustentado da produção, o que se traduziu num ligeiro aumento do crédito ao consumo face ao final do 1º trimestre do ano.

Na vertente dos cartões de crédito, e mantendo a lógica das estações do ano, foi lançado, no 2º trimestre, o “**Crédito Verão**” com o objectivo da colocação de cartões em clientes novos. Foi criada uma oferta específica para os clientes com condições vantajosas, nomeadamente a oferta das anuidades de diversos cartões, de uma taxa promocional de 9% até ao final do ano e o reembolso de 10% do valor da primeira compra de cada mês, com o máximo de 25€ durante os 4 meses seguintes à activação do cartão. Esta campanha reflectiu-se no aumento expressivo do número de novos clientes de cartão de crédito entre o 1º e o 2º trimestres.

Quanto a campanhas e acções de captação e vinculação de clientes foi mantida uma campanha para captação de ordenados/reformas, assente na isenção de comissões nos principais serviços do dia-a-dia e na oferta de brindes.

Na área de **Meios de Pagamento**, o parque global de cartões de crédito subiu 3,4%, em termos anuais, com as quotas de mercado a manterem uma evolução positiva. A quota de facturação do Santander Totta situou-se acima dos 10,7%, no final de Junho.

Durante o semestre, foi lançado o Cartão Refeição, um cartão de débito pré-pago equiparável aos tradicionais vales de refeição, que possibilitou já uma captação superior a 1.000 clientes empresa.

A campanha lançada no 1º trimestre deste ano, continuará a decorrer até final do ano com uma oferta promocional específica para novos clientes de cartões de crédito e uma nova abordagem de venda e utilização de cartões. Tal como sucedeu nos últimos anos, a campanha de Verão do cartão Light já se iniciou, este ano por um

período alargado de tempo, beneficiando ainda mais os clientes e premiando a utilização regular dos cartões do Santander Totta.

Relativamente à aceitação, o Banco continua a ser uma referência junto dos principais comerciantes, o que está reflectido na quota de mercado que se situa acima dos 17%, valor muito superior à quota natural do Banco. Esta posição é fruto do trabalho de angariação efectuado junto de clientes de grande dimensão, da maior fidelidade destes e das políticas de retenção, *repricing* e de novas campanhas e produtos desenvolvidos, destacando-se a oferta POS Negócios ou o Regis POS, que permite aos pequenos comerciantes o cumprimento da legislação de emissão de facturas.

No segmento de **Negócios**, prosseguiu-se uma estratégia de captação de novos clientes, na vinculação dos actuais e no aumento da transaccionalidade. A campanha interna designada de “**Crédito Primavera**”, iniciada no 1º trimestre, também resultou no crescimento das produções de crédito a este segmento.

Private Banking e Premium

No segmento **Premium**, o 1º semestre caracterizou-se por uma evolução muito positiva na captação de clientes em resultado das campanhas comerciais criadas para este efeito. Os acordos estabelecidos com grupos profissionais têm sido fundamentais na dinamização do segmento.

Os resultados dos estudos relativos à satisfação dos clientes do segmento têm revelado uma melhoria generalizada nos diversos indicadores utilizados, em linha com o investimento crescente na melhoria do serviço global prestado.

No segmento **Private**, a crise europeia da dívida soberana, o aumento da volatilidade dos mercados e o contexto de instabilidade política vivida em Portugal voltou a agravar a percepção do risco atribuído às dívidas soberanas dos países intervencionados e a activos que potencialmente proporcionam maiores rentabilidades, levando os clientes a procurar refúgio em produtos de menor risco.

Neste contexto, a imagem de solidez do Banco, o prémio de “**Best Private Banking in Portugal**” atribuído pela Revista Euromoney e ainda as fortalezas do novo modelo de negócio, permitiram que o Banco não fosse muito afectado pelo agravamento do contexto da actividade preservando a rentabilidade do negócio.

Empresas

A estratégia comercial da **Rede de Empresas** continua a assentar no crescimento de novos clientes que cada vez mais valorizam a parceria com um Banco com a solidez, a dispersão geográfica, a qualidade de serviços, de produtos e a capacidade comercial do Santander Totta.

A situação de liquidez do Banco permite a manutenção de uma dinâmica de aumento do crédito concedido e de fomento do negócio internacional com forte apoio às empresas exportadoras, às empresas internacionalizadas ou que estão em processo de internacionalização.

Na campanha Crédito Activação, até ao 1º semestre de 2013, o Banco já aprovou mais de 5 mil operações e um montante de cerca de 2 mil milhões de euros concretizando a intenção de apoiar bons projectos, o negócio de empresas e a economia portuguesa.

Nas linhas PME Investe/Crescimento o Santander Totta mantém uma intervenção destacada com uma quota de mercado de 17%, tendo colocado até ao final do 1º semestre, mais de 15 mil operações, no montante global de cerca de 1,7 mil milhões de Euros. Na linha PME Crescimento 2013, cuja comercialização se iniciou em Fevereiro, o Santander Totta posiciona-se já, de forma destacada, com uma quota de mercado de 18% em montante de financiamento de operações enquadradas pela PME-Investimentos.

Nos produtos de *factoring* e *confirming*, o Banco mantém a liderança, com uma quota de mercado de 21% o que comprova o compromisso e disponibilidade do Banco no apoio à tesouraria das PME.

Promotores e Mediadores

A área de Promotores e Mediadores Imobiliários elegeu como prioridades estratégicas para 2013 a captação de novos clientes através da rede de promotores externos, um maior foco na vinculação destes clientes e uma atenção redobrada relativamente ao aumento do número de clientes 1º Banco associados ao canal de promotores.

Foram disponibilizadas campanhas e planos de incentivos, dirigidos aos promotores externos, que combinando várias vertentes de negócio potenciasssem da melhor forma a oferta do Banco: captação de contas ordenado, crédito negócios, cartões de crédito, cartões de refeição, crédito pessoal e recursos.

No âmbito de uma estratégia de reconhecimento do mérito que tem vindo a ser implementada há já algum tempo é de destacar a realização da viagem de mérito relativa a 2012, na última semana de Fevereiro, que premiou os 30 promotores externos com melhores desempenhos no ano passado e que serviu para fortalecer

ainda mais os laços de compromisso já existentes entre os promotores e o Banco.

No projecto das lojas de promotor, definiu-se mais uma vez como principal prioridade a dinamização da actual rede de 266 Lojas, assegurando no mínimo a manutenção da dimensão que esta rede actualmente possui. Com esta política pretende-se apenas abrir novas lojas em substituição de outras que venham a ser encerradas, garantindo assim uma rede de lojas complementar à rede de balcões.

Relativamente ao canal da mediação imobiliária, tendo sempre presente a actual conjuntura bem como as perspectivas para o futuro próximo deste sector de actividade, tem vindo a ser assegurado um acompanhamento que permite a manutenção das fortes relações institucionais que o Banco tem com os principais intervenientes neste mercado. Desta forma, à semelhança de anos anteriores, o Banco continua a manter uma presença activa nas convenções anuais das maiores redes de franchising de mediação imobiliária.

Banca Transaccional

Durante o primeiro semestre de 2013, foram levados a cabo os planos de dinamização de produtos para empresas e negócios, que foram delineados juntamente com a área comercial. Estes planos contaram com o envolvimento das equipas de especialistas/dinamizadores que, em conjunto com os gestores de cliente e produto, desenvolveram programas específicos dirigidos à captação de clientes e à dinamização dos negócios.

Reconhecendo a importância de uma correcta gestão da liquidez, o Santander Totta continuou a oferecer produtos exclusivos tendo consolidado o lançamento do *Home Deposit* que continua a ser um produto que distingue o Banco da concorrência e que permite às empresas uma gestão mais eficiente dos seus recursos bem como de todo o processo operativo de recolha e tratamento de numerário.

O lançamento de produtos, como os anteriormente descritos, permite ao Banco Santander Totta o reconhecimento como um dos principais prestadores de serviços de *cash management* em Portugal, cada vez mais consolidando a sua presença nas empresas.

Canais Complementares

A actividade de **Self Banking** assentou numa estratégia de optimização transaccional do actual parque de ATM's da rede Multibanco, dando assim continuidade às deslocalizações destes equipamentos para locais com maior potencial de transaccionalidade e à desinstalação de equipamentos com rentabilidade negativa. Como consequência, as quotas de mercado situaram-se em

12,1% em número de ATM's e em 12,7% em número de movimentos.

Sempre numa óptica de proximidade com o cliente, de-se continuidade, também, ao ajustamento e incremento ao nível das soluções de automatização de depósitos, atingindo já os 575 equipamentos instalados e uma cobertura de cerca de 70% da rede de balcões.

Nos **Canais Internet**, destaca-se a disponibilização do Cartão Refeição quer no NetBanco Particulares quer no NetBanco Empresas. Na área de Particulares, salienta-se o lançamento de novas funcionalidades, a disponibilização de novos produtos de aforro, designadamente planos de poupança, pedido de cartão *Light* e de novo PIN de cartão.

Registaram-se melhorias na disponibilidade e performance dos websites e um crescimento do tráfego, com o número de visitantes únicos a aumentar 3%. O número de utilizadores frequentes do Netbanco Particulares registou um crescimento de 4%, nos primeiros 5 meses de 2013. Foi também registado um crescimento no número de clientes transaccionais.

Na vertente *Mobile*, foi lançada a "App Mobile Particulares", uma nova aplicação para os clientes efectuarem múltiplas operações bancárias através do seu dispositivo móvel. Esta aplicação encontra-se disponível para Iphone/Ipad e Android através da App Store e Google Play, respectivamente.

Em Maio de 2013, o **Contact Center** do Santander Totta foi considerado, pelo 5º ano consecutivo, o "Melhor Contact Center" de Portugal no sector da Banca, prémio atribuído pela Associação Portuguesa de Contact Centers. O número total de contactos de clientes, no 1º semestre de 2013, com operadores do Contact Center é 4 % superior ao valor registado no 1º semestre de 2012.

O atendimento a clientes por *chat* foi reforçado, existindo actualmente no site do Banco muitos mais pontos de pedido de contacto e uma utilização muito maior por parte dos clientes. Foram implementadas medidas diversas que visam elevar a satisfação dos clientes no contacto com a Banca Telefónica de modo a fechar o ciclo da solicitação.

Durante o 1º semestre de 2013, lançaram-se novas iniciativas nas páginas do Facebook como diversos passatempos e vídeos promocionais.

Actividade Internacional

A actividade Internacional do Banco Santander Totta para clientes residentes no exterior caracterizou-se pelo reforço da relação com os clientes, visando o aumento da

vinculação e captação de contas, sempre em articulação com a rede comercial em Portugal.

As soluções dirigidas para o segmento de residentes no estrangeiro visaram criar uma maior fidelização com oferta de produtos de poupança nas moedas com maior significado, tendo-se verificado um aumento na captação de novos clientes.

No âmbito da relação com as comunidades realizaram-se alguns eventos, nomeadamente em Paris, Londres e Zurique destinados a clientes e empresários luso-descendentes, onde se reforçaram as ligações com Portugal e se pretendeu transmitir a oferta e disponibilidade do Banco no apoio sistemático às comunidades.

Foi ainda promovida, junto de não residentes, a oferta de imóveis detidos pelo Banco. Assim, organizou-se o primeiro leilão imobiliário em simultâneo com Lisboa e Paris que suscitou bastante interesse tendo sido comercializados cerca de 60% dos imóveis.

O Banco esteve, também, presente na 9ª Conferência Anual da Câmara de Comércio Luso-Britânica que pela primeira vez organizou, em Londres, um Salão Imobiliário para promoção de ofertas de imobiliário.

Constitui ainda um importante vector estratégico a campanha de Verão, que teve início neste final de semestre, e pretende, de forma estruturada, dar as boas-vindas aos portugueses que residem no exterior. Além do reforço da comunicação, fomentou-se o acolhimento nos principais balcões e com imagem renovada. A campanha estará presente nos aeroportos nacionais e meios de comunicação, disponibilizando a oferta de soluções de poupança para que, além de rentabilidade, partilhem a segurança e confiança no Banco Santander Totta.

No âmbito da promoção e oferta de serviços para a comunidade no exterior promoveu-se um concurso que visou dinamizar as transferências para Portugal e que obteve grande adesão, verificando-se um aumento do número de operações efectuadas face ao ano anterior, sendo mais significativo nas transferências realizadas através das unidades no exterior.

De forma a garantir canais alternativos para promoção dos produtos e serviços do Banco no exterior actualizou-se o site específico destinado aos clientes do segmento, com *link* à página inicial do Banco e à sucursal de Londres. De salientar, ainda, que a sucursal de Londres tem vindo a evidenciar crescimento significativo no volume de depósitos mantendo importante apoio aos balcões em Portugal.



Global Banking & Markets

Na área de **Corporate Finance**, destaca-se a conclusão das operações de assessoria financeira à Beijing Enterprises Water Group na aquisição do negócio de concessões de água à Veolia em Portugal, da assessoria à British Columbia Investment Management Corporation na aquisição à Galp Energia da participação de 5% no capital da Companhia Logística de Hidrocarburos (CLH) e da assessoria à Riverside na emissão de *Fairness Opinion* para efeitos da alienação da ONI à Altice. De realçar também a assessoria financeira em curso à Optimus na fusão com a ZON, operação que está pendente de aprovação da Autoridade de Concorrência.

Na área de **Credit Markets**, a manutenção de uma conjuntura económica restritiva mantém a pressão sobre novas decisões de investimentos privados e públicos. Apesar deste contexto, o Santander Totta continua a ser uma das instituições com presença constante na análise das oportunidades existentes e no apoio aos pequenos promotores na concretização dos seus projectos.

No campo do financiamento de aquisições, a actividade foi caracterizada no apoio e estruturação de financiamento de várias operações de aquisições de empresas e activos portugueses para clientes corporativos portugueses e internacionais e no apoio ao plano de privatizações.

Em **Asset & Capital Structuring**, o Santander Totta continua a desenvolver actividade relevante na área de projectos de energia renovável em Portugal, assim como a analisar eventuais oportunidades de mercado que possam surgir fruto da conjuntura.

A área de **Produtos Estruturados**, na primeira metade do ano de 2013, atingiu uma boa performance na comercialização de produtos de passivo. No 1º semestre, foram emitidos 14 produtos estruturados, dos quais 10 são emissões denominadas em euros cujo montante total ascendeu a 586 milhões de euros e 4 são emissões denominadas em dólares norte-americanos cujo montante total atingiu 46 milhões de dólares norte-americanos.

Na actividade da área de **Custódia Institucional** do Santander Totta, os volumes mantêm-se estáveis, com ligeiro aumento de 1% face ao trimestre anterior, continuando a área a ocupar o 2º lugar no ranking nacional de Custodiantes, com cerca de 20,5% de quota em volume de activos sob custódia, segundo os últimos dados disponibilizados pela CMVM.

Gestão de Activos

O 1º semestre fica marcado por dois comportamentos distintos em termos de mercado. Numa primeira fase,

assistiu-se a um comportamento optimista e consistente que culminou com um momento de elevada volatilidade com a crise no sistema financeiro do Chipre. Numa fase posterior, sobretudo a partir do final de Maio, com o anúncio do início da retirada de estímulos financeiros à economia norte americana por parte da Reserva Federal (FED) ainda em 2013, a volatilidade aumentou de forma substancial, reflectindo-se em correcções acentuadas de performance na generalidade das classes de activos.

Neste contexto, a Santander Asset Management (SAM) procurou gerir os seus produtos com um nível de risco controlado, com foco na manutenção de níveis elevados e adequados de liquidez.

No final do semestre, destacam-se as subscrições líquidas positivas num total de 147,6 milhões de euros, nomeadamente o fundo Multitesouraria (128 milhões de euros de subscrições líquidas desde o início do ano) com um crescimento de volumes no ano de 110%. De salientar, ainda, o aumento de 20 milhões de euros nos volumes dos fundos de acções desde o início do ano.

Em termos de rendibilidades, no final do semestre, e para um período de 12 meses, todos os fundos apresentavam genericamente performances positivas, nomeadamente o **Santander Multitesouraria** (1,6% de rendibilidade efectiva líquida), o **Santander Multicrédito** (3,3% de rendibilidade efectiva líquida) e os fundos de acções: **Santander Acções Portugal** (33,6% de rendibilidade efectiva líquida) e **Santander Acções Europa** (22,6% de rendibilidade efectiva líquida).

No final do semestre, os fundos de investimento mobiliário geridos pela Santander Asset Management representavam uma quota de mercado de 11,2%, o que representa uma melhoria face a 11,0% no final de 2012.

No que respeita aos fundos de investimento imobiliário geridos pela SAM, estes totalizavam 563,3 milhões de euros, no final de Junho de 2013, correspondente a uma quota de mercado de 4,9%.



Perspectivas para o 2º semestre de 2013

No âmbito do processo de correcção dos desequilíbrios estruturais da economia portuguesa, as medidas de consolidação orçamental impostas, como a redução da despesa pública e o aumento da carga fiscal reflectiram-se na diminuição acentuada dos níveis de consumo e investimento. No entanto, e de acordo com indicadores recentes da actividade económica, perspectiva-se o atenuar do clima recessivo em Portugal, atribuível principalmente ao contributo positivo das exportações líquidas.

Este enquadramento adverso e muito exigente materializa-se na diminuição dos volumes de negócio do sector bancário, na diminuição de receitas e no aumento do risco de crédito o que impõe níveis de maior exigência na gestão da actividade. O Banco Santander Totta demonstrou nos últimos anos, particularmente difíceis, a sua capacidade de gerar receitas, mantendo um balanço sólido e uma situação de liquidez confortável.

A gestão do risco da carteira de crédito, através de uma política de controlo muito rigoroso dos riscos e selectiva no que respeita à concessão de crédito, irá continuar a ser um objectivo fundamental para o Banco Santander Totta. Em simultâneo, a solidez de balanço do Banco permite a manutenção de uma estratégia de apoio à economia e ao sector empresarial de bom risco, continuando a captar novos clientes e a apresentar soluções adequadas a cada segmento de negócio.

O Banco continuará a dar especial atenção à prevenção do incumprimento, através de um programa de acompanhamento selectivo dos clientes, antecipando situações de risco através da disponibilização de condições que permitem adequar o perfil de pagamentos à situação económica e financeira das famílias. O Banco irá manter, ainda, um importante foco na área de recuperações, através de um reforço da política de negociação que evite a resolução dos processos por via judicial.

Em simultâneo, o Banco irá manter um grande foco na captação de depósitos, num contexto de reduzida capacidade de geração de poupança pelas famílias portuguesas.

Risco de Crédito

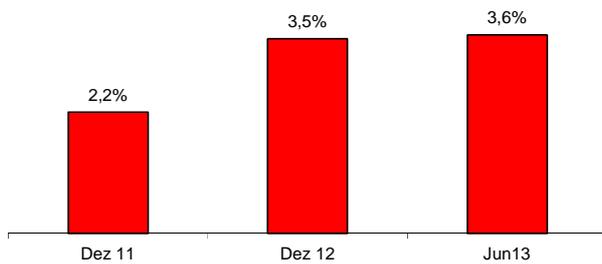
Principais vectores da actividade

No 1º semestre de 2013, a actividade da área de Riscos de Crédito teve como vectores principais os seguintes:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados intensificou-se a proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, revisão das suas linhas e dos eventuais problemas ao nível da sua capacidade de pagamento. Por outro lado, intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco e implementaram-se melhorias nos processos com o objectivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida;
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, mantém-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que estão a ser mais afectados pelo contexto macroeconómico com o objectivo de mitigar os rácios de crédito vencido. Efectuou-se a revisão de uma parte significativa da carteira de clientes tendo sido concluído que a carteira está analisada com critérios adequados e o nível de imparidades estimados são, também, adequados;
- Nos riscos standardizados, e face ao difícil enquadramento macroeconómico actual, o principal foco manteve-se ao nível da manutenção da qualidade da carteira, actuando sobre a morosidade de gestão e o crédito vencido, continuando a disponibilizar um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível actuais e futuros. Neste sentido, estão definidas estratégias de admissão adequadas nos sistemas de decisão do Banco, e utilizam-se sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos clientes;
- Ainda ao nível dos riscos standardizados, o Banco continuou a ser selectivo na admissão de novas operações, em termos de risco e rentabilidade, fazendo uso dos seus modelos de decisão automática em vigor, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais;
- Por último, com o objectivo de reforçar o envolvimento comercial e *cross selling* dos clientes e em simultâneo potenciar a captação de novos clientes foram lançadas várias campanhas em Negócios (Crédito Activação e Crédito Renovação), visando a produção de crédito novo e a retenção de clientes e operações em curso de forma a compensar a erosão natural desta carteira;
- Num cenário adverso, com o consequente aumento do crédito vencido, verificou-se um forte enfoque ao nível da actividade de recuperações reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a actividade ao nível de recuperações de gestão massiva mantendo, simultaneamente, um acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais. Igualmente, manteve-se a política de reforço da negociação visando a obtenção de dações em pagamento em alternativa à actuação judicial;
- Enfoque ainda na modernização de área de Recuperações assente, por um lado em desenvolvimentos informáticos cirurgicamente apontados pelos utilizadores como necessários e que visam o controlo do processo desde a entrada em recuperações, relação com os advogados e acção executiva, e por outro numa mudança na metodologia de trabalho com a optimização dos vários processos. O objectivo é stressar o modelo, aumentando a eficiência dos recursos e a eficácia das acções para permitir antecipar a recuperação do crédito;
- Ao nível de solvência e controlo de crédito, manteve-se a atenção permanente no conhecimento da carteira, com vista a um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir a tomada de medidas para evitar a entrada de operações em incumprimento e a resolução das operações incumpridas;
- Manteve-se, igualmente, o foco nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

Indicadores

Evolução do Rácio Crédito Vencido > 90 dias



Modelo de risco

Introdução

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Banco Santander Totta está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes standardizados (não encarteirados).

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista, complementado com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efectuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspectos como o prazo da

operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os factores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável), é considerada como mais um custo de actividade (reflectindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

O cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II), reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de factores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade e correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Exceptuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou Banca Maiorista Global, o cálculo destes parâmetros é efectuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indirectos que decorrem da actividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Conselho Superior de Crédito (CSC). É o CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objecto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de programas de gestão de crédito (PGC) onde se reflectem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a actividade e a gestão de riscos associada.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander Totta. Este estudo consiste na análise da capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rentabilidade. Adicionalmente, também se efectua um estudo e revisão do *rating* atribuído, sempre que se verifique um alerta ou evento que afecte o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objecto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das acções desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detectar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, acções destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma actividade estratégica, integral e de negócio. Os objectivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negociada, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negociada não seja possível, a área de Recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A actividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares, Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta actividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo risco potencial,

componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o primeiro semestre de 2013, o valor presente das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou genericamente uma redução moderada, em linha com os movimentos das taxas de mercado de médio e longo prazo. O volume de novas operações manteve-se em linha com o verificado no ano anterior. Relativamente à exposição com Grupos Financeiros, manteve-se uma tendência de redução, sendo utilizada a cobertura de risco de contraparte mediante acordos de prestação de colateral (*ISDA Master Agreements/Credit Support Annex*).

DERIVADOS - Risco Equivalente de Crédito (milhares de euros)

	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	11.873	56.855	1.460.013	587.981	2.116.722
Derivados Taxa de Câmbio	4.955	0	59.739	0	64.694
Derivados Equity	820	0	0	0	820
Total	17.648	56.855	1.519.752	587.981	2.182.235

Risco de Balanço

A gestão do risco estrutural é assegurada por um órgão de primeiro nível da estrutura. As decisões são tomadas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), cujos poderes são delegados pela Comissão Executiva. Este órgão é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra, também, os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Riscos, Comercial e Marketing. O Comité reúne mensalmente.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de mercado do balanço, avaliando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do Banco sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar todos os factores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente, o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Face à incerteza na evolução dos níveis das taxas de juro para o primeiro semestre de 2013, foi seguida uma

política de manutenção da sensibilidade a níveis adequados.

Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

Risco de liquidez

A política de liquidez seguida pelo Grupo assenta num risco de liquidez baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspectivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento, a utilizar para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador o Banco fica mais protegido relativamente a potenciais crises que afectem o meio envolvente, o que dará mais tempo para preparar uma reacção adequada, com mais qualidade.

A política do mix de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que entre outros indicadores exige um volume razoável de

activos líquidos disponíveis para funcionarem como uma almofada de liquidez.

A gestão de liquidez é efectuada ao nível consolidado. A política de financiamento do Grupo toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *fundraising*.

A situação estrutural de liquidez é muito equilibrada. Em Junho de 2013, o Banco apresentou uma posição activa no mercado monetário de curto prazo de cerca de 500 milhões de euros.

O mercado de capitais, durante o ano, funcionou de forma muito irregular embora mostrando sinais de abertura. Neste contexto, o BCE assumiu-se como contraparte do sistema através das operações de cedência e absorção de liquidez. Para participar nestas operações é necessário deter activos considerados elegíveis pelo BCE para colateral dessas operações. Em Junho de 2013, o Banco tinha 12,5 mil milhões de euros de activos elegíveis que constituem uma reserva de liquidez bastante confortável.

Risco de Mercado

Actividades sujeitas a risco de mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos factores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Banco Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as actividades são segmentadas do seguinte modo:

- Negociação: Neste título inclui-se a actividade de serviço financeiro a clientes;
- Gestão de Balanço: O risco de taxa de juro e liquidez resulta dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de activos e passivos. Adicionalmente, inclui-se neste ponto a gestão activa do risco creditício inerente ao balanço do Banco Santander Totta;
- Riscos Estruturais:
 - Risco de taxa de câmbio estrutural: risco de taxa de câmbio resultante das divisas em que se realizam investimentos em empresas consolidáveis ou não consolidáveis;

- Rendimento variável estrutural: são englobados sob este título os investimentos através de participações de capital em empresas que não consolidam, financeiras e não financeiras, gerando risco de rendimento variável.

Metodologias

Actividade de Negociação

A metodologia aplicada, no âmbito do Banco Santander Totta, para a actividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de simulação histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco Santander Totta cumprem as recomendações do BIS, em matéria de

comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efectuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc..

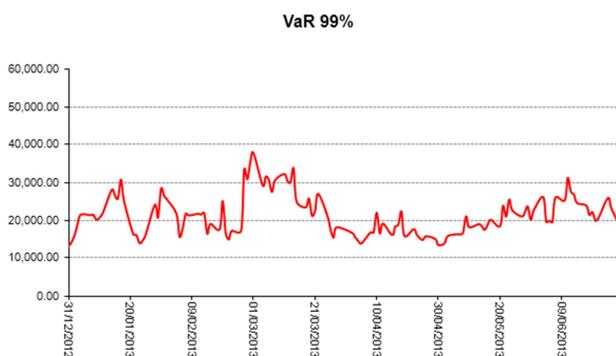
Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à actividade de negociação nos mercados financeiros durante primeiro semestre de 2013, quantificado através do VaR, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 13 mil euros e os 38 mil euros.

Risco Operacional

O Banco Santander Totta define o risco operacional como "o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas". Trata-se em geral, e

diferencia-o de outro tipo de riscos, de um risco não associado a produtos ou negócio, que se encontra presente nos processos e/ou activos, e é gerado internamente (pessoas, sistemas, etc.) ou como consequência de riscos externos como por exemplo catástrofes naturais.

O objectivo do BST, em matéria de controlo e gestão do risco operacional, está direccionado na identificação, medição/ avaliação, controlo/ mitigação e informação desse risco.

A prioridade é, portanto, identificar e eliminar focos de risco, independentemente de se terem produzido perdas ou não. A medição também contribui para o estabelecimento de prioridades na gestão do risco operacional.

O BST vem praticando uma supervisão e controlo do risco tecnológico e operacional, através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva vêm incluindo o tratamento de aspectos relevantes na gestão e mitigação do Risco Operacional, de maneira periódica.

Para a gestão e controlo do risco tecnológico e operacional (RTO), foram criados diversos Comitês, quer a nível corporativo, quer a nível local, onde são discutidos estes temas e tomadas as decisões necessárias.

Anualmente, são formalmente estabelecidos limites de risco operacional. É igualmente estabelecido um apetite de risco, o qual deve sempre situar-se no perfil baixo/ médio-baixo.

Para o cálculo do capital regulatório para risco operacional, foi considerado conveniente optar-se, numa primeira fase, pelo método *standard*, conforme previsto no normativo de BIS II.

O modelo de controlo de risco operacional implementado no BST traduz-se nas seguintes vantagens:

- Permite uma gestão integral e efectiva do risco operacional (identificação, medição/ avaliação, controlo/ mitigação e informação);
- Traduz-se numa melhoria do conhecimento dos riscos operacionais, tanto efectivos como potenciais, e o seu enquadramento nas linhas de negócio e de suporte;
- A informação de risco operacional contribui para melhorar os processos e os controlos, reduzir as perdas e a volatilidade das receitas;
- Permite o estabelecimento de limites de apetite de risco operacional.

Práticas de Governo e Modelo de Controlo Interno

A estrutura do Governo da Sociedade bem como o que respeita às políticas, procedimentos e órgãos de controlo interno não sofreram alterações face ao que se encontra informado e detalhado no relatório anual de exercício relativo ao ano de 2012.

Estrutura Accionista

Accionista	Nº acções	%
Santander Totta, S.G.P.S., S.A.	641.269.620	97,65
TaxaGest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	14.593.315	2,22

Movimento de Acções Próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 15 de Março de 2013, o Banco Santander Totta, S.A., directamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir acções próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco detinha 125.169 acções próprias correspondentes a 0,019% do seu capital social. No primeiro semestre de 2013, o Banco realizou uma compra de 48.066 acções próprias, correspondente a 0,007% do capital social, fechando assim o 1º semestre de 2013 com um total de 173.235 acções próprias. A aquisição está inserida na política geral do Banco, no sentido de adquirir acções de accionistas fora do Grupo Santander que as queiram vender.

TRANSACÇÃO COM ACÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O 1º SEMESTRE DE 2013

	Número de acções	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2012	125.169	5,41	676.705	0,019%
Aquisição de acções	48.066	6,06	291.347	0,007%
Alienação de acções	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2013	173.235	5,59	968.052	0,026%

Movimentos de Acções e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 5/2008 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao 1º semestre de 2013, foram os seguintes:

Nome	Títulos	Posição 31/12/12	Movimentos em 2013				Posição 30/06/13
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (€)	
João Baptista Leite	Obrigações BST – Caixa EUA - Cx	820					820
	Obrig. BST – Caixa Rendimento América Latina TOP 3	400					400

Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas relativas ao 1º semestre do exercício de 2013 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Santander Totta, S.A e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários.”

Conselho de Administração

António Basagoiti Garcia-Tuñon
Presidente

António José Sacadura Vieira Monteiro
Vice-Presidente

Eduardo José Stock da Cunha
Vogal

José Carlos Brito Sítima
Vogal

José Manuel Alves Elias da Costa
Vogal

Manuel António Amaral Franco Preto
Vogal

Carlos Manuel Amaral de Pinho
Vogal

João Batista Leite
Vogal

José Urgel Moura Leite Maia
Vogal

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
Vogal

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogal

As contas referentes ao 1º semestre de 2013 não foram objecto de revisão limitada nem do respectivo parecer por parte dos auditores do Banco.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	30-06-2013		31-12-2012		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	30-06-2013	31-12-2012
		Valor antes de imparidade e amortizações	Amortizações e imparidade	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	240.015	-	240.015	352.365	Passivo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	370.955	-	370.955	385.323	Recursos de bancos centrais	18	6.346.572	5.837.242
Activos financeiros detidos para negociação	7	2.083.311	-	2.083.311	2.265.495	Passivos financeiros detidos para negociação	7	1.843.981	2.048.743
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	94.691	-	94.691	93.735	Recursos de outras instituições de crédito	19	3.716.523	1.949.574
Activos financeiros disponíveis para venda	9	4.793.602	63.971	4.729.631	3.489.864	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	21.264.037	21.497.174
Aplicações em instituições de crédito	10	2.999.304	-	2.999.304	3.097.422	Responsabilidades representadas por títulos	21	2.655.809	3.953.519
Crédito a clientes	11	27.788.006	1.044.941	26.743.065	26.979.649	Derivados de cobertura	12	390.519	455.911
Derivados de cobertura	12	204.413	-	204.413	284.850	Provisões	22	61.734	72.271
Activos não correntes detidos para venda	13	335.047	112.630	222.417	206.840	Passivos por impostos correntes	16	4.811	4.687
Propriedades de investimento	13	18.660	-	18.660	-	Passivos por impostos diferidos	16	59.620	75.303
Outros activos tangíveis	14	835.037	511.854	323.183	336.084	Passivos subordinados	23	4.306	4.311
Activos intangíveis	14	356.434	296.753	59.681	65.842	Outros passivos	24	311.178	303.417
Investimentos em associadas	15	150.417	660	149.757	142.994	Total do Passivo		<u>36.659.090</u>	<u>36.202.152</u>
Activos por impostos correntes	16	23.765	-	23.765	4.246	Capital Próprio			
Activos por impostos diferidos	16	579.680	-	579.680	631.578	Capital	25	656.723	656.723
Outros activos	17	211.019	20.933	190.086	190.956	Prémios de emissão	25	193.390	193.390
						Outros instrumentos de capital	25	135.000	135.000
						Reservas de reavaliação	25	(645.049)	(699.202)
						Outras reservas e resultados transitados (Acções próprias)	25	1.477.595	1.421.512
						Resultado consolidado do período atribuível aos accionistas do BST		(42.851)	(42.560)
						Capital próprio atribuível aos accionistas do BST		24.181	88.068
						Interesses minoritários	27	1.798.989	1.752.931
						Total do Capital Próprio		574.535	572.160
						Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>2.373.524</u>	<u>2.325.091</u>
Total do Activo		<u>41.084.356</u>	<u>2.051.742</u>	<u>39.032.614</u>	<u>38.527.243</u>			<u>39.032.614</u>	<u>38.527.243</u>

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	30-06-2013	30-06-2012
Juros e rendimentos similares	29	644.200	904.435
Juros e encargos similares	30	(397.567)	(622.269)
Margem financeira		246.633	282.166
Rendimentos de instrumentos de capital	31	1.032	1.645
Rendimentos de serviços e comissões	32	200.885	203.149
Encargos com serviços e comissões	33	(27.438)	(23.051)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	34	7.509	(3.544)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	35	(827)	(3.815)
Resultados de reavaliação cambial	36	1.729	2.610
Resultados de alienação de outros activos	37	1.146	83.495
Outros resultados de exploração	38	(7.735)	(3.310)
Produto bancário		422.934	539.345
Custos com o pessoal	39	(139.093)	(133.100)
Gastos gerais administrativos	40	(66.725)	(68.730)
Amortizações do exercício	14	(30.624)	(32.710)
Provisões líquidas de anulações	22	4.224	(4.107)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	(124.123)	(214.881)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	(4.988)	(20)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22	(22.569)	(26.447)
Resultados de associadas	41	6.484	4.603
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		45.520	63.953
Impostos			
Correntes	16	(11.564)	(21.020)
Diferidos	16	(9.773)	9.212
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		24.183	52.145
Interesses minoritários	27	(2)	3
Resultado consolidado do período atribuível aos accionistas do BST	26	24.181	52.148
		641.968.419	642.031.039
Acções em circulação			
Resultado por acção (em Euros)		0,04	0,08

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	30 de Junho de 2013		30 de Junho de 2012	
	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a Interesses Minoritários	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a Interesses Minoritários
Resultado consolidado do período	24.181	2	52.148	(3)
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados consolidada				
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	1.344	2.378	6.444	7.712
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial				
. Justo valor	588	-	394	-
. Impacto fiscal	(170)	-	(114)	-
. Desvios actuariais e financeiros relativos a pensões remuneratórias				
. Justo valor	(18.230)	-	(5.762)	-
. Impacto fiscal	5.286	-	(7.962)	-
. Variações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda				
. Justo valor	129.474	-	137.653	-
. Impacto fiscal	(37.548)	-	(39.879)	-
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa				
. Justo valor	(38.287)	-	24.724	-
. Impacto fiscal	11.105	-	(7.170)	-
	<u>53.562</u>	<u>2.378</u>	<u>108.328</u>	<u>7.712</u>
Rendimento integral consolidado do período	<u>77.743</u>	<u>2.380</u>	<u>160.476</u>	<u>7.709</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de reavaliação			Por impostos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Acções próprias	Resultado do período	Interesses minoritários	Total
				De reavaliações legais	De justo valor	De flutuação cambial								
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	656.723	193.390	135.000	23.245	(1.435.951)	(6.116)	410.361	243.633	934.465	226.484	(42.400)	47.121	577.520	1.963.475
Aplicação dos resultados:														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	229	2.229	30.071	14.592	-	(47.121)	-	-
. Acções preferenciais	-	-	-	-	-	(1.266)	-	-	(29.346)	-	-	-	(22)	(30.634)
Benefício fiscal sobre a transferência do Fundo de Pensões para a Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.587	-	-	-	7.587
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(624)	-	-	-	-	(624)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	62	2	-	-	3	67
Rendimento integral do primeiro semestre de 2012	-	-	-	-	157.009	6.444	(55.125)	-	-	-	-	52.148	7.709	168.185
Saldos em 30 de Junho de 2012	656.723	193.390	135.000	23.245	(1.278.942)	(938)	355.465	245.862	934.628	248.665	(42.400)	52.148	585.210	2.108.056
Anulação do benefício fiscal sobre a transferência do Fundo de Pensões para a Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.587)	-	-	-	(7.587)
Acções preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	38
Aquisição de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(160)	-	-	(160)
Outros	-	-	-	-	-	(2)	-	-	(56)	-	-	-	(2)	(60)
Rendimento integral do segundo semestre de 2012	-	-	-	-	277.878	(4.917)	(70.991)	-	-	-	-	35.920	(13.086)	224.804
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	656.723	193.390	135.000	23.245	(1.001.064)	(5.857)	284.474	245.862	934.572	241.078	(42.560)	88.068	572.160	2.325.091
Aplicação dos resultados:														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	453	-	(3.908)	91.523	-	(88.068)	-	-
. Acções preferenciais	-	-	-	-	-	138	-	-	(30.750)	-	-	-	(7)	(30.619)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(781)	-	-	-	-	(781)
Aquisição de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(291)	-	-	(291)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	2	1
Rendimento integral do primeiro semestre de 2013	-	-	-	-	73.545	1.344	(21.327)	-	-	-	-	24.181	2.380	80.123
Saldos em 30 de Junho de 2013	656.723	193.390	135.000	23.245	(927.519)	(4.375)	263.600	245.862	899.132	332.601	(42.851)	24.181	574.535	2.373.524

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	788.395	1.006.802
Pagamento de juros e comissões	(407.288)	(584.782)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(198.365)	(212.794)
Contribuições para o fundo de pensões	-	(3.099)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(3.454)	6.136
Recuperação de créditos incobráveis	5.072	5.228
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>184.360</u>	<u>217.491</u>
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	83.654	215.382
Activos financeiros detidos para negociação	184.692	(56.306)
Créditos a clientes	103.646	(174.969)
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	(5.928)	(124.179)
Activos não correntes detidos para venda	(65.205)	(55.713)
Outros activos	4.808	985
	<u>305.667</u>	<u>(194.800)</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	2.276.635	951.912
Recursos de clientes e outros empréstimos	(190.568)	361.462
Passivos financeiros detidos para negociação	(204.762)	192.594
Outros passivos	(24.071)	20.515
	<u>1.857.234</u>	<u>1.526.483</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	2.347.261	1.549.174
Impostos pagos	(25.671)	(39.953)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>2.321.590</u>	<u>1.509.221</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	1.032	1.645
Aquisição de activos disponíveis para venda	(1.311.378)	(1.549.328)
Alienação de activos disponíveis para venda	126.294	1.198.963
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	73.026	156.940
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(14.502)	(28.722)
Vendas de activos tangíveis	3.415	361
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(1.122.113)</u>	<u>(220.141)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	-	-
Emissão (reembolso) de dívida titulada	(1.293.448)	(1.498.834)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(32.701)	(71.702)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(46)	(70)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(1.326.195)</u>	<u>(1.570.606)</u>
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	<u>(126.718)</u>	<u>(281.526)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	737.688	744.799
Caixa e seus equivalentes no fim do período	610.970	463.273

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco”, “BST” ou “Grupo”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de Dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante o primeiro semestre de 2013 e o exercício de 2012 encontram-se detalhados na Nota 45.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

Em 3 de Maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

Em 1 de Abril de 2011 o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC). Para efeitos contabilísticos e fiscais, a fusão foi efectuada em 1 de Abril de 2011, data do respectivo registo.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 614 balcões (633 balcões em 31 de Dezembro de 2012) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

O Banco adoptou a Norma IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, na apresentação das demonstrações financeiras semestrais.

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2013, o Banco adoptou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adoptadas pela União Europeia:

- Melhorias às IFRS (Ciclo 2009-2011) – Inclui, entre outras, alterações às seguintes normas:
 - IAS 1 – Clarifica os requisitos de divulgação de informação comparativa.
 - IAS 32 – Esclarece que o efeito fiscal de uma distribuição de rendimentos aos detentores de instrumentos representativos de capital deverá ser contabilizado de acordo com os requisitos da IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento.
 - IAS 34 – Clarifica os requisitos da divulgação intercalar relativo ao activo por segmentos de forma a existir maior consistência com os requisitos da IFRS 8 – Segmentos Operacionais.
- IAS 19 (Alteração) - “Benefícios dos empregados” - Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas actuariais passam a ser reconhecidos na totalidade por contrapartida de capitais próprios (deixa de ser permitido o método do “corretor”); (ii) passa a ser aplicada uma taxa de juro única para calculo do valor actual das responsabilidades e para o rendimento estimado dos activos do plano. A diferença entre o retorno real dos activos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos/perdas actuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.
- IFRS 13 – “Mensuração de justo valor” – Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. É aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor. A norma define o que é justo valor e estabelece uma estrutura para a sua determinação. É ainda estabelecida uma hierarquia para o justo valor, de acordo com os inputs utilizados nos modelos de valorização. A norma estabelece ainda requisitos de divulgação relacionados com a determinação do justo valor.
- IFRS 7 (alteração) - “Divulgações de instrumentos financeiros” - Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.

A adopção destas Normas teve impacto sobretudo ao nível das divulgações.

Em 30 de Junho de 2013, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adoptadas pela União Europeia:

- IFRS 11 – “Acordos conjuntos” - Esta norma substitui a IAS 31 – “Empreendimentos conjuntos” e a SIC 13 – “Entidades controladas conjuntamente – contribuições não monetárias por empreendedores”. A nova norma estabelece que as partes envolvidas num empreendimento conjunto deverão determinar o tipo e a forma de contabilização do empreendimento conjunto através da avaliação dos direitos e obrigações decorrentes da operação. O empreendimento conjunto poderá ser classificado como “joint operation”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com o acordo, ou como “joint venture”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos líquidos relacionados com o acordo. Esta norma vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras sociedades” - A norma estabelece a divulgação de informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras de uma entidade avaliar a natureza e os riscos associados aos interesses que a entidade possua noutras entidades (subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas), nomeadamente, o efeito desses interesses na sua posição e desempenho financeiros e nos seus fluxos de caixa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 27 (alteração) – “Demonstrações financeiras separadas” – Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 10 - “Demonstrações financeiras consolidadas” - Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 28 (alteração) “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” - Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – “Investimentos em associadas” e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – “Acordos conjuntos”. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 32 (alteração) – “Instrumentos financeiros: apresentação” - Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relativos à apresentação de activos e passivos financeiros pelo líquido (“offset”). É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco em 30 de Junho de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. O Conselho de Administração entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras anexas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (alterações) – Entidades de investimento – As alterações a estas normas criam uma excepção para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas por entidades de investimento.
- IAS 36 (alterações) – Divulgações acerca de montantes recuperáveis para activos não financeiros – Alteração de alguns dos requisitos de divulgação previstos na norma, no que respeita ao cálculo do montante recuperável em activos com imparidade.
- IAS 39 (alterações) – Novações de derivados e continuação da contabilidade de cobertura – Estas alterações permitem que, mediante determinadas condições, novações de derivados OTC classificados como de cobertura não interrompam a aplicação da relação de cobertura já existente.
- IFRIC 21 – Esta norma define quando se deve reconhecer um passivo originado por encargo de imposto, tanto para impostos registados de acordo com a IAS 37 como para outros impostos em que o montante e data da cobrança sejam certos.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Banco (Nota 4), incluindo entidades de propósito especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Banco exerce um controlo efectivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e nas quais o Banco detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global, a partir do momento em que o BST assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses Minoritários” (Nota 27).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco exerce influência significativa, mas não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Banco passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Banco do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas. Com uma periodicidade mínima anual, são realizados testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de activos”. Para este efeito, o “goodwill” é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respectivo valor recuperável com base em estimativas dos “cash-flows” futuros, actualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Banco. As perdas por imparidade associadas ao “goodwill” são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

O Banco decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições até 1 de Janeiro de 2004, encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados.

Com a aplicação das alterações às IFRS 3 e IAS 27, o Banco definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado numa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos activos e passivos da associada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às referidas Normas o Banco reavalia por resultados as participações nas quais existe perda de controlo conjunto (Nota 4).

O Banco decidiu anular na data de transição (1 de Janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euros segundo a seguinte metodologia:

- A conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis, permanecem reflectidos ao câmbio original; e
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para Euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para Euros são registadas nos capitais próprios do Banco, na rubrica de "Reservas de flutuação cambial".

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho ("fixing" do Banco de Portugal).

c) Crédito e contas a receber

Esta categoria de activos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva e acrescido de todos os custos externos directamente atribuíveis às operações.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo igualmente submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa de juro efectiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. O Banco optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O Banco classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Periodicamente, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e reconhecidas perdas de imparidade para a totalidade. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Imparidade

Periodicamente, o Grupo analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber com o objectivo de identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Grupo segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Grupo efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Responsabilidades superiores a mEuros 500 que estejam classificados em "morosidade de gestão" no sistema de acompanhamento do Banco;
- Responsabilidades superiores a mEuros 1.000 se classificados em VE1, VE2, VE3 e Substandard, no sistema de vigilância especial do Banco;

Neste sentido, estes segmentos podem incluir clientes sem incumprimento. Pontualmente o Banco inclui ainda na análise individual alguns clientes por julgamento profissional, embora não apresentem as características indicadas anteriormente.

Os clientes analisados individualmente para os quais não sejam apuradas perdas por imparidade são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise colectiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Grupo efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
 - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelo Grupo ("Incurred but not reported"). Para todos os segmentos da carteira, o Grupo considera um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência que o Grupo incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Grupo para a carteira de crédito a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Grupo entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflecta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Anulação de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados em resultados na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 37). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade. Na determinação do valor de venda fixado, não são considerados eventuais recebimentos contingentes futuros.

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, nos activos tangíveis e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de "Juros e encargos similares".

ii) Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e custos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

O reconhecimento dos custos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os proveitos.

e) Instrumentos financeiros

Os seguintes activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com a IAS 32 e a IAS 39 e compreendem as categorias específicas abaixo indicadas:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos ao justo valor através de resultados incluem títulos de rendimento fixo.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash-flows".

Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash-flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Reclassificação de activos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de Outubro de 2008 na Norma IAS 39 - “Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração”, o Banco pode reclassificar um activo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através de resultados, se forem cumpridos alguns requisitos. No entanto, não são permitidas reclassificações para a categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados”.

A informação sobre as reclassificações efectuadas em 2012 ao abrigo desta alteração encontra-se descrita na Nota 9.

iii) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” da demonstração dos resultados.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

v) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

O Grupo considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Grupo considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos de capital face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Grupo considera a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida. Estes passivos são valorizados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida dos custos de transacção, e são posteriormente valorizados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Outros passivos subordinados” e “Responsabilidades representadas por títulos”.

Na data de emissão as obrigações são relevadas pelo seu justo valor (valor de emissão), sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente nas rubricas de “Activos e passivos financeiros ao justo valor por resultados”, sendo reavaliados ao justo valor através de resultados.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os activos financeiros registados nas categorias de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço pelo qual um activo pode ser vendido ou um passivo transferido numa transacção ordenada entre dois participantes de mercado numa determinada data.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - i) Preços difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - ii) Cotações indicativas obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
 - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

f) Valorização de instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados transaccionados pelo BST são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O BST utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro resultante de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo BST.

Nos termos previstos na IAS 39 a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou

perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

O BST tem instrumentos financeiros derivados contratados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações acumuladas, bem como de perdas por imparidade, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados), são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuados testes de imparidade. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel através do seu uso nas operações ou pela venda é inferior ao valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado, e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do bem no seu estado actual.

h) Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada a qual, em média, corresponde a três anos. Para a plataforma informática (Paternon), a vida útil estimada corresponde no máximo a cinco anos.

i) Activos não correntes detidos para venda

O BST regista na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda" os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, são registados na rubrica "Outros activos" (Nota 17). Estes activos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, acrescido dos custos que o Banco estima incorrer com a venda ou pelo valor de venda rápida, caso seja inferior. Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no activo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Esta rubrica inclui ainda unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário, adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade), sendo igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

De acordo com as disposições da norma IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

O Conselho de Administração do Banco considera que os métodos de valorização adoptados são adequados e reflectem a realidade de mercado.

j) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Banco com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações efectuadas por peritos avaliadores. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas de "Outros resultados de exploração" (Nota 38).

k) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de membros do Conselho de Administração, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do BST, de acordo com a IAS 37 (Nota 22).

l) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente no BST corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que estabelece os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Para estes trabalhadores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com o plano de benefício definido o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência deste acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que define que os trabalhadores do sector bancário que estavam no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011), passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. O Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em Dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), de transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência deste acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que define que a Segurança Social é responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo deste Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com este Decreto-Lei, o Banco, através do respectivo Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das actualizações do valor das pensões referidas acima, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador; e
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram também transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco, na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos activos dos fundos de pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o Decreto-Lei, as quais foram determinadas, tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (desconto)	4%

Os activos a transmitir tiveram de ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos activos a transmitir, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respectivo valor de mercado.

Nos termos do referido Diploma, a transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

- i) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor actual provisório das responsabilidades;
- ii) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos actuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o Banco efectuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no activo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das realidades (Nota 43).

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e as responsabilidades determinadas com base nos pressupostos actuariais actualizados adoptados pelo BST, foi registada na rubrica de resultados "Custos com o pessoal".

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 43).

Em Fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos, (Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O ex-Banco Santander Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. No exercício de 2006 o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida, em que os colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN dependia dos resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

A Totta IFIC não dispunha de fundo de pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores da ex-Totta IFIC foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Abril de 2011. Foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

Aplicação da IAS 19

Em 1 de Janeiro de 2004, o BST optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo então efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais já existentes em 1 de Janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adopção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de adoptar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuarias directamente em capitais próprios, conforme permitido pela IAS 19. O Conselho de Administração entende que esta alteração traduz de forma mais apropriada a posição económica e financeira do Banco relativamente às responsabilidades com pensões. Esta alteração de política contabilística foi aplicada retrospectivamente, conforme requerido pela IAS 8.

O BST regista em “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Juros líquidos do plano;
- Custo dos serviços correntes; e
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões são registadas nas rubricas de “Outros activos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento (Notas 17 e 24).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da IAS 19.

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a taxa de cobertura da totalidade das responsabilidades com benefícios a empregados, incluindo SAMS, ascendia a 95,75% e 98,80%, respectivamente (Nota 43).

m) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o BST assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O BST determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método "Projected Unit Credit". Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do BST. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica "Outros passivos - Encargos a pagar relativos ao pessoal – Prémios de antiguidade" (Nota 24).

n) Impostos sobre os lucros

O BST e as empresas do Grupo estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficiava, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no Artigo 34.º do EBF, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco era resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de Dezembro), de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufrísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º e no Artigo 75º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, que é paga por todos os sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada no cálculo dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais reportáveis seja de 25% e que se aplique 29% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício. Esta derrama estadual é aplicável desde o exercício de 2011.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro) as empresas que apresentassem nesse exercício e nos dois anos seguintes lucros tributáveis mais elevados seriam sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 foram sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 foram sujeitas a uma taxa de 5%. Assim, sempre que o lucro tributável apurado excedeu os mEuros 10.000, aplicou-se uma taxa de 3% ao montante de mEuros 8.500 e uma taxa de 5% à diferença entre o lucro apurado e os mEuros 10.000. Esta disposição implicou que a taxa fiscal aplicável no exercício de 2012 no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício fosse de 26,5% para mEuros 1.500 do lucro tributável, 29,5% para mEuros 8.500 do lucro tributável e 31,5% para o remanescente.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro), o valor do lucro tributável a partir do qual é aplicada a taxa de derrama estadual de 5% desceu de mEuros 10.000 para mEuros 7.500. Assim, ao quantitativo do lucro tributável apurado que exceda o valor de mEuros 7.500 será aplicada uma taxa de derrama estadual de 5%.

De referir que o Banco apurou prejuízos fiscais nos exercícios de 2011 e 2012 e no primeiro semestre de 2013.

Os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2011 poderão ser utilizados nos quatro períodos de tributação posteriores, enquanto que os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2012 e de 2013 serão reportáveis por um período de cinco anos. Contudo, nos termos previstos na Lei do Orçamento do Estado para 2012, a dedução dos prejuízos a efectuar em cada exercício não pode exceder 75% do respectivo lucro tributável, podendo o remanescente (restantes 25%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são de 0,05% e 0,00015%, respectivamente, conforme previsto nos nºs 1 e 2 do artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de Março.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, e os desvios actuariais relativos a responsabilidades com pensões na sequência da alteração da política contabilística (Nota 1.3. I)).

o) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Grupo tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander S.A.. O Grupo paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander S.A. em vigor no primeiro semestre de 2013 e no exercício de 2012 está incluída na Nota 46.

p) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análise de perdas por imparidade.

q) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações actuariais efectuadas por peritos externos certificados na Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários (CMVM). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e actuariais, nomeadamente a taxa de desconto, rendibilidade esperada dos activos do Fundo de pensões, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto comportamento futuro das referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados activos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito nas Notas 1.3. e) e f). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.3. e), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em crédito

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respectivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.3. e), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas devem ser transferidas para custos do exercício.

Quanto a instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da rubrica "Reserva de justo valor" para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, tem de utilizar estas contas para apuramento do lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O referido Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável do exercício de 2012 e do primeiro semestre de 2013, de acordo com a interpretação das mesmas por parte do Banco.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Banco são apresentadas de seguida, de acordo com a informação analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e à captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centro de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário.

Gestão de activos:

Decorre da actividade de Gestão de Fundos de Investimento mobiliário e imobiliário, a qual inclui o lançamento de fundos que têm por objectivo criar valor acrescentado para os clientes do Grupo.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013 e 2012 apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2013					
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira estrita	44.480	136.118	81.457	-	(15.422)	246.633
Rendimento de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.032	1.032
Margem financeira alargada	44.480	136.118	81.457	-	(14.390)	247.665
Comissões líquidas	38.357	119.389	11.367	3.443	891	173.447
Outros resultados da actividade bancária	-	637	-	25	(8.397)	(7.735)
Margem comercial	82.837	256.144	92.824	3.468	(21.896)	413.377
Resultado de operações financeiras	8.069	172	400	-	916	9.557
Produto bancário	90.906	256.316	93.224	3.468	(20.980)	422.934
Custos de transformação	(8.175)	(172.416)	(22.964)	(2.263)	-	(205.818)
Amortizações do exercício	(1.197)	(27.664)	(1.672)	(91)	-	(30.624)
Margem de exploração	81.534	56.236	68.588	1.114	(20.980)	186.492
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(12.363)	(135.284)	(29.370)	(2)	29.563	(147.456)
Resultados de associadas	-	-	5.956	-	528	6.484
Resultado antes de impostos	69.171	(79.048)	45.174	1.112	9.111	45.520
Impostos	(20.059)	23.343	(11.373)	(323)	(12.925)	(21.337)
Interesses minoritários	-	-	-	-	(2)	(2)
Resultado líquido do período	49.112	(55.705)	33.801	789	(3.816)	24.181

	30-06-2012					
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira estrita	36.264	165.232	80.837	-	(167)	282.166
Rendimento de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.645	1.645
Margem financeira alargada	36.264	165.232	80.837	-	1.478	283.811
Comissões líquidas	34.791	128.993	11.717	3.890	707	180.098
Outros resultados da actividade bancária	-	2.525	-	(15)	(5.820)	(3.310)
Margem comercial	71.055	296.750	92.554	3.875	(3.635)	460.599
Resultado de operações financeiras	5.759	(85)	201	-	72.871	78.746
Produto bancário	76.814	296.665	92.755	3.875	69.236	539.345
Custos de transformação	(9.236)	(167.705)	(22.580)	(2.309)	-	(201.830)
Amortizações do exercício	(1.529)	(29.140)	(1.919)	(122)	-	(32.710)
Margem de exploração	66.049	99.820	68.256	1.444	69.236	304.805
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(7.008)	(143.392)	(37.176)	(1.354)	(56.525)	(245.455)
Resultados de associadas	-	-	4.611	-	(8)	4.603
Resultado antes de impostos	59.041	(43.572)	35.691	90	12.703	63.953
Impostos	(17.122)	12.490	(9.013)	(27)	1.864	(11.808)
Interesses minoritários	-	-	-	-	3	3
Resultado líquido do período	41.919	(31.082)	26.678	63	14.570	52.148

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

30-06-2013						
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo						
Crédito a Clientes						
Crédito hipotecário	-	15.537.878	-	-	-	15.537.878
Crédito ao consumo	-	1.422.176	-	-	-	1.422.176
Outros créditos	2.435.379	3.062.733	4.284.899	-	-	9.783.011
	<u>2.435.379</u>	<u>20.022.787</u>	<u>4.284.899</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.743.065</u>
Activos não afectos						12.289.549
Total do Activo						<u>39.032.614</u>
Passivo						
Recursos em Balanço						
Recursos de clientes e outros empréstimos	566.305	16.611.359	2.410.026	-	1.676.347	21.264.037
Responsabilidades representadas por títulos	-	311.595	140.053	-	2.204.161	2.655.809
	<u>566.305</u>	<u>16.922.954</u>	<u>2.550.079</u>	<u>-</u>	<u>3.880.508</u>	<u>23.919.846</u>
Garantias e Auaes (Nota 28)	211.598	179.989	773.132	-	-	1.164.719
Fundos de Investimento	-	1.287.307	712.991	796.803	-	2.797.101
31-12-2012						
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo						
Crédito a Clientes						
Crédito hipotecário	-	15.788.523	-	-	-	15.788.523
Crédito ao consumo	-	1.433.532	-	-	-	1.433.532
Outros créditos	2.024.753	3.309.047	4.423.794	-	-	9.757.594
	<u>2.024.753</u>	<u>20.531.102</u>	<u>4.423.794</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.979.649</u>
Activos não afectos						11.547.594
Total do Activo						<u>38.527.243</u>
Passivo						
Recursos em Balanço						
Recursos de clientes e outros empréstimos	415.014	18.193.057	2.889.103	-	-	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	-	353.878	328.165	-	3.271.476	3.953.519
	<u>415.014</u>	<u>18.546.935</u>	<u>3.217.268</u>	<u>-</u>	<u>3.271.476</u>	<u>25.450.693</u>
Garantias e Auaes (Nota 28)	206.332	189.279	824.119	-	-	1.219.730
Fundos de Investimento	-	1.261.600	641.874	813.723	-	2.717.197

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De seguida é apresentada a informação geográfica da actividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 30 de Junho de 2013, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	Portugal	Actividade internacional				Total	Entre segmentos	Total consolidado
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros			
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	240.015	-	-	-	-	-	-	240.015
Disponibilidades em outras instituições de crédito	370.480	110.762	-	9.172	427	120.361	(119.886)	370.955
Activos financeiros detidos para negociação	2.083.311	-	-	-	-	-	-	2.083.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	94.691	-	-	-	-	-	-	94.691
Activos financeiros disponíveis para venda	4.729.631	1.311.577	-	-	-	1.311.577	(1.311.577)	4.729.631
Aplicações em instituições de crédito	2.999.070	50.001	-	474.619	331.695	856.315	(856.081)	2.999.304
Crédito a clientes	26.743.065	-	-	-	-	-	-	26.743.065
Derivados de cobertura	204.413	-	-	-	-	-	-	204.413
Activos não correntes detidos para venda	222.417	-	-	-	-	-	-	222.417
Propriedades de investimento	18.660	-	-	-	-	-	-	18.660
Outros activos tangíveis	323.148	3	-	-	33	36	(1)	323.183
Activos intangíveis	59.681	-	-	-	-	-	-	59.681
Investimentos em associadas	31.671	-	118.086	-	-	118.086	-	149.757
Activos por impostos correntes	23.765	-	-	-	-	-	-	23.765
Activos por impostos diferidos	579.680	-	-	-	-	-	-	579.680
Outros activos	189.226	-	-	2	853	855	5	190.086
Total do Activo Líquido	38.912.924	1.472.343	118.086	483.793	333.008	2.407.230	(2.287.540)	39.032.614
Passivo								
Recursos de bancos centrais	6.346.572	-	-	-	-	-	-	6.346.572
Passivos financeiros detidos para negociação	1.843.981	-	-	-	-	-	-	1.843.981
Recursos de outras instituições de crédito	3.716.523	852.635	-	29.140	-	881.775	(881.775)	3.716.523
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.104.163	-	-	159.874	-	159.874	-	21.264.037
Responsabilidades representadas por títulos	2.655.809	-	-	-	-	-	-	2.655.809
Derivados de cobertura	390.515	-	-	-	-	-	4	390.519
Provisões	61.734	-	-	-	-	-	-	61.734
Passivos por impostos correntes	4.480	17.236	-	-	-	17.236	(16.905)	4.811
Passivos por impostos diferidos	42.716	-	-	-	-	-	16.904	59.620
Passivos subordinados	4.306	-	-	-	-	-	-	4.306
Outros passivos	308.982	132.927	-	1.908	169	135.004	(132.808)	311.178
Total do Passivo	36.479.781	1.002.798	-	190.922	169	1.193.889	(1.014.580)	36.659.090
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos accionistas	2.432.388	469.545	118.086	17.642	34.285	639.558	(1.272.957)	1.798.989
Interesses minoritários	755	-	-	275.229	298.554	573.783	(3)	574.535
Total do capital próprio	2.433.143	469.545	118.086	292.871	332.839	1.213.341	(1.272.960)	2.373.524
Total do passivo e do capital próprio	38.912.924	1.472.343	118.086	483.793	333.008	2.407.230	(2.287.540)	39.032.614

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	Portugal	Actividade internacional				Total	Entre segmentos	Total consolidado
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros			
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352.365	-	-	-	-	-	-	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	384.850	11.366	-	6.039	396	17.801	(17.328)	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.265.493	-	-	-	-	-	2	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	-	-	-	-	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.489.864	1.311.876	-	-	-	1.311.876	(1.311.876)	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	3.097.194	50.001	-	465.202	311.790	826.993	(826.765)	3.097.422
Crédito a clientes	26.979.649	-	-	-	-	-	-	26.979.649
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	-	-	-	284.850
Activos não correntes detidos para venda	206.840	-	-	-	-	-	-	206.840
Outros activos tangíveis	336.047	-	-	-	34	34	3	336.084
Activos intangíveis	65.842	-	-	-	-	-	-	65.842
Investimentos em associadas	31.710	-	111.284	-	-	111.284	-	142.994
Activos por impostos correntes	4.001	-	-	-	-	-	245	4.246
Activos por impostos diferidos	631.578	-	-	-	-	-	-	631.578
Outros activos	190.010	3	-	1.996	942	2.941	(1.995)	190.956
Total do Activo Líquido	38.414.028	1.373.246	111.284	473.237	313.162	2.270.929	(2.157.714)	38.527.243
Passivo								
Recursos de bancos centrais	5.837.242	-	-	-	-	-	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.048.741	-	-	-	-	-	2	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	1.949.574	1.013.953	-	4.227	-	1.018.180	(1.018.180)	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.323.190	-	-	171.022	-	171.022	2.962	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	3.953.519	-	-	-	-	-	-	3.953.519
Derivados de cobertura	455.906	-	-	-	-	-	5	455.911
Provisões	72.271	-	-	-	-	-	-	72.271
Passivos por impostos correntes	3.702	-	-	-	-	-	985	4.687
Passivos por impostos diferidos	57.911	-	-	-	-	-	17.392	75.303
Passivos subordinados	4.311	-	-	-	-	-	-	4.311
Outros passivos	302.838	-	-	3.313	191	3.504	(2.925)	303.417
Total do Passivo	36.009.205	1.013.953	-	178.562	191	1.192.706	(999.759)	36.202.152
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos accionistas	2.404.071	359.293	111.284	21.824	14.414	506.815	(1.157.955)	1.752.931
Interesses minoritários	752	-	-	272.851	298.557	571.408	-	572.160
Total do capital próprio	2.404.823	359.293	111.284	294.675	312.971	1.078.223	(1.157.955)	2.325.091
Total do passivo e do capital próprio	38.414.028	1.373.246	111.284	473.237	313.162	2.270.929	(2.157.714)	38.527.243

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmentos geográficos para o período findo em 30 de Junho de 2013 e 2012 era como segue:

	30-06-2013					Entre segmentos	Total consolidado	
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros			Total
Juros e rendimentos similares	644.105	35.320	-	13.373	1	48.694	(48.599)	644.200
Juros e encargos similares	(394.822)	(5.394)	-	(2.905)	-	(8.299)	5.554	(397.567)
Margem financeira	249.283	29.926	-	10.468	1	40.395	(43.045)	246.633
Rendimentos de instrumentos de capital	1.032	-	-	-	-	-	-	1.032
Rendimentos de serviços e comissões	200.885	114	-	-	-	114	(114)	200.885
Encargos com serviços e comissões	(27.317)	(35)	-	-	(121)	(156)	35	(27.438)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	7.513	-	-	(10)	-	(10)	6	7.509
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(827)	-	-	-	-	-	-	(827)
Resultados de reavaliação cambial	1.706	-	-	(38)	-	(38)	61	1.729
Resultados de alienação de outros activos	1.146	-	-	-	-	-	-	1.146
Outros resultados de exploração	(7.691)	-	-	-	(42)	(42)	(2)	(7.735)
Produto bancário	425.730	30.005	-	10.420	(162)	40.263	(43.059)	422.934
Custos com o pessoal	(138.588)	(95)	-	(100)	(310)	(505)	-	(139.093)
Gastos gerais administrativos	(66.383)	(164)	-	(54)	(123)	(341)	(1)	(66.725)
Amortizações do exercício	(30.624)	-	-	-	-	-	-	(30.624)
Provisões líquidas de anulações	4.224	-	-	-	-	-	-	4.224
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(124.123)	-	-	-	-	-	-	(124.123)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(4.988)	-	-	-	-	-	-	(4.988)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(22.569)	-	-	-	-	-	-	(22.569)
Resultados de associadas	528	-	5.957	-	-	5.957	(0)	6.484
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	43.207	29.746	5.957	10.266	(595)	45.374	(43.060)	45.520
Impostos correntes	(7.357)	(4.207)	-	-	-	(4.207)	-	(11.564)
Impostos diferidos	(10.260)	487	-	-	-	487	-	(9.773)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	25.590	26.026	5.957	10.266	(595)	41.654	(43.060)	24.183
Interesses minoritários	2	-	-	-	-	-	(4)	(2)
Resultado consolidado do período atribuível aos accionistas do BST	25.592	26.026	5.957	10.266	(595)	41.654	(43.064)	24.181

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	30/06/2012					Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros		
Juros e rendimentos similares	904.417	40.982	-	11.196	-	52.178	904.435
Juros e encargos similares	(619.156)	(8.491)	-	(2.827)	-	(11.318)	(622.269)
Margem financeira	285.261	32.491	-	8.369	-	40.860	282.166
Rendimentos de instrumentos de capital	1.645	-	-	-	-	-	1.645
Rendimentos de serviços e comissões	203.141	(54)	-	-	8	(46)	203.149
Encargos com serviços e comissões	(22.929)	-	-	-	(122)	(122)	(23.051)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(3.552)	-	-	(5)	-	(5)	(3.544)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(3.815)	-	-	-	-	-	(3.815)
Resultados de reavaliação cambial	2.609	-	-	1	-	1	2.610
Resultados de alienação de outros activos	83.497	-	-	-	(2)	(2)	83.495
Outros resultados de exploração	(3.268)	-	-	(2)	(40)	(42)	(3.310)
Produto bancário	542.589	32.437	-	8.363	(156)	40.644	539.345
Custos com o pessoal	(132.564)	(95)	-	(105)	(336)	(536)	(133.100)
Gastos gerais administrativos	(68.322)	(199)	-	(54)	(155)	(408)	(68.730)
Amortizações do exercício	(32.703)	-	-	-	(7)	(7)	(32.710)
Provisões líquidas de anulações	(4.107)	-	-	-	-	-	(4.107)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(214.881)	-	-	-	-	-	(214.881)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(20)	-	-	-	-	-	(20)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(26.447)	-	-	-	-	-	(26.447)
Resultados de associadas	639	-	3.964	-	-	3.964	4.603
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	64.184	32.143	3.964	8.204	(654)	43.657	63.953
Impostos correntes	(15.497)	(5.523)	-	-	-	(5.523)	(21.020)
Impostos diferidos	7.992	1.227	-	-	-	1.227	9.212
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	56.679	27.847	3.964	8.204	(654)	39.361	52.145
Interesses minoritários	3	-	-	-	-	-	3
Resultado consolidado do período atribuível aos accionistas do BST	56.676	27.847	3.964	8.204	(654)	39.361	52.148

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, retirados das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) directa		Participação (%) efectiva		Activo líquido		Capitais Próprios		Resultado do período	
	30-06-2013	31-12-2012	30-06-2013	31-12-2012	30-06-2013	31-12-2012	30-06-2013	31-12-2012	30-06-2013	31-12-2012
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	-	-	100,00	100,00	39.149.448	38.501.791	1.407.022	1.212.474	(1.338)	(9.180)
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA ⁽³⁾	-	-	24,99	24,99	1.236.153	1.864.889	211.256	229.836	22.725	44.023
TOTTA & AÇORES FINANCING ^{(1) (5)}	100,00	100,00	100,00	100,00	305.609	311.789	305.609	311.789	6.180	12.360
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	100,00	100,00	34.197	33.736	34.181	33.717	170	401
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	100,00	100,00	100,00	100,00	1.230	1.187	1.052	1.013	30	(88)
TOTTA IRELAND, PLC ⁽⁴⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	1.189.111	1.373.246	354.644	359.293	33.476	4.040
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS	100,00	100,00	100,00	100,00	101.679	101.468	74.838	74.865	(27)	4.293
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	115.707	112.634	111.258	109.225	278	2.474
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. ⁽³⁾	-	-	25,81	25,81	-	-	-	-	-	-
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS,SGPS, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	42.485	41.656	42.466	41.633	832	1.331
SANTANDER, ASSET MANAGEMENT, SGFIM, SA	-	-	100,00	100,00	28.690	26.426	23.293	22.270	1.040	11
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ^{(1) (6)}	100,00	100,00	100,00	100,00	480.543	473.237	289.538	294.675	10.312	18.276
TAXAGEST, SGPS, S.A.	99,00	99,00	99,00	99,00	55.159	55.043	55.153	54.963	190	(37)
PARTANG, SGPS ⁽³⁾	0,49	0,49	49,00	49,00	154.557	139.611	144.855	130.108	11.661	21.433
SANTANDER PENSÕES	-	-	100,00	100,00	3.651	3.685	3.244	3.607	397	769
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. ⁽³⁾	21,50	21,50	21,50	21,50	301.937	305.005	84.409	84.595	5.386	11.256
HIPOTOTTA nº 1 PLC	-	-	-	-	206.332	215.728	(1.436)	(3.423)	66	(2.061)
HIPOTOTTA nº 4 PLC	-	-	-	-	1.183.060	1.220.666	(11.146)	(20.466)	437	(8.699)
HIPOTOTTA nº 5 PLC	-	-	-	-	1.003.057	1.021.215	(6.172)	(12.215)	1.077	(5.081)
HIPOTOTTA nº 7 PLC ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	1.258.561	-	(17.739)	-	(5.684)
LEASETOTTA nº 1 Ltd	-	-	-	-	497.577	569.976	(15.456)	(23.142)	7.686	(15.292)
HIPOTOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	190.225	202.335	188.989	201.123	-	(2.282)
HIPOTOTTA nº 4 FTC	-	-	-	-	1.143.397	1.182.405	1.140.065	1.178.445	-	(9.982)
HIPOTOTTA nº 5 FTC	-	-	-	-	979.096	1.004.670	974.747	1.001.819	-	(7.814)
HIPOTOTTA nº 7 FTC ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	1.226.920	-	1.228.066	-	(13.001)
LEASETOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	412.842	485.651	418.533	506.336	-	(15.108)
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (BST SME nº 1) ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	2.028.717	-	98.179	-	-
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (TOTTA CONSUMER nº 1) ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	962.218	-	111.278	-	-

Empresa	Actividade	Sede	Método de consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Matriz
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA ⁽³⁾	Bancária	Angola	Excluída de consolidação
TOTTA & AÇORES FINANCING ^{(1) (5)}	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC ⁽⁴⁾	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS	Gestão de participações sociais	Madeira	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. ⁽³⁾	Promoção imobiliária	Portugal	Excluída de consolidação
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS,SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ^{(1) (6)}	Bancária	Porto Rico	Integral
SANTANDER, ASSET MANAGEMENT, SGFIM, SA	Gestão de fundos	Portugal	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
SANTANDER PENSÕES	Gestão de fundos de pensões	Portugal	Integral
PARTANG, SGPS ⁽³⁾	Gestão de participações sociais	Portugal	Excluída de consolidação
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. ⁽³⁾	Gestão de cartões de crédito	Portugal	Excluída de consolidação
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 7 PLC ⁽⁷⁾	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
LEASETOTTA nº 1 Ltd	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 7 FTC ⁽⁷⁾	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
LEASETOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (BST SME nº 1) ⁽⁷⁾	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (TOTTA CONSUMER nº 1) ⁽⁷⁾	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- (1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 27).
- (2) A situação líquida desta entidade inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760.
- (3) Valorizada por equivalência patrimonial.
- (4) Os montantes reflectidos nas colunas do “Resultado do período” correspondem ao resultado líquido apurado no período compreendido de 1 de Dezembro de 2012 e 30 de Junho de 2013 e 1 de Dezembro de 2011 e 30 de Junho de 2012, em virtude desta entidade encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro. No período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2013, o resultado líquido da Totta Ireland, Plc. ascendeu a mEuros 29.436.
- (5) O capital está representado por 50.000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 0,01%.
- (6) O capital está representado por 5.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.
- (7) Emissões liquidadas durante o exercício de 2012 e no primeiro semestre de 2013.

De acordo com a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade. Tal deve-se ao facto de ter na sua carteira as obrigações emitidas com maior grau de subordinação (Nota 44). Estas entidades estão acima indicadas como Leasetotta Ltd, Hipotottas FTC (fundos de titularização de créditos) e Hipotottas PLC ou Ltd. (entidades que subscreveram as unidades de participação dos fundos de titularização).

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Caixa	191.917	210.763
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
Banco Central Europeu	48.098	141.602
	-----	-----
	240.015	352.365
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Depósitos à ordem	526	490
Cheques a cobrar	53.879	62.074
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	315.209	321.138
Cheques a cobrar	1.341	1.621
	-----	-----
	370.955	385.323
	=====	=====

7. ACTIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>		
Derivados com justo valor positivo	1.847.163	2.031.856
Títulos - Unidades de Participação	236.148	233.639
	-----	-----
	2.083.311	2.265.495
	-----	-----
<u>Passivos financeiros detidos para negociação</u>		
Derivados com justo valor negativo	(1.843.981)	(2.048.743)
	-----	-----
Saldo líquido do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	3.182	(16.887)
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Títulos - Unidades de Participação" refere-se essencialmente a fundos geridos por entidades do Grupo Santander, com a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Fundos de investimento mobiliário	236.122	233.613
Fundos especiais de investimento	26	26
	-----	-----
	236.148	233.639
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, as rubricas de instrumentos financeiros derivados têm a seguinte composição:

	30-06-2013			31-12-2012		
	Activo	Passivo	Líquido (Nota 12)	Activo	Passivo	Líquido (Nota 12)
FRA's	15	-	15	227	-	227
Forwards	797	943	(146)	576	746	(170)
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	3.045	6.818	(3.773)	3.179	18.900	(15.721)
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	1.462.093	1.455.645	6.448	1.687.138	1.689.107	(1.969)
Contratos sobre cotações (equity swaps)	107.228	106.588	640	113.516	112.843	673
Opções	91.172	91.170	2	22.343	22.343	-
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	182.813	182.817	(4)	204.877	204.804	73
	<u>1.847.163</u>	<u>1.843.981</u>	<u>3.182</u>	<u>2.031.856</u>	<u>2.048.743</u>	<u>(16.887)</u>

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 o saldo desta rubrica corresponde exclusivamente a obrigações do Tesouro Português com vencimento em Setembro de 2013.

Os juros e os resultados da valorização destas obrigações ao seu justo valor são reflectidos na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" (Nota 34).

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013							Valor de balanço
	Custo de aquisição	Juros a receber	Correcções de valor por operações de cobertura	Reserva de justo valor			Imparidade (Nota 22)	
				Positiva	Negativa	Total (Nota 25)		
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	2.179.331	32.908	119.446	983	(181.377)	(180.394)	(243)	2.151.048
Outros emissores públicos nacionais	620.500	6.208	-	8	(6.661)	(6.653)	-	620.055
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	89.821	81	-	-	(28.661)	(28.661)	-	61.241
Dívida não subordinada	467.915	4.318	-	-	(23.932)	(23.932)	(231)	448.070
Dívida subordinada	127.775	28	-	-	(7.878)	(7.878)	(16.597)	103.328
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	1.007.640	11.245	127.908	205	(133.268)	(133.063)	-	1.013.730
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	360.386	-	-	363	(2.674)	(2.311)	(39.879)	318.196
Valorizados ao custo histórico	19.778	-	-	-	-	-	(6.275)	13.503
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao custo histórico	1.206	-	-	-	-	-	(746)	460
	<u>4.874.352</u>	<u>54.788</u>	<u>247.354</u>	<u>1.559</u>	<u>(384.451)</u>	<u>(382.892)</u>	<u>(63.971)</u>	<u>4.729.631</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2012							
	Custo de aquisição	Juros a receber	operações de cobertura	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço	
				Positiva	Negativa			
						(Nota 25)	(Nota 22)	
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	1.612.565	25.395	155.226	461	(229.662)	(229.201)	(252)	1.563.733
Outros emissores públicos nacionais	420.456	3.385	-	-	(9.442)	(9.442)	-	414.399
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	93.047	88	-	-	(27.688)	(27.688)	-	65.447
Dívida não subordinada	170.285	579	-	-	(25.481)	(25.481)	(230)	145.153
Dívida subordinada	127.294	28	-	-	(10.808)	(10.808)	(15.674)	100.840
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	1.007.573	23.111	166.351	294	(207.771)	(207.477)	-	989.558
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	234.432	-	-	670	(2.939)	(2.269)	(36.114)	196.049
Valorizados ao custo histórico	20.192	-	-	-	-	-	(5.967)	14.225
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao custo histórico	1.206	-	-	-	-	-	(746)	460
	3.687.050	52.586	321.577	1.425	(513.791)	(512.366)	(58.983)	3.489.864

Em 30 Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, as rubricas de obrigações do tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluem valias reconhecidas em resultados nos montantes de mEuros 247.354 e mEuros 321.577, respectivamente, relativos a correcções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentam as seguintes características:

Descrição	30-06-2013					31-12-2012						
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
Com vencimento até um ano	336.127	2.098	-	978	-	339.203	50.676	747	-	460	-	51.883
Com vencimento entre um e três anos	650.482	16.547	19.833	(20.290)	-	666.572	771.722	5.906	28.518	(28.560)	-	777.586
Com vencimento entre três e cinco anos	517.235	12.821	-	(14.998)	-	515.058	114.678	1.009	-	(7.666)	-	108.021
Com vencimento entre cinco e dez anos	675.000	1.439	99.613	(146.084)	-	629.968	675.000	17.728	126.708	(193.435)	-	626.001
Outros	487	3	-	-	(243)	247	489	5	-	-	(252)	242
	2.179.331	32.908	119.446	(180.394)	(243)	2.151.048	1.612.565	25.395	155.226	(229.201)	(252)	1.563.733
Obrigações do Tesouro - Espanha												
Com vencimento entre cinco e dez anos	1.000.000	11.161	127.908	(133.268)	-	1.005.801	1.000.000	23.028	166.351	(207.771)	-	981.608
Outros	7.640	84	-	205	-	7.929	7.573	83	-	294	-	7.950
	1.007.640	11.245	127.908	(133.063)	-	1.013.730	1.007.573	23.111	166.351	(207.477)	-	989.558
	3.186.971	44.153	247.354	(313.457)	(243)	3.164.778	2.620.138	48.506	321.577	(436.678)	(252)	2.553.291

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o Grupo detém na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha utilizados como colaterais em operações de financiamento (Notas 18 e 19).

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Instrumentos de dívida – Outros residentes" inclui os seguintes títulos:

Descrição	30-06-2013				31-12-2012					
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Outras titularizações										
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES 2025	89.771	81	(28.641)	-	61.211	92.998	88	(27.673)	-	65.413
ENERGYON NO.2 CLASS B NOTES 2025	50	-	(20)	-	30	49	-	(15)	-	34
	89.821	81	(28.661)	-	61.241	93.047	88	(27.688)	-	65.447
Dívida não subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.75% JAN/2018	199.822	3.366	(666)	-	202.522	-	-	-	-	-
GALP ENERGIA 2013/2017	99.111	443	(3.346)	-	96.208	-	-	-	-	-
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	70.000	191	(7.241)	-	62.950	70.000	235	(10.290)	-	59.945
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIOR A	31.072	28	(479)	-	30.621	32.078	30	(1.482)	-	30.626
OBRIGAÇÕES ZON MULTIMÉDIA 2014	24.300	45	(744)	-	23.601	24.300	47	(1.011)	-	23.336
AUTO SUECO 2009/2014	15.000	2	(904)	-	14.098	15.000	3	(1.202)	-	13.801
EDIA 2010/2030	19.250	227	(10.493)	-	8.984	19.250	248	(11.144)	-	8.354
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIOR B	9.130	15	(59)	-	9.086	9.427	16	(352)	-	9.091
Outros	230	1	-	(231)	-	230	-	-	(230)	-
	467.915	4.318	(23.932)	(231)	448.070	170.285	579	(25.481)	(230)	145.153
Dívida subordinada										
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS 2017	110.922	25	-	(13.745)	97.202	110.492	24	-	(15.674)	94.842
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	14.000	-	(7.878)	-	6.122	14.000	1	(8.428)	-	5.573
BPSM/97-TOP'S-OB.PERP.SUB.-1./2.	2.853	3	-	(2.852)	4	2.802	3	(2.380)	-	425
	127.775	28	(7.878)	(16.597)	103.328	127.294	28	(10.808)	(15.674)	100.840

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Com referência a 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Instrumentos de capital” inclui os seguintes títulos:

Descrição	30-06-2013			31-12-2012			Valor de balanço	
	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade		
Valorizados ao justo valor								
NOVIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	245.910	(614)	-	245.296	125.910	649	-	126.559
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	26.379	(1.827)	-	24.552	26.379	(461)	-	25.918
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	25.690	-	(3.743)	21.947	25.014	(2.478)	-	22.536
FUNDO SOLUÇÃO ARRENDAMENTO	20.500	(234)	-	20.266	15.000	-	-	15.000
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUAS	1.951	57	-	2.008	2.086	-	-	2.086
Outros	6.541	307	(2.721)	4.127	6.628	21	(2.699)	3.950
Títulos com imparidade a 100%	33.415	-	(33.415)	-	33.415	-	(33.415)	-
	<u>360.386</u>	<u>(2.311)</u>	<u>(39.879)</u>	<u>318.196</u>	<u>234.432</u>	<u>(2.269)</u>	<u>(36.114)</u>	<u>196.049</u>
Valorizados ao custo histórico								
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE (ex-AENOR)	3.749	-	(455)	3.294	3.749	-	(404)	3.345
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE								
Prestações Suplementares (ex-AENOR)	3.749	-	(200)	3.549	3.749	-	-	3.749
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
Outros	4.998	-	(1.339)	3.659	6.158	-	(2.028)	4.130
Títulos com imparidade a 100%	5.027	-	(5.027)	-	4.281	-	(4.281)	-
	<u>20.984</u>	<u>-</u>	<u>(7.021)</u>	<u>13.963</u>	<u>21.398</u>	<u>-</u>	<u>(6.713)</u>	<u>14.685</u>

No último trimestre de 2012, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., obrigações subordinadas emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. por mEuros 15.674 acima do respectivo justo valor. Na sequência desta operação, em 31 de Dezembro de 2012 registou perdas por imparidade no mesmo montante.

Durante o ano de 2012, o Banco subscreveu 3.002.028 unidades de participação do Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional no valor de mEuros 15.000. O capital foi realizado em numerário no montante de mEuros 2 e o valor remanescente através da entrega de imóveis.

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR, nos montantes de mEuros 676 e mEuros 6.658, respectivamente. Naquelas datas, o Banco detinha em carteira 25.685 e 25.010 unidades de participação correspondentes a 4,11% e 4,13%, respectivamente, do capital do fundo.

Durante o primeiro semestre de 2012 o Banco procedeu à reclassificação das unidades de participação detidas nos Fundos de Investimento Imobiliário “Novimovest” e “Lusimovest” da rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” para “Activos financeiros disponíveis para venda”. O impacto da reclassificação destas unidades de participação em resultados e na reserva de justo valor foi o seguinte:

Valor de balanço na data de reclassificação:	
. Unidades de participação	50.289
. Direitos de crédito sobre o Fundo Lusimovest	15.890

	66.179

Justo valor das unidades de participação reclassificadas em 31 de Dezembro de 2012	50.015

Reserva de justo valor das unidades de participação reclassificadas em 2012 (excluindo efeito fiscal)	(274)
	=====
Justo valor das unidades de participação reclassificadas em 30 de Junho de 2013	48.472

Reserva de justo valor das unidades de participação reclassificadas em 2013 (excluindo efeito fiscal)	(1.543)
	=====

Em Outubro de 2012 o Banco reclassificou de “Activos financeiros disponíveis para venda” para “Outros activos – Devedores diversos” o saldo relativo a direitos de crédito detidos sob o Fundo Lusimovest, o qual naquela data ascendia a mEuros 24.500 (Nota 17).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No primeiro semestre de 2012, o Banco reclassificou para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda” (Nota 13) as 2.748.238 unidades de participação no montante de mEuros 18.663 do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado – Imorent, recebida no exercício de 2011, na sequência de um acordo de regularização de dívida referente um crédito concedido. Este Fundo encontra-se em processo de liquidação.

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	30-06-2013					31-12-2012				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida										
. Entre 0% e 25%	3.550.894	51.847	247.354	(331.075)	3.519.020	2.297.157	33.638	194.869	(265.195)	2.260.469
. Entre 25% e 50%	100.323	81	-	(32.331)	68.073	778.551	17.817	126.708	(223.703)	699.373
. Superior a 50%	33.250	227	-	(18.371)	15.106	36.052	252	-	(21.954)	14.350
	<u>3.684.467</u>	<u>52.155</u>	<u>247.354</u>	<u>(381.777)</u>	<u>3.602.199</u>	<u>3.111.760</u>	<u>51.707</u>	<u>321.577</u>	<u>(510.852)</u>	<u>2.974.192</u>
Instrumentos de capital										
. Entre 0% e 25%	292.789	-	-	(2.674)	290.115	51.393	-	-	(2.939)	48.454
	<u>3.977.256</u>	<u>52.155</u>	<u>247.354</u>	<u>(384.451)</u>	<u>3.892.314</u>	<u>3.163.153</u>	<u>51.707</u>	<u>321.577</u>	<u>(513.791)</u>	<u>3.022.646</u>

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Aplicações no Banco de Portugal	700.000	900.000
	-----	-----
Aplicações em instituições de crédito no País		
Depósitos	200.000	-
Empréstimos	51.822	46.581
Juros a receber	1.336	261
	-----	-----
	253.158	46.842
	-----	-----
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	1.175.395	1.192.627
Outras aplicações	742.142	709.874
Aplicações a muito curto prazo	112.471	216.402
Juros a receber	16.138	31.677
	-----	-----
	2.046.146	2.150.580
	-----	-----
	2.999.304	3.097.422
	=====	=====

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	4.049.409	4.148.746
Crédito em conta corrente	1.217.711	1.195.764
Créditos tomados	946.867	905.312
Locação financeira	459.457	455.646
Descobertos	352.996	337.700
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	125.957	137.300
Outros créditos	32.471	26.898
A particulares		
Habitação	12.755.443	11.745.561
Consumo e outros	1.764.850	1.798.911
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	109.095	124.141
Créditos tomados	35.832	42.147
Crédito em conta corrente	12.247	9.558
Outros créditos	8.160	1.541
Locação financeira	2.781	3.276
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	522	85
Descobertos	107	2.559
A particulares		
Habitação	383.233	377.167
Consumo e outros	38.154	39.894
	-----	-----
	22.295.292	21.352.206
	-----	-----
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos		
Papel comercial	1.709.934	1.451.055
	-----	-----
Activos titularizados não desreconhecidos		
Empresas		
Locação Financeira		
. Leasetotta nº 1	389.049	462.375
Particulares		
Empréstimos		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 1	189.077	200.164
. Hipototta nº 4	1.139.935	1.177.349
. Hipototta nº 5	970.498	997.032
. Hipototta nº 7	-	1.217.069
Locação Financeira		
. Leasetotta nº 1	404	685
	-----	-----
	2.688.963	4.054.674
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	44.633	45.689
Há mais de 90 dias	924.833	891.127
Activos titularizados não desreconhecidos	70.934	89.771
	-----	-----
	1.040.400	1.026.587
	-----	-----
	27.734.589	27.884.522
	-----	-----
Juros a receber		
Crédito não titulado	52.711	52.626
Crédito titulado	3.244	4.161
Activos titularizados não desreconhecidos	3.656	6.852
Despesas com encargo diferido	84.644	89.526
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(95.621)	(98.476)
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	4.783	6.100
	-----	-----
	53.417	60.789
	-----	-----
	27.788.006	27.945.311
Imparidade em crédito a clientes (Nota 22)	(1.044.941)	(965.662)
	-----	-----
	26.743.065	26.979.649
	=====	=====

No primeiro semestre de 2013 e de 2012 foram vendidas carteiras de crédito à habitação e a empresas. Como resultado destas operações foram registados ganhos líquidos de mEuros 1.647 e mEuros 3.825 mEuros, respectivamente (Nota 37).

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Crédito interno – Crédito à habitação" inclui créditos afecto ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco totalizando mEuros 8.261.525 e mEuros 7.675.686, respectivamente (Nota 21).

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os semestres findos em 30 de Junho de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 22.

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentava o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Até três meses	45.997	49.934
Entre três e seis meses	46.708	97.166
Entre seis meses e um ano	207.521	247.703
Entre um ano e três anos	585.946	515.542
Mais de três anos	154.228	119.242
	-----	-----
	1.040.400	1.026.587
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a composição da carteira de crédito concedido a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	30-06-2013			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	214.390	11.516	225.906	0,81%
Pescas	27.614	957	28.571	0,10%
Indústrias extractivas	88.786	3.579	92.365	0,33%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	477.774	15.882	493.656	1,78%
Têxteis, vestuário e couro	428.938	17.505	446.443	1,61%
Madeira e cortiça	94.807	5.670	100.477	0,36%
Papel, gráficas e editoriais	258.311	4.621	262.932	0,95%
Indústria química	160.839	2.168	163.007	0,59%
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	290.183	4.301	294.484	1,06%
Metalurgia	129.690	8.222	137.912	0,50%
Máquinas e material de transporte	212.768	11.646	224.414	0,81%
Electricidade, água e gás	288.965	2.521	291.486	1,05%
Construção e obras públicas	1.476.589	205.155	1.681.744	6,06%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	651.375	49.075	700.450	2,53%
Comércio de retalho	615.064	52.315	667.379	2,41%
Restaurantes e hotéis	447.545	24.356	471.901	1,70%
Transportes e comunicações	658.774	16.462	675.236	2,43%
Instituições financeiras não monetárias	681.744	42	681.786	2,46%
Sector público administrativo	319.598	476	320.074	1,15%
Outras empresas de serviços	1.451.723	113.877	1.565.600	5,64%
Crédito a particulares	16.438.504	473.625	16.912.129	60,98%
Crédito ao exterior	342.901	5.998	348.899	1,26%
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	804.152	6.117	810.269	2,92%
Outros créditos	133.155	4.314	137.469	0,50%
	<u>26.694.189</u>	<u>1.040.400</u>	<u>27.734.589</u>	<u>100%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2012			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	196.186	10.979	207.165	0,74%
Pescas	22.465	885	23.350	0,08%
Indústrias extractivas	76.740	3.341	80.081	0,29%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	377.099	12.505	389.604	1,40%
Têxteis, vestuário e couro	367.730	17.189	384.919	1,38%
Madeira e cortiça	87.374	5.657	93.031	0,33%
Papel, gráficas e editoriais	253.911	4.114	258.025	0,93%
Indústria química	139.790	1.108	140.898	0,51%
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	227.827	3.158	230.985	0,83%
Metalurgia	140.131	7.236	147.367	0,53%
Máquinas e material de transporte	234.778	11.074	245.852	0,88%
Electricidade, água e gás	269.065	4.332	273.397	0,98%
Construção e obras públicas	1.535.568	204.745	1.740.313	6,24%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	622.867	39.232	662.099	2,37%
Comércio de retalho	668.126	44.678	712.804	2,56%
Restaurantes e hotéis	397.555	43.092	440.647	1,58%
Transportes e comunicações	614.601	15.413	630.014	2,26%
Instituições financeiras não monetárias	449.620	4.232	453.852	1,63%
Sector público administrativo	653.341	7.028	660.369	2,37%
Outras empresas de serviços	1.495.854	86.876	1.582.730	5,68%
Crédito a particulares	16.782.550	459.107	17.241.657	61,83%
Crédito ao exterior	369.628	4.588	374.216	1,34%
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	738.732	31.100	769.832	2,76%
Outros créditos	136.397	4.918	141.315	0,51%
	<u>26.857.935</u>	<u>1.026.587</u>	<u>27.884.522</u>	<u>100%</u>

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, considerando a segmentação para efeitos de apuramento de perdas por imparidade, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2013		
	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	9.268.135	9.268.135
. Com indícios de imparidade	544.240	360.917	905.157
	544.240	9.629.052	10.173.292
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	14.508.542	14.508.542
. Com indícios de imparidade	325.884	747.572	1.073.456
	325.884	15.256.114	15.581.998
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.042.755	1.042.755
. Com indícios de imparidade	32.654	60.399	93.053
	32.654	1.103.154	1.135.808

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	30-06-2013		
	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	242.605	242.605
. Com indícios de imparidade	35.150	12.628	47.778
	-----	-----	-----
	35.150	255.233	290.383
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	368.368	368.368
. Com indícios de imparidade	102.472	82.268	184.740
	-----	-----	-----
	102.472	450.636	553.108
	-----	-----	-----
	1.040.400	26.694.189	27.734.589
	=====	=====	=====
	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
	31-12-2012		
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	9.254.210	9.254.210
. Com indícios de imparidade	547.969	217.601	765.570
	-----	-----	-----
	547.969	9.471.811	10.019.780
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	14.823.138	14.823.138
. Com indícios de imparidade	303.252	701.747	1.004.999
	-----	-----	-----
	303.252	15.524.885	15.828.137
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.048.143	1.048.143
. Com indícios de imparidade	37.458	62.869	100.327
	-----	-----	-----
	37.458	1.111.012	1.148.470
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	248.211	248.211
. Com indícios de imparidade	31.912	12.159	44.071
	-----	-----	-----
	31.912	260.370	292.281
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	412.022	412.022
. Com indícios de imparidade	105.996	77.835	183.831
	-----	-----	-----
	105.996	489.857	595.853
	-----	-----	-----
	1.026.587	26.857.935	27.884.522
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)12. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013			31-12-2012		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	59.962	273.823	(213.861)	90.407	370.277	(279.870)
"Equity swaps"	45.556	32.715	12.841	50.522	14.273	36.249
Opções AutoCallable	1.500	71.111	(69.611)	2.656	71.361	(68.705)
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	95.975	12.870	83.105	141.265	-	141.265
FRA's	1.420	-	1.420	-	-	-
	<u>204.413</u>	<u>390.519</u>	<u>(186.106)</u>	<u>284.850</u>	<u>455.911</u>	<u>(171.061)</u>

Em 30 de Junho de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	30-06-2013							Valor nominal	
	Valor de balanço	Valor nominal					Total	Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras		52.934	14.970	8.479	-	-	76.383	27.586	48.797
. Vendas	(146)	52.994	14.986	8.492	-	-	76.472	33.834	42.638
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras		1.308.852	-	-	-	-	1.308.852	-	1.308.852
. Vendas	(3.773)	1.312.377	-	-	-	-	1.312.377	1.312.377	-
Swaps de taxa de juro									
Outros	6.448	1.061.740	426.344	825.199	2.859.658	4.233.093	9.405.994	9.295.725	110.269
Swaps sobre cotações (equity swaps)	640	4.871	1.600	-	622.379	-	628.850	622.379	6.471
FRA's	15	-	80.000	20.000	-	-	100.000	100.000	-
Opções de moeda									
. Compras		9.142	6.435	26.578	-	-	42.155	23.078	19.077
. Vendas	2	9.142	6.206	26.577	-	-	41.925	23.078	18.847
Opções de taxa de juro									
. Compras		480	336	193	461.863	283.877	746.749	745.740	1.009
. Vendas		480	336	193	-	-	1.009	-	1.009
Caps	(4)	20.710	44.181	75.528	153.900	1.322.846	1.617.165	1.617.165	-
Floors		30.000	-	56.237	7.013	513.510	606.760	575.523	31.237
	<u>3.182</u>	<u>3.863.722</u>	<u>595.394</u>	<u>1.047.436</u>	<u>4.104.813</u>	<u>6.353.326</u>	<u>15.964.691</u>	<u>14.376.485</u>	<u>1.588.206</u>
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	54.874	86.845	104.887	95.315	1.066.398	196.069	1.549.514	1.541.792	7.722
. Activos financeiros disponíveis para venda	(268.735)	-	-	-	400.000	1.675.000	2.075.000	2.075.000	-
"Equity swaps"	12.841	83.542	75.184	395.446	2.588.339	34.322	3.176.833	3.021.222	155.611
Opções AutoCallable	(69.611)	5.900	146.738	215.680	22.393	-	390.711	390.711	-
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)	83.105	-	-	1.000.000	775.000	1.925.000	3.700.000	3.700.000	-
FRA's	1.420	-	300.000	2.200.000	-	-	2.500.000	2.500.000	-
	<u>(186.106)</u>	<u>176.287</u>	<u>626.809</u>	<u>3.906.441</u>	<u>4.852.130</u>	<u>3.830.391</u>	<u>13.392.058</u>	<u>13.228.725</u>	<u>163.333</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Tipo de instrumento financeiro	31-12-2012							Valor nocional	
	Valor de balanço	Valor nocional					Total	Valor nocional	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	(170)	27.327	15.579	3.176	-	-	46.082	14.566	31.516
. Vendas		27.428	15.603	3.168	-	-	46.199	24.243	21.956
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	(15.721)	1.258.038	38.379	-	-	-	1.296.417	19.393	1.277.024
. Vendas		1.273.385	38.371	-	-	-	1.311.756	1.292.770	18.986
Swaps de taxa de juro									
Outros	(1.969)	572.113	961.321	1.761.715	3.356.906	4.874.011	11.526.066	11.420.878	105.188
Swaps sobre cotações (equity swaps)									
FRA's	673	6.223	1.646	6.415	479.683	170.714	664.681	652.815	11.866
Opções de moeda	227	44.800	20.000	80.000	20.000	-	164.800	164.800	-
. Compras	-	16.955	2.445	-	-	-	19.400	-	19.400
. Vendas	-	16.955	2.445	-	-	-	19.400	-	19.400
Opções de taxa de juro	-	812	619	993	191	800.558	803.173	800.791	2.382
. Compras	-	762	619	810	191	-	2.382	-	2.382
. Vendas	-	762	619	810	191	-	2.382	-	2.382
Caps	142	6.456	9.343	73.214	231.706	1.387.886	1.708.605	1.708.605	-
Floors	(69)	-	-	30.000	64.903	535.041	629.944	597.457	32.487
	(16.887)	3.251.254	1.106.370	1.959.491	4.153.580	7.768.210	18.238.905	16.696.318	1.542.587
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	83.928	32.081	1.008.950	197.190	1.110.756	270.106	2.619.083	2.585.397	33.686
. Activos financeiros disponíveis para venda	(363.798)	-	-	-	400.000	1.675.000	2.075.000	2.075.000	-
Opções AutoCallable	(68.705)	70.745	12.662	152.725	241.453	-	477.585	477.585	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	36.249	159.592	52.006	158.633	2.389.435	57.458	2.817.124	2.678.041	139.083
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)	141.265	300.000	250.000	-	1.200.000	1.200.000	2.950.000	2.950.000	-
	(171.061)	562.418	1.323.618	508.548	5.341.644	3.202.564	10.938.792	10.766.023	172.769

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, as rubricas "Activos não correntes detidos para venda" e "Propriedades de investimento" apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2013	31-12-2012
<u>Activos não correntes detidos para venda</u>		
Imóveis recebidos em dação em pagamento	277.213	245.156
Imóveis de serviço próprio para venda	33.452	31.428
Unidades de participação	18.663	18.663
Equipamento	5.619	5.558
Outros imóveis	100	100
	-----	-----
	335.047	300.905
	-----	-----
Imparidade acumulada (Nota 22)	(112.630)	(94.065)
	-----	-----
	222.417	206.840
	=====	=====
<u>Propriedades de investimento</u>		
Hotel	18.660	-
	=====	==

No exercício de 2011 o Banco recebeu 2.748.238 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado - Imorent por um montante de mEuros 18.663, na sequência de um acordo de regularização de uma dívida a receber referente a um crédito concedido, tendo registado este activo na rubrica de "Activos financeiros disponíveis para venda". No primeiro semestre de 2012 reclassificou essas unidades de participação para esta rubrica por considerar que as mesmas se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existir a probabilidade de alienação no período de um ano (Nota 9).

O justo valor do imóvel classificado em "Propriedades de investimento" foi determinado com base numa avaliação realizada por um perito avaliador devidamente qualificado. A Avaliação foi efectuada com base no método do rendimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nestas rubricas durante os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2013 e 2012, pode ser apresentado como segue:

	31 de Dezembro de 2012						30 de Junho de 2013				
	Valor Bruto	Imparidade acumulada (Nota 22)	Entradas	Alienações	Transferências (Nota 14)	Dotações	Reposições	Utilizações	Valor Bruto	Imparidade acumulada (Nota 22)	Valor líquido
Imóveis recebidos em dação em pagamento	245.156	(71.078)	89.553	(57.496)	-	(39.062)	15.138	7.948	277.213	(87.054)	190.159
Imóveis de serviço próprio para venda	31.528	(15.413)	-	(846)	2.870	(2.493)	-	405	33.552	(17.501)	16.051
Equipamento	5.558	(3.574)	3.903	(3.842)	-	(2.474)	1.381	592	5.619	(4.075)	1.544
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
	<u>300.905</u>	<u>(94.065)</u>	<u>93.456</u>	<u>(62.184)</u>	<u>2.870</u>	<u>(44.029)</u>	<u>16.519</u>	<u>8.945</u>	<u>335.047</u>	<u>(112.630)</u>	<u>222.417</u>

	31 de Dezembro de 2011						30 de Junho de 2012				
	Valor Bruto	Imparidade acumulada (Nota 22)	Entradas	Alienações	Transferências (Notas 9 e 14)	Dotações	Reposições	Utilizações	Valor Bruto	Imparidade acumulada (Nota 22)	Valor líquido
Imóveis recebidos em dação em pagamento	177.737	(53.639)	71.705	(41.521)	-	(15.715)	672	6.006	207.921	(62.676)	145.245
Imóveis de serviço próprio para venda	26.625	(10.757)	46	(265)	5.007	(4.092)	90	18	31.413	(14.741)	16.672
Equipamento	3.982	(2.785)	1.627	(452)	-	(990)	112	32	5.157	(3.631)	1.526
Unidades de participação	-	-	-	-	18.663	(2.000)	-	-	18.663	(2.000)	16.663
	<u>208.344</u>	<u>(67.181)</u>	<u>73.378</u>	<u>(42.238)</u>	<u>23.670</u>	<u>(22.797)</u>	<u>874</u>	<u>6.056</u>	<u>263.154</u>	<u>(83.048)</u>	<u>180.106</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2012				Abates		Transferências De/Para activos detidos para venda (Nota 13)		Amortizações do		Reversões de		Diferenças de câmbio		30-06-2013		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	exercício	Imparidade (Nota 22)	Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
	Activos tangíveis																
Imóveis																	
. Imóveis de serviço próprio	408.502	126.731	3.875	720	346	346	(3.264)	(396)	3.738	15	(47)	-	-	405.612	129.727	3.843	272.042
. Despesas em edifícios arrendados	134.256	110.170	-	528	1.814	1.814	-	-	3.628	-	-	2	2	132.972	111.986	-	20.986
. Outros imóveis	306	4	20	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	306	5	20	281
Activos tangíveis em curso																	
. Imóveis de serviço próprio	131	-	-	293	-	-	-	-	-	-	-	-	-	424	-	-	424
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	<u>543.196</u>	<u>236.905</u>	<u>3.895</u>	<u>1.541</u>	<u>2.160</u>	<u>2.160</u>	<u>(3.264)</u>	<u>(396)</u>	<u>7.367</u>	<u>15</u>	<u>(47)</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>539.315</u>	<u>241.718</u>	<u>3.863</u>	<u>293.734</u>
Equipamento																	
. Mobiliário e material	23.219	19.287	-	25	165	165	-	-	690	-	-	-	-	23.079	19.812	-	3.267
. Máquinas e ferramentas	3.966	3.854	-	4	32	32	-	-	23	-	-	-	-	3.938	3.845	-	93
. Equipamento informático	124.725	113.064	-	410	463	440	-	-	2.436	-	-	-	-	124.672	116.060	-	9.612
. Instalações interiores	92.346	84.120	-	1.338	2.287	2.287	(3)	(1)	1.285	-	-	-	-	91.394	83.117	-	8.277
. Material de transporte	17.708	11.970	-	489	581	502	-	-	1.582	-	-	-	-	17.616	13.050	-	4.566
. Equipamento de segurança	27.593	26.904	-	40	233	233	-	-	179	-	-	-	-	27.400	26.850	-	550
. Outro equipamento	5.801	4.008	-	72	68	68	-	-	318	-	-	-	-	5.805	4.258	-	1.547
	<u>295.358</u>	<u>263.207</u>	<u>-</u>	<u>2.378</u>	<u>3.829</u>	<u>3.727</u>	<u>(3)</u>	<u>(1)</u>	<u>6.513</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>293.904</u>	<u>265.992</u>	<u>-</u>	<u>27.912</u>
Outros activos tangíveis																	
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	1537	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1537	-	-	1.537
	<u>1.818</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.818</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>1.537</u>
	<u>840.372</u>	<u>500.393</u>	<u>3.895</u>	<u>3.919</u>	<u>5.989</u>	<u>5.887</u>	<u>(3.267)</u>	<u>(397)</u>	<u>13.880</u>	<u>15</u>	<u>(47)</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>835.037</u>	<u>507.991</u>	<u>3.863</u>	<u>323.183</u>
Activos intangíveis																	
. Software adquirido a terceiros	342.991	277.149	-	10.583	754	754	-	-	16.744	-	-	-	-	352.820	293.139	-	59.681
. Trespases	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-
. Outros	29	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	29	-	-
	<u>346.605</u>	<u>280.763</u>	<u>-</u>	<u>10.583</u>	<u>754</u>	<u>754</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.744</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>356.434</u>	<u>296.753</u>	<u>-</u>	<u>59.681</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nestas rubricas durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2011			Aquisições	Abates		Transferências				Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio		30-06-2012			Valor líquido	
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	De/Para activos detidos para venda (Nota 13)		Entre activos fixos			Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Imparidade (Nota 22)
							Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas								
Activos tangíveis																		
Imóveis																		
. Imóveis de serviço próprio	415.472	120.744	2.486	176	-	-	(6.526)	(1560)	(846)	(164)	4.071	1227	-	-	408.276	123.061	3.713	281502
. Despesas em edifícios arrendados	134.231	105.217	-	373	-	-	-	-	832	163	3.388	-	5	5	135.441	108.773	-	26.668
. Outros imóveis	347	1	43	-	-	-	-	-	-	-	1	122	-	-	347	2	165	180
Activos tangíveis em curso																		
. Imóveis de serviço próprio	240	-	-	208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	448	-	-	448
	550.290	225.932	2.529	757	-	-	(6.526)	(1560)	(14)	(1)	7.460	1.349	5	5	544.512	231.836	3.878	308.798
Equipamento																		
. Mobiliário e material	23.160	17.689	-	120	-	-	-	-	-	-	962	-	1	1	23.281	18.652	-	4.629
. Máquinas e ferramentas	3.922	3.817	-	9	-	-	-	-	-	-	30	-	1	1	3.932	3.848	-	84
. Equipamento informático	124.015	107.115	-	689	237	130	-	-	-	-	3.534	-	-	-	124.467	110.519	-	13.948
. Instalações interiores	91.268	82.545	-	980	-	-	(57)	(16)	14	1	1.386	-	-	-	92.205	83.916	-	8.289
. Material de transporte	18.482	11.002	-	1.750	1.277	1.097	-	-	-	-	1.851	-	4	2	18.959	11.758	-	7.201
. Equipamento de segurança	27.805	26.737	-	23	-	-	-	-	-	-	240	-	-	-	27.828	26.977	-	851
. Outro equipamento	5.663	3.359	-	76	-	-	-	-	-	-	373	-	-	-	5.739	3.732	-	2.007
	294.316	252.264	-	3.647	1.514	1.227	(57)	(16)	14	1	8.376	-	6	4	296.411	259.402	-	37.009
Outros activos tangíveis																		
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Outros	1.535	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.535	-	-	1.535
	1.816	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.816	281	-	1.535
	846.421	478.477	2.529	4.404	1.514	1.227	(6.583)	(1576)	-	-	15.836	1.349	11	9	842.739	491.519	3.878	347.342
Activos intangíveis																		
. Software adquirido a terceiros	317.482	243.252	-	12.744	-	-	-	-	-	-	16.874	-	-	-	330.226	260.126	-	70.100
Activos intangíveis em curso	-	-	-	11.577	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.577	-	-	11.577
Trespases	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-
Outros	29	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	29	-	-
	321.096	246.866	-	24.321	-	-	-	-	-	-	16.874	-	-	-	345.417	263.740	-	81.677

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, encontram-se registados mEuros 57.929 e mEuros 64.273, respectivamente, relativos a software, líquido de depreciação, que foi adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico, pertencente ao Grupo Santander.

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2013		31-12-2012	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em associadas				
No país				
. Partang, SGPS, S.A.	49,00	118.087	49,00	111.284
. Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A	21,50	30.128	21,50	30.168
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A	25,81	2.202	25,81	2.202
		-----		-----
		150.417		143.654
		-----		-----
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 22)				
. Benim – Sociedade Imobiliária, S.A.		(660)		(660)
		-----		-----
		149.757		142.994
		=====		=====

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indirectamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe).

Nos termos do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 4 de Junho de 2009 a Santotta e o BST constituíram a Partang, SGPS, S.A (Partang) mediante a entrega de acções do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (BCGTA), com a anterior designação de Banco Totta de Angola, S.A., correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, respectivamente. Nos termos do mesmo acordo, foi efectuado em 2 de Julho de 2009 um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo esta passado a ser detida em 50% pela CGD e em 50% pelo Grupo Santander (dos quais 49,51% detidos pela subsidiária do Banco Santotta – Internacional SGPS, S.A. (Santotta) e 0,49% directamente pelo BST).

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a Partang, SGPS, S.A. detém 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola.

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang. Na sequência desta operação, o Grupo BST passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA. De acordo com a IAS 27, nessa data o Banco valorizou ao justo valor a participação que passou a deter. Na sequência desta operação a participação passou a ser reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo tem uma opção de venda à CGD da sua participação na Partang, a exercer no prazo de 4 anos a partir de 2 de Julho de 2011. Adicionalmente, a CGD detém uma segunda opção de compra sobre a participação do Grupo na Partang, com um limite de 80% do capital social e direitos de voto, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de aumento de capital da Partang (2 de Julho de 2009).

16. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	16.903	3.889
. Outros	6.862	357
	-----	-----
	23.765	4.246
	=====	=====
Passivos por impostos correntes:		
. IRC a pagar	3.012	2.789
. Outros	1.799	1.898
	-----	-----
	4.811	4.687
	=====	=====
Activos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	545.997	604.209
. Prejuízos fiscais reportáveis	33.683	27.369
	-----	-----
	579.680	631.578
	=====	=====
Passivos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	55.831	71.442
. Por créditos fiscais	3.789	3.861
	-----	-----
	59.620	75.303
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2013 e 2012, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Impostos correntes		
. Do período	(5.409)	(4.184)
. Contribuição sobre o sector bancário	(10.802)	(11.842)
. Agrupamentos complementares de empresas (ACE)	(799)	(741)
. Outros	5.446	(4.253)
	-----	-----
	(11.564)	(21.020)
	-----	-----
Impostos diferidos		
. Registo e reversão de diferenças temporárias, líquido	(9.773)	9.212
	-----	-----
	(24.183)	(11.808)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nos impostos diferidos activos e passivos durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2013 e 2012 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Saldos em 31-12-2012	Capitais próprios	Resultados	Saldos em 30-06-2013
Provisões / Imparidade temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
. Activos	235.044	-	5.352	240.396
. Imparidade de instrumentos de capital	(5.754)	-	(45)	(5.799)
Reavaliação de activos tangíveis	(3.861)	-	70	(3.791)
Pensões:				
. Reformas antecipadas	27.316	-	(4.293)	23.023
. Pensões de reforma	19.168	-	(6.673)	12.495
. Transferências de responsabilidades com pensões para a segurança social	5.442	-	(302)	5.140
. Desvios actuariais	143.314	-	(7.962)	135.352
Prémio de antiguidade	7.871	-	69	7.940
Operações de titularização:				
. Prémio/desconto em dívida emitida	(284)	-	18	(266)
. Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.851)	-	998	(7.853)
. Resultados em compras de títulos	(18.033)	-	59	(17.974)
Prejuízos fiscais reportáveis	27.369	-	6.314	33.683
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
. Activos tangíveis	22	-	(9)	13
. Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(28.852)	11.105	-	(17.747)
. Activos financeiros disponíveis para venda	148.587	(37.548)	-	111.040
. Diferimento de comissões	3.261	-	(1.902)	1.359
. Valias fiscais não contabilísticas	(1.815)	-	(1.373)	(3.188)
. Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(463)	-	-	(463)
. Incentivos de longo prazo	3.568	-	(94)	3.474
. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.226	-	-	3.226
	<u>556.275</u>	<u>(26.443)</u>	<u>(9.773)</u>	<u>520.060</u>
Activo por impostos diferidos	631.578			579.680
Passivo por impostos diferidos	<u>(75.303)</u>			<u>(59.620)</u>
	<u>556.275</u>			<u>520.060</u>

	Saldos em 31-12-2011	Capitais próprios	Resultados	Outros	Saldos em 30-06-2012
Provisões / Imparidade temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
. Activos	182.499	-	40.699	-	223.198
. Imparidade de instrumentos de capital	(8.324)	-	1.753	-	(6.571)
Reavaliação de activos tangíveis	(4.110)	-	165	-	(3.945)
Pensões:					
. Reformas antecipadas	19.543	-	(1.872)	-	17.671
. Pensões de reforma	34.614	-	(7.730)	-	26.884
. Transferências de responsabilidades com pensões para a Segurança Social	6.047	-	(302)	-	5.745
. Desvios actuariais	159.238	(7.962)	-	-	151.276
. Prémio de antiguidade	7.471	-	93	-	7.564
. Fundo de Pensões - Sucursal de Londres	193	-	(97)	-	96
Operações de titularização:					
. Prémio/desconto em dívida emitida	(439)	-	136	-	(303)
. Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.622)	-	128	-	(8.494)
. Resultados em compras de títulos	(17.130)	-	(22.901)	-	(40.031)
Prejuízos fiscais reportáveis	12.503	-	(451)	-	12.052
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
. Activos tangíveis	85	-	(27)	-	58
. Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(16.978)	(7.170)	-	-	(24.148)
. Activos financeiros disponíveis para venda:	271.941	(39.879)	-	-	232.062
. Diferimento de comissões	2.663	-	(124)	-	2.539
. Valias fiscais não contabilísticas	(1.854)	-	19	-	(1.835)
. Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(402)	-	7	-	(395)
. Incentivos de longo prazo	3.098	-	64	1	3.163
. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5.809	-	(348)	-	5.461
	<u>647.845</u>	<u>(55.011)</u>	<u>9.212</u>	<u>1</u>	<u>602.047</u>
Activo por impostos diferidos	705.704				687.769
Passivo por impostos diferidos	<u>(57.859)</u>				<u>(85.722)</u>
	<u>647.845</u>				<u>602.047</u>

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, excepto nos casos de prejuízos fiscais reportáveis, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2010, inclusive. Como resultado da inspecção ao ano de 2010, o Banco foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC. As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo, por um lado, ajustamentos à matéria colectável relativos à imparidade em activos não financeiros e à limitação das perdas em partes de capital e, por outro lado, correcções ao cálculo do imposto referentes à tributação autónoma, bem como referentes à limitação da utilização de benefícios fiscais. Parte destas correcções são meramente temporárias, nomeadamente no que se refere à imparidade não dedutível para activos não financeiros.

Relativamente às liquidações adicionais recebidas nos últimos exercícios, o Banco procedeu ao pagamento total ou parcial dos valores liquidados ou, quando aplicável, à prestação de garantia bancária. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O BST tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo reconhecimento em resultados e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 22).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Outras disponibilidades	356	333
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros	9.909	3.895
IVA a recuperar	660	548
Devedores por bonificações a receber	6.219	5.939
Outros devedores	49.643	47.850
Devedores e outras aplicações - capital vencido	528	528
Devedores por capital não realizado	38	38
Contratos de suprimentos		
Fafer - Empreendimentos Urbanísticos Construção, S.A.	364	364
Gestínsua - Aquisições e alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Propaço - Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda	2.443	2.443
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.529	2.465
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	80.170	104.673
Rendimentos a receber	31.908	25.314
Outros rendimentos a receber - Titularização	5.996	10.767
Despesas com encargo diferido por participações em ACE's		
NORTREM - Aluguer Material Ferroviário ACE	2.739	2.762
TREM - Aluguer Material Circulante ACE	98	137
TREM II - Aluguer Material Circulante ACE	330	443
Despesas com encargo diferido	10.019	7.893
Operações fora de bolsa a regularizar	3.842	28
Operações activas a regularizar	3.102	252
	-----	-----
	211.019	216.798
	-----	-----
Imparidade (Nota 22):		
. Contratos de suprimentos	(2.222)	(2.042)
. Activos recebidos por dação em pagamento	(17.879)	(22.921)
. Outros	(832)	(879)
	-----	-----
	(20.933)	(25.842)
	-----	-----
	190.086	190.956
	=====	=====

A rubrica “Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de “trading” de futuros. As contas margem dos futuros estão registadas na rubrica “Outros passivos – credores por operações sobre futuros” (Nota 24).

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Outros devedores” inclui o valor dos direitos de crédito detidos sobre o Fundo Lusimovest no montante de mEuros 24.500, referentes a resgates liquidados por conta do Fundo (Nota 9).

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Outros rendimentos a receber - Titularização” refere-se ao valor a receber de “Swap Agreements” celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Grupo Santander e as Sociedades de Titularização. O valor a pagar relativo a estas operações está registado na rubrica “Outros passivos – Outros encargos a pagar” (Nota 24).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Rendimentos a receber” inclui essencialmente comissões a receber da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus produtos (Nota 42).

18. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Recursos do Banco Central Europeu		
Empréstimos garantidos com penhor de activos	6.346.564	5.837.226
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	8	16
	-----	-----
	6.346.572	5.837.242
	=====	=====

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Recursos de instituições de crédito no País		
Depósitos	99.361	31.788
Juros a pagar	13	47
Outros recursos	-	2
	-----	-----
	99.374	31.837
	-----	-----
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	2.764.343	1.115.715
Depósitos	759.362	745.391
Recursos a muito curto prazo	79.792	48.976
Outros recursos	13.555	7.236
Juros a pagar	97	419
	-----	-----
	3.617.149	1.917.737
	-----	-----
	3.716.523	1.949.574
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição, por tipo de activo subjacente às operações de reporte:

Tipo de subjacente	30-06-2013			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	1.317.981	553	(255)	1.318.279
Obrigações do Tesouro - Espanha	1.019.533	144	(52)	1.019.625
Obrigações emitidas em operações de securitização e covered bonds	374.236	245	(135)	374.346
Obrigações emitidas pelo Santander Totta	51.988	288	(183)	52.093
	-----	-----	-----	-----
	2.763.738	1.230	(625)	2.764.343
	=====	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Tipo de subjacente	31-12-2012			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	146.305	46	(9)	146.342
Obrigações do Tesouro - Espanha	969.309	123	(59)	969.373
	<u>1.115.614</u>	<u>169</u>	<u>(68)</u>	<u>1.115.715</u>

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Depósitos a prazo	13.536.621	14.431.667
Depósitos à ordem	4.857.540	4.890.448
Outros depósitos estruturados	2.503.787	1.764.839
Depósitos de poupança	43.664	55.081
Depósitos com pré-aviso	22.344	21.365
	-----	-----
	20.963.956	21.163.400
	-----	-----
Juros e custos a pagar	150.882	171.186
Cheques e ordens a pagar	137.116	117.294
Correcções de valor por operações de cobertura	12.083	45.294
	-----	-----
	300.081	333.774
	-----	-----
	<u>21.264.037</u>	<u>21.497.174</u>
	=====	=====

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	6.380.000	5.880.000
Readquiridas	(5.503.450)	(4.003.450)
Juros de obrigações hipotecárias	19.274	23.576
Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização		
Emitidas	2.861.610	4.270.551
Readquiridas	(1.637.450)	(3.004.781)
Juros a pagar e outros custos e proveitos em diferimento	(1.585)	(1.597)
Obrigações de caixa		
Emitidas	617.506	660.960
Readquiridas	(190.473)	(33.446)
Juros a pagar	10.269	9.782
	-----	-----
	2.555.701	3.801.595
	-----	-----
Outros		
Programa EMTN		
Emitidas	141.830	160.530
Readquiridas	(2.940)	-
Juros a pagar	3	1.123
	-----	-----
	138.893	161.653
	-----	-----
Correcção de valor por operações de cobertura	(38.785)	(9.729)
	-----	-----
	2.655.809	3.953.519
	=====	=====

As condições das obrigações em circulação encontram-se descritas no Anexo I.

No primeiro semestre de 2013 e 2012, o Grupo readquiriu obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização, registando mais-valias de mEuros 650 e mEuros 80.409, respectivamente (Nota 37).

Entre Maio de 2008 e Julho de 2012, o BST procedeu a oito emissões de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa "€ 12.500.000 Covered Bonds Programme". Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, as obrigações hipotecárias têm um património afecto constituído por:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Crédito a clientes (Nota 11)	8.261.525	7.675.686
Juros de crédito	9.179	8.888
Comissões	(36.965)	(34.574)
Despesas com encargo diferido	13.377	14.552
	-----	-----
	8.247.116	7.664.552
	-----	-----
Derivados de cobertura	25.047	42.106
	-----	-----
	8.272.163	7.706.658
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Banco durante o primeiro semestre de 2013 e durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

	Obrigações hipotecárias e obrigações de caixa em circulação		Programa EMTN	
	Emitidas	Readquiridas	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	6.370.376	(3.591.441)	2.289.570	(22.920)
. Emissões efectuadas	250.000	-	900	-
. Emissões reembolsadas	(79.416)	8.332	(2.129.940)	800.790
. Emissões readquiridas	-	(453.787)	-	(777.870)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	6.540.960	(4.036.896)	160.530	-
. Emissões efectuadas	1.500.000	-	-	-
. Emissões reembolsadas	(1.043.454)	6.925	(18.700)	-
. Emissões readquiridas	-	(1.663.952)	-	(2.940)
Saldos em 30 de Junho de 2013	6.997.506	(5.693.923)	141.830	(2.940)

O movimento ocorrido nas obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização durante o primeiro semestre de 2013 foi o seguinte:

	Obrigações	
	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	4.270.551	(3.004.781)
Amortizações	(1.405.583)	1.367.331
Recompras:		
- Hipototta Nr. 1 - Classe A	(1.602)	-
- Hipototta Nr. 4 - Classe A	(1.756)	-
	(3.358)	-
Saldos em 30 de Junho de 2013	2.861.610	(1.637.450)

Em 30 de Junho de 2013, o Banco mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do programa Euro Medium Term Notes:

Obrigações com remuneração indexada a cabaz de acções	
. Com vencimento entre um e três anos	109.530
Obrigações com remuneração indexada à Euribor	
. Com vencimento entre três e cinco anos	32.300

	141.830
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

22. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento nas provisões e imparidade durante os semestres findos em 30 de Junho de 2013 e de 2012 é o seguinte:

	31-12-2012	Dotações	Reversões	Utilizações	30-06-2013
Provisões para contingências fiscais (Nota 16)	5.246	835	(702)	-	5.379
Provisão para pensões e outros encargos	31.846	491	-	(5.341)	26.996
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	14.893	2.864	(1.989)	-	15.768
Outras provisões	20.286	2.079	(7.802)	(972)	13.591
	<u>72.271</u>	<u>6.269</u>	<u>(10.493)</u>	<u>(6.313)</u>	<u>61.734</u>

	31-12-2011	Dotações	Reversões	Utilizações	30-06-2012
Provisões para contingências fiscais (Nota 16)	16.683	263	-	-	16.946
Provisão para pensões e outros encargos	29.957	441	-	(5.587)	24.811
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	8.254	10.036	(6.160)	-	12.130
Outras provisões	20.588	3.808	(4.281)	(2.073)	18.042
	<u>75.482</u>	<u>14.548</u>	<u>(10.441)</u>	<u>(7.660)</u>	<u>71.929</u>

	31-12-2012	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	30-06-2013	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):						
Crédito interno	319.663	65.694	(72.974)	-	312.383	-
Crédito ao exterior	2.120	-	(173)	-	1.947	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	22.742	133	(7.342)	-	15.533	-
Outros créditos e valores a receber titularizados	3.460	1.294	-	-	4.754	-
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 11):						
. Crédito interno	543.351	184.151	(35.632)	(49.108)	642.762	(5.070)
. Crédito ao exterior	17.269	4.384	(1.422)	(110)	20.121	(2)
. Créditos titularizados não desreconhecidos	54.480	9.580	(16.468)	(698)	46.894	-
. Outros créditos e valores a receber titularizados	2.577	-	(2.030)	-	547	-
	<u>965.662</u>	<u>265.236</u>	<u>(136.041)</u>	<u>(49.916)</u>	<u>1.044.941</u>	<u>(5.072)</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	58.983	10.886	(5.898)	-	63.971	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	660	-	-	-	660	-
	<u>59.643</u>	<u>10.886</u>	<u>(5.898)</u>	<u>-</u>	<u>64.631</u>	<u>-</u>
Imparidade em activos não financeiros:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	94.065	44.029	(16.519)	(8.945)	112.630	-
Activos tangíveis (Nota 14)	3.895	15	(47)	-	3.863	-
Outros activos (Nota 17)	25.842	4.251	(9.160)	-	20.933	-
	<u>123.802</u>	<u>48.295</u>	<u>(25.726)</u>	<u>(8.945)</u>	<u>137.426</u>	<u>-</u>
	<u>1.149.107</u>	<u>324.417</u>	<u>(167.665)</u>	<u>(58.861)</u>	<u>1.246.998</u>	<u>(5.072)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2011	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	30-06-2012	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes:						
Crédito interno	219.830	115.065	(23.098)	-	311.797	-
Crédito ao exterior	869	435	-	-	1.304	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	67.955	304	(35.987)	-	32.272	-
Outros créditos e valores a receber titulados	3.094	971	-	-	4.065	-
Imparidade para crédito e juros vencidos:						
. Crédito interno	325.816	168.118	(17.938)	(52.815)	423.181	(5.183)
. Crédito ao exterior	10.095	4.881	(713)	(210)	14.053	(45)
. Créditos titularizados não desreconhecidos	44.203	16.028	(8.194)	(1.046)	50.991	-
Outros créditos e valores a receber titulados	51	237	-	-	288	-
	<u>671.913</u>	<u>306.039</u>	<u>(85.930)</u>	<u>(54.071)</u>	<u>837.951</u>	<u>(5.228)</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda						
	64.670	160	(140)	(2.655)	62.035	-
Imparidade em investimentos em associadas						
	500	-	-	-	500	-
	<u>65.170</u>	<u>160</u>	<u>(140)</u>	<u>(2.655)</u>	<u>62.535</u>	<u>-</u>
Imparidade em activos não financeiros:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)						
	67.181	22.797	(874)	(6.056)	83.048	-
Activos tangíveis (Nota 14)						
	2.529	1.371	(22)	-	3.878	-
Outros activos						
	21.653	5.148	(1.973)	-	24.828	-
	<u>91.363</u>	<u>29.316</u>	<u>(2.869)</u>	<u>(6.056)</u>	<u>111.754</u>	<u>-</u>
	<u>828.446</u>	<u>335.515</u>	<u>(88.939)</u>	<u>(62.782)</u>	<u>1.012.240</u>	<u>(5.228)</u>

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a “Provisão para pensões e outros encargos” apresenta o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Planos de reestruturação	12.770	18.111
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 45)	14.226	13.735
	-----	-----
	<u>26.996</u>	<u>31.846</u>
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 a rubrica outras provisões inclui:

- Provisões para processos judiciais, na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco, nos montantes de mEuros 3.688 e mEuros 3.358, respectivamente. A área jurídica do Banco apura a perda esperada por processo, com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento;
- Outras provisões nos montantes de mEuros 9.903 e mEuros 16.928, respectivamente. Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 incluem provisões para contingências associadas a risco operacional (fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas) nos montantes de mEuros 7.814 e de mEuros 13.601, respectivamente.

23. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	270.447	270.447
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	13.818	13.818
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	4.275	4.275
	-----	-----
	288.540	288.540
Títulos readquiridos	(284.265)	(284.265)
Juros a pagar	31	36
	-----	-----
	4.306	4.311
	=====	=====

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

24. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	9.909	3.895
Recursos diversos		
Recursos conta cativa	46.091	42.912
Recursos conta caução	2.290	892
Outros recursos	1.518	1.411
Sector público administrativo		
IVA a pagar	3.265	7.828
Retenção de impostos na fonte	13.618	24.073
Contribuições para a Segurança Social	3.895	3.885
Cobranças por conta de terceiros	162	161
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar		
Remuneração de títulos de participação	54	54
Dividendos	191	191
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.528	1.526
Credores diversos		
Credores por contratos de factoring	30.434	36.178
Credores por fornecimentos de bens	12.981	1.635
Outros credores	12.425	8.398
Encargos a pagar		
Serviços bancários prestados por terceiros	7	27
Por operações realizadas por terceiros	23	23
Relativos ao pessoal		
Prémio de antiguidade	27.380	27.140
Férias e subsidio de férias	23.546	31.559
Outras remunerações variáveis	26.382	17.592
Outros custos com o pessoal	7.810	789
Gastos gerais administrativos	32.445	33.828
Relativos a "Swap agreements" (Nota 17)	5.500	10.526
Outros	3.728	6.384
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 43):	36.803	13.532
Outras receitas com rendimento diferido	1.848	1.977
Valores a regularizar com clientes e bancos		
Operações passivas a regularizar	7.340	2.865
Outros	5	24.136
	-----	-----
	311.178	303.417
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, os valores a regularizar com bancos e clientes correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do período subsequente.

25. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 o capital do Banco estava representado por 656.723.284 acções com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	<u>Número de acções</u>	<u>% de participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A.	14.593.315	2,22	14.593
Outros	687.114	0,10	687
Acções próprias	173.235	0,03	173
	-----	-----	-----
	656.723.284	100,00	656.723
	=====	=====	=====

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a mEuros 193.390, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo accionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	(382.892)	(512.366)
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	3.136	2.521
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	61.203	99.490
Ganhos e perdas actuariais (Nota 43)	(607.590)	(589.360)
Ganhos e perdas actuariais de sociedades em equivalência patrimonial	(1.376)	(1.349)
Reservas de flutuação cambial	(4.375)	(5.857)
Reservas de reavaliação legais à data de transição para IFRS	23.245	23.245
	-----	-----
	(908.649)	(983.676)
	-----	-----
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	111.039	148.587
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	(800)	(622)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(17.747)	(28.852)
Impacto fiscal dos desvios actuariais	174.702	169.416
Impacto fiscal por alteração de política contabilística de sociedades em equivalência patrimonial	399	391
Relativas à reavaliação de activos tangíveis	(3.861)	(4.314)
Relativas à reavaliação de activos tangíveis de sociedades em equivalência patrimonial	(132)	(132)
	-----	-----
	263.600	284.474
	-----	-----
	(645.049)	(699.202)
	=====	=====

Reservas de reavaliação

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” tinha a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Reserva legal	245.862	245.862
	-----	-----
Outras reservas		
Reservas de sociedades consolidadas	149.230	190.849
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	81.660	74.727
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação da Totta IFIC	90.520	90.520
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Outras	983	1.737
	-----	-----
	899.132	934.572
	-----	-----
Resultados transitados	332.601	241.078
	-----	-----
	1.477.595	1.421.512
	=====	=====

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)26. RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO

Nos primeiros semestres de 2013 e 2012, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	30-06-2013		30-06-2012	
	Resultado líquido do período	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do período	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do exercício do BST (actividade individual)	(1.338)	(1.338)	2.791	2.791
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Serfin International Bank & Trust (SIBT)	170	170	212	212
Santotta - Internacional, SGPS	(27)	(27)	104	104
Totta Ireland, Plc. ⁽¹⁾	29.436	29.436	36.437	36.437
Banco Caixa Geral Totta de Angola	22.752	5.686	19.261	4.813
Totta Urbe	278	278	862	862
Totta & Açores, Inc. - New ark	30	30	(31)	(31)
Totta & Açores, Financing, Ltd (TAF)	6.180	6.180	6.180	6.180
BST International Bank, Inc	10.312	10.312	8.206	8.206
Partang, SGPS	11.661	5.714	9.936	4.869
Santander Pensões	397	397	430	430
Santander Gestão de Activos	832	832	1.771	1.771
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	1.040	1.040	625	625
Taxagest	190	188	(66)	(65)
Unicre	5.386	1.158	3.549	763
	<u>88.637</u>	<u>61.394</u>	<u>87.476</u>	<u>65.176</u>
Anulação de dividendos:				
Totta Ireland, Plc.		(34.500)		(46.800)
Unicre		(985)		(1.036)
Santander Pensões		(760)		(1.000)
Santander Gestão de Activos		-		(9.430)
		<u>(36.245)</u>		<u>(58.266)</u>
Anulação da valorização por equivalência pela Partang da participação no BCGTA		(6.133)		(4.869)
Ajustamentos relacionados com as operações de titularização		8.045		48.534
Outros		(1.542)		(1.218)
Resultado consolidado do período		<u>24.181</u>		<u>52.148</u>

- (1) O montante reflectido corresponde ao resultado líquido apurado entre 1 de Dezembro e 30 de Junho, em virtude desta entidade encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro, deduzido do resultado líquido do período entre 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o qual ascendeu a mEuros 4.040 e mEuros 6.700, respectivamente.

27. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, tem a seguinte distribuição por entidade:

	Balança		Demonstração dos resultados	
	30-06-2013	31-12-2012	30-06-2013	30-06-2012
Acções preferenciais BST				
International Bank, Inc	275.229	272.851	-	-
Acções preferenciais TAF	300.000	300.000	-	-
Dividendos antecipados	(1.450)	(1.443)	-	-
Taxagest	554	550	(2)	3
Outros	202	202	-	-
	-----	-----	---	---
	<u>574.535</u>	<u>572.160</u>	<u>(2)</u>	<u>3</u>
	=====	=====	==	==

Em 30 de Junho de 2006, o BST International Bank, Inc (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Directores do BST Porto Rico no início de Janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 29 de Junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Directores do TAF no início de Janeiro de cada ano. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2015 ao preço de 1.000 Euros por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios dos emitentes nos termos da IAS 32. De acordo com esta Norma, as acções preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do emissor ou do Banco de entregar numerário ou outro activo financeiro aos detentores das mesmas; e
- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das acções preferenciais aos respectivos detentores.

28. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.164.719	1.219.730
Créditos documentários abertos	190.333	125.913
Activos dados em garantia		
Por empréstimo de títulos	538.955	478.249
Banco de Portugal	131.995	122.829
Fundo de Garantia de Depósitos	83.556	84.425
Sistema de Indemnização aos Investidores	4.841	4.864
Outros passivos eventuais	6	6
	-----	-----
	2.114.405	2.036.016
	=====	=====
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	3.880.963	4.502.905
Irrevogáveis	973.474	1.496.610
Fundo de Garantia de Depósitos	54.092	54.092
Sistema de Indemnização aos Investidores	2.879	2.625
Outros compromissos irrevogáveis	11.447	11.235
Outros compromissos revogáveis	214	478.466
	-----	-----
	4.923.069	6.545.933
	=====	=====
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	55.267.974	51.506.012
Valores recebidos para cobrança	127.221	131.479
Valores administrados pela instituição		
Outros valores	7.317.583	7.656.254
	-----	-----
	62.712.778	59.293.745
	=====	=====

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

O valor total não pago acumulado com referência a 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 54.092. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado.

No primeiro semestre de 2013 o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual no montante de mEuros 4.642.

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 30 de Junho de 2013 estas responsabilidades ascendem a mEuros 2.879 (mEuros 2.625 em 31 de Dezembro de 2012).

29. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais - No Banco de Portugal	588	1.051
Em instituições de crédito	9	116
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País		
No Banco de Portugal	-	948
Em outras instituições de crédito	2.503	5.261
Em instituições de crédito no estrangeiro	28.170	21.988
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	300.811	364.964
Crédito ao exterior	8.333	10.211
Outros créditos e valores a receber (titulados – papel comercial)	31.223	16.085
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	18.199	20.703
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	24.181	118.475
Juros de crédito vencido (Nota 47)	4.647	4.601
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros disponíveis para venda – Títulos	73.285	103.991
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.266	2.092
Derivados de cobertura	124.456	167.859
Devedores e outras aplicações	-	14
Outros juros e rendimentos similares		
Swap agreements	25.079	65.400
Outros	450	676
	-----	-----
	644.200	904.435
	=====	=====

30. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Juros de depósitos de clientes		
Sector público administrativo	5.638	10.330
De emigrantes	9.667	10.072
De outros residentes	178.074	207.308
Não residentes	15.608	12.059
	-----	-----
	208.987	239.769
	-----	-----
Juros de outros recursos de clientes	-	532
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	12.030	29.976
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	517	7.157
No estrangeiro	13.601	20.047
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado		
Obrigações	27.388	52.044
Outros	295	43.521
Juros de derivados de cobertura	107.598	161.129
Juros e comissões de passivos subordinados	46	108
Outros juros e encargos similares		
Swap agreements	26.978	67.837
Outros	127	149
	-----	-----
	188.580	382.500
	-----	-----
	397.567	622.269
	=====	=====

31. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos e rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços	881	1.075
Outros	151	570
	-----	-----
	1.032	1.645
	=====	=====

32. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	8.317	8.022
Créditos documentários abertos	1.657	1.509
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Revogáveis	2.504	2.818
Irrevogáveis	1.429	788
Por serviços prestados		
Por transacções de cartões	33.969	34.341
Operações de crédito	25.669	26.823
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	14.383	13.334
Anuidades	7.129	7.087
Cobrança e administração de valores	6.411	6.944
Outros	3.785	5.407
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	24.401	24.147
Outras	209	250
Outras comissões recebidas		
Seguradoras (Nota 42)	46.503	51.769
Depósitos à ordem	11.964	9.415
Cheques	6.261	7.667
Crédito especializado	-	571
Outras	6.294	2.257
	-----	-----
	200.885	203.149
	=====	=====

33. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	264	620
Por compromissos assumidos por terceiros		
Compromissos revogáveis	76	-
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Operações de crédito	6.793	5.739
Cobrança e administração de valores	1.770	2.009
Transacções de clientes	14.502	11.123
Outros	2.353	1.575
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	848	1.236
Outras	648	574
Outras comissões pagas	184	175
	-----	-----
	27.438	23.051
	=====	=====

34. RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de capital	2.509	6.181
Instrumentos derivados:		
. "FRA's"	(19)	260
"Swaps"		
Contratos de taxa de câmbio	(176)	(324)
Contratos de taxa de juro	4.675	3.244
Contratos sobre cotações	1.765	1.946
Outros	(46)	(25.759)
. Opções:		
Contratos de taxa de câmbio	245	19
Contratos de taxa de juro	74	45
Contratos sobre cotações	145	41
. Contratos de garantia de taxa de juro	14	(150)
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1.068)	11.104
	-----	-----
	8.118	(3.393)
	-----	-----
Derivados de cobertura:		
. "Swaps"		
Contratos de taxa de juro	51.167	(42.163)
Contratos sobre cotações	(32.066)	634
. Opções:		
"Auto-callable"	(1.966)	489
Correcções de valor de activos e passivos objecto de cobertura	(17.744)	40.889
	-----	-----
	(609)	(151)
	-----	-----
	7.509	(3.544)
	=====	=====

35. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>			<u>30-06-2012</u>		
	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
De emissores públicos nacionais	571	-	571	-	(1)	(1)
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	-	-	-	50	-	50
Outros	-	(1.398)	(1.398)	9	(3.873)	(3.864)
	<u>571</u>	<u>(1.398)</u>	<u>(827)</u>	<u>59</u>	<u>(3.874)</u>	<u>(3.815)</u>

36. RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Ganhos na reavaliação da posição cambial	20.601	26.830
Perdas na reavaliação da posição cambial	(18.872)	(24.220)
	-----	-----
	1.729	2.610
	====	====

37. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 11)	1.647	3.925
Ganhos em activos tangíveis	1.290	172
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	932	1.427
Ganhos na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação (Nota 21)	650	80.409
Outros	-	94
	-----	-----
	4.519	86.027
	-----	-----
Perdas em activos não correntes detidos para venda	(2.304)	(1.281)
Perdas em activos tangíveis	(1.052)	(97)
Perdas na alienação de crédito a clientes (Nota 11)	-	(100)
Outras	(17)	(1.054)
	-----	-----
	(3.373)	(2.532)
	-----	-----
	1.146	83.495
	====	=====

Em Março de 2012 o BST realizou uma oferta de aquisição ("Tender offer") para um conjunto de obrigações emitidas no âmbito das operações de titularização de crédito hipotecário com um valor nominal de mEuros 311.394. Com esta operação o Banco registou ganhos no montante de mEuros 80.409.

38. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Rendas de locação operacional	177	172
Reembolso de despesas	1.354	1.402
Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.367	2.968
Outros	8.792	9.998
	-----	-----
	13.690	14.540
	-----	-----
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(1.845)	(783)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	(2.412)	(2.310)
Outros encargos e gastos operacionais	(15.723)	(13.684)
Outros impostos		
Directos	(977)	(592)
Indirectos	(468)	(481)
	-----	-----
	(21.425)	(17.850)
	-----	-----
	(7.735)	(3.310)
	=====	=====

39. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização (Nota 45)	2.725	2.745
Empregados	92.745	93.713
Plano de acções (Nota 46)	1.196	1.844
Outras remunerações variáveis	13.773	16.142
	-----	-----
	110.439	114.444
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	24.984	25.784
Outros encargos sociais obrigatórios	768	547
Redução das responsabilidades com subsídio por morte (Nota 43)	(416)	(9.190)
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 43)	635	(1.746)
	-----	-----
	25.971	15.395
	-----	-----
Outros custos com pessoal		
Transferências de pessoal	263	264
Outros	2.420	2.997
	-----	-----
	2.683	3.261
	-----	-----
	139.093	133.100
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O saldo da rubrica “Redução de responsabilidades com subsídio por morte” refere-se à diminuição de responsabilidades com reformados e pensionistas resultante das alterações introduzidas pelos Decreto-Lei nº 133/2012 de 27 de Junho e pelo Decreto-Lei nº13/2013 de 25 de Janeiro os quais introduziram um limite máximo para o valor do subsídio por morte igual a seis e três vezes o valor do indexante dos apoios sociais, respetivamente.

40. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Serviços especializados	19.769	21.013
Manutenção de software e equipamento informático	18.091	15.842
Comunicações	6.621	7.193
Rendas e alugueres	5.193	5.674
Publicidade e edição de publicações	4.834	5.273
Conservação e reparação	1.246	1.170
Fornecimentos externos		
Água, energia e combustíveis	3.764	4.065
Material de consumo corrente	975	1.143
Outros	127	181
Deslocações, estadas e representação	2.245	2.596
Transportes	1.111	1.156
Formação de pessoal	888	942
Seguros	378	324
Outros	1.483	2.158
	-----	-----
	<u>66.725</u>	<u>68.730</u>
	=====	=====

41. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Partang, SGPS, S.A.	5.956	3.964
Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	528	763
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	(124)
	-----	-----
	<u>6.484</u>	<u>4.603</u>
	=====	=====

A Partang SGPS, S.A. é participada pelo Banco em 49% e por sua vez detém 51% do capital do Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A..

42. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões cobradas à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e a outras companhias de seguros pela comercialização dos seus produtos (Nota 32), como segue:

	<u>30-06-2013</u>			<u>30-06-2012</u>		
	<u>Ramo</u> <u>Vida</u>	<u>Ramo</u> <u>Não Vida</u>	<u>Total</u>	<u>Ramo</u> <u>Vida</u>	<u>Ramo</u> <u>Não Vida</u>	<u>Total</u>
Santander Totta Seguros	39.870	107	39.977	46.278	123	46.401
Outros	-	6.526	6.526	-	5.368	5.368
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	39.870	6.633	46.503	46.278	5.491	51.769
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Outros activos – Rendimentos a receber” (Nota 17) inclui comissões a receber de seguradoras de acordo com o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Santander Totta Seguros	20.000	13.712
Outros	1.134	1.006
	-----	-----
	21.134	14.718
	=====	=====

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o segundo trimestre de 2013 e último trimestre de 2012, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)43. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 30 de Junho de 2013 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2013	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2009
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	257.453	251.252	210.669	275.580	255.009
. Pensionistas	21.240	21.002	18.455	36.406	34.692
. Reformados e reformados antecipadamente	387.289	388.656	387.608	855.952	896.251
	665.982	660.910	616.732	1.167.938	1.185.952
- Cuidados de saúde (SAMS)	130.036	129.267	117.422	127.822	127.877
- Subsídio por morte	4.017	4.331	16.973	18.184	17.728
	800.035	794.508	751.127	1.313.944	1.331.557
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	766.072	784.937	758.244	1.312.888	1.395.849
Valor financiado em excesso / (não financiado)	(33.963)	(9.571)	7.117	(1.056)	64.292
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	-	73.518	(103.831)	-	(51.086)
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	5.560	(25.383)	(23.708)	(29.458)	(21.172)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	13.805	(15.796)	339.627	103.392	61.639
	19.365	(41.179)	315.919	73.934	40.467
	19.365	32.339	212.088	73.934	(10.619)

A diminuição das responsabilidades com subsídio por morte em 2012 e no primeiro semestre de 2013 justifica-se, essencialmente, pelas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012 de 27 de Junho, o qual introduziu um limite máximo para o valor do subsídio por morte, igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais.

Tal como referido na Nota 1.2.I) foi efectuado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (ACTV). Em consequência foram transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco, na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a mEuros 456.111.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O valor das responsabilidades a transferir calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos actuariais e financeiros actualizados por si adoptados, ascendia a mEuros 435.260. A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (mEuros 456.111) e os adoptados pelo Banco (mEuros 435.260), no montante de mEuros 20.851, foi registada na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou mEuros 1.186.387, dos quais mEuros 435.260 correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	4,50%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	
- Activos	4,85%
- Inactivos	4,00%
Taxa de crescimento salarial para 2013 e 2014	0,50%
Taxa de crescimento salarial após 2014	2,35%
Taxa de crescimento das pensões para 2013 e 2014	0,00%
Taxa de crescimento das pensões após 2014	1,35%
Taxa de inflação	1,75%

Na determinação do custo com pensões para o primeiro semestre de 2013 foram utilizados os pressupostos usados no cálculo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2012.

As taxas de desconto dos activos de 4,85% e de 4,00% para os inactivos correspondem a uma taxa média de 4,5%, ou seja, a utilização de taxas diferenciadas para diferentes populações conduz ao mesmo valor de responsabilidades que seria determinado caso fosse usada uma taxa de 4,5% para a totalidade da população.

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da segurança social que, nos termos do ACT do sector bancário, deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível	
. Para 2013 e 2014	0,50%
. Após 2014	2,35%
Inflação (nº1 do Artigo 27º)	1,75%
Inflação (nº2 do Artigo 27º)	2,00%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2012	Redução de 3,92%
Factor de sustentabilidade futuro	Redução de 0,5% por ano

A base para a taxa esperada de rendimento dos activos do Fundo de Pensões é a estimativa de retorno dos activos que compõem a carteira do Fundo a 31 de Dezembro de 2012 efectuada pelos actuários responsáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa que se têm verificado implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a conseqüente redução abrupta das yields de mercado da dívida das empresas com melhores ratings e limitação do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto tendo em consideração o universo da Zona Euro, em 31 de Dezembro de 2012 o Banco incorporou na determinação da taxa de desconto informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações denominadas em Euros, incluindo dívida pública, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como segue:

	30-06-2013			31-12-2012		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.301	29.419	40.117	5.341	26.997	36.813
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	179	87	119	177	59	81
Pensionistas	975	4.524	6.168	954	4.537	6.187
Reformados e reformados antecipadamente	5.321	76.372	104.144	5.332	77.787	106.073
	<u>11.776</u>	<u>110.402</u>	<u>150.548</u>	<u>11.804</u>	<u>109.380</u>	<u>149.154</u>

O movimento nas responsabilidades por serviços passados no semestre findo em 30 de Junho de 2013 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 pode ser detalhado como segue, no que respeita ao plano de pensões do Banco:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Responsabilidades no início do período	794.508	751.127
Custo dos serviços correntes	526	398
Custo dos juros	16.225	37.483
(Ganhos)/perdas actuariais	5.560	48.135
Reformas antecipadas	4.915	9.862
Valores pagos	(22.462)	(41.005)
Contribuições dos empregados	1.179	2.297
Diminuição de responsabilidades com subsídio por morte	(416)	(13.745)
Acerto das responsabilidades transferidas para a Segurança Social	-	(44)
Responsabilidades no fim do período	<u>800.035</u>	<u>794.508</u>

O custo do período relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e os juros líquidos do plano. No primeiro semestre de 2013 e 2012, os custos com pensões têm a seguinte composição e foram reconhecidos na rubrica de "Custos com o pessoal" (Nota 39):

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Custo dos serviços correntes	526	199
Juros líquidos do plano	-	(1.632)
	-----	-----
Plano de benefício definido	526	(1.433)
Plano de contribuição definida	23	18
Plano da Sucursal de Londres	86	(331)
	-----	-----
	<u>635</u>	<u>(1.746)</u>
	====	====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2013 e 2012, o custo dos serviços correntes resulta da passagem para o Regime Geral da Segurança Social dos trabalhadores bancários que se encontravam no activo, inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de Março de 2009, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/11, de 3 de Janeiro. Dada esta alteração, após a data de transição a pensão de reforma considerada é uma pensão complementar que resulta da diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

Os colaboradores admitidos no Banco após 1 de Janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º - C do ACT. O referido plano é refinanciado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o Banco transfere a sua contribuição.

O movimento nos desvios actuariais em 2012 e no primeiro semestre de 2013 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	551.055

Perdas actuariais com pensões geradas em 2012	37.239
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2012	(12.913)
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2012	10.896
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2012	(2.883)

Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 25)	583.394

Perdas actuariais com pensões geradas em 2013	5.170
Perdas financeiros com pensões gerados em 2013	11.465
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2013	390
Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2013	2.340

Saldo em 30 de Junho de 2013 (Nota 25)	602.759
	=====

Os desvios actuariais acumulados encontram-se deduzidos na rubrica de “Reservas de reavaliação”.

Em 2012 a alteração de pressupostos actuariais inclui o efeito da alteração da taxa de desconto de 5,5% para 4,5%, em média, e das alterações das taxas de crescimento das pensões e de crescimento salarial, para os anos de 2013 e 2014, de 1,35% para 0,00% e de 2,35% para 0,5%, respectivamente.

Os crescimentos de salários e pensões estimados foram revistos tendo em conta a actual situação nacional e as consequentes perspectivas de menores aumentos no futuro ou mesmo de manutenção dos valores actuais, particularmente nos exercícios de 2013 e 2014.

O crescimento salarial efectivamente verificado no primeiro semestre de 2013 e no exercício de 2012 para efeito das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 1,38% e 2,46%, respectivamente.

Não houve aumento efectivo das pensões e da tabela salarial em 2013 e 2012.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Empregados no activo ⁽¹⁾	5.480	5.518
Pensionistas	975	954
Reformados e reformados antecipadamente	5.321	5.332
	-----	-----
	11.776	11.804
	=====	=====

(1) Dos quais 179 e 177 empregados pertencem ao novo plano de contribuição definida, em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, respectivamente.

As principais alterações demográficas em 2012 e no primeiro semestre de 2013 foram as seguintes:

	<u>Activos</u>		<u>Reformados e reformados antecipadamente</u>	<u>Pensionistas</u>
	<u>Plano de contribuição definida</u>	<u>Plano de benefício definido</u>		
Número total em 31 de Dezembro de 2011	<u>157</u>	<u>5.451</u>	<u>5.338</u>	<u>926</u>
Saídas:				
. De activos	(18)	(55)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(77)	(32)
Transferências	-	(56)	56	-
Entradas	38	1	15	60
Número total em 31 de Dezembro de 2012	<u>177</u>	<u>5.341</u>	<u>5.332</u>	<u>954</u>
Saídas:				
. De activos	(7)	(22)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(34)	(17)
Transferências	-	(20)	20	-
Entradas	9	2	3	38
Número total em 30 de Junho de 2013	<u>179</u>	<u>5.301</u>	<u>5.321</u>	<u>975</u>

O movimento no Fundo de Pensões do BST durante o exercício de 2012 e no primeiro semestre de 2013 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	758.244

Contribuições do Banco (monetárias)	8.959
Contribuições dos empregados	2.297
Rendimento líquido do Fundo	56.544
Valores pagos	(41.005)
Transferência para a Segurança Social	(102)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	784.937

Contribuições dos empregados	1.179
Rendimento líquido do Fundo	2.418
Valores pagos	(22.462)

Valor patrimonial em 30 de Junho de 2013	766.072
	=====

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões no primeiro semestre de 2013 (anualizada) e no exercício de 2012 foram de 0,57% e 7,65%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Instrumentos de dívida	272.357	309.217
Fundos de Investimento imobiliário	214.237	221.462
Fundos de Investimento mobiliário	147.083	150.809
Imóveis	65.100	68.826
Instrumentos de capital	35.176	152
Depósitos	32.449	33.936
Pendentes de liquidação	(330)	535
	-----	-----
	766.072	784.937
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, as carteiras do Fundo de Pensões incluíam os seguintes activos com empresas do Grupo Santander:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Imóveis arrendados	22.605	22.791
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	168.943	168.989
	-----	-----
	191.548	191.780
	=====	=====

Em 2010 foi contratado um seguro para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida para directivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de mEuros 4.430. Em 2012 o prémio pago pelo Banco ascendeu a mEuros 583 e o valor periodificado a 30 de Junho de 2013 ascende a mEuros 291.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativos ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres foram os seguintes:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	4,65%	5,02%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4,65%	4,25%
Taxa de crescimento salarial	3,30%	2,80%
Taxa de crescimento das pensões	1,80%	1,90%
Taxa de inflação	2,70%	2,20%

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	32.186	35.303
Cobertura – valor patrimonial do fundo	29.346	31.342
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(2.840)	(3.961)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente ao plano de pensões específico da Sucursal de Londres, o movimento nas responsabilidades por serviços passados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e no primeiro semestre de 2013 pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2011	29.260

Custo dos serviços correntes	207
Custo dos juros	1.447
Perdas actuariais	4.533
Valores pagos	(831)
Variações cambiais	687

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2012	35.303

Custo dos serviços correntes	86
Custo dos juros	702
Ganhos actuariais	(3.464)
Valores pagos	(442)
Variações cambiais	1

Responsabilidades a 30 de Junho de 2013	32.186
	=====

O movimento no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante o exercício de 2012 e primeiro semestre de 2013 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	25.440

Rendimento líquido do fundo	2.916
Contribuição do Banco	3.219
Valores pagos	(831)
Variações cambiais	598

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	31.342

Rendimento líquido do fundo	(1.625)
Contribuição do Banco	70
Valores pagos	(442)
Variações cambiais	1

Saldo em 30 de Junho de 2013	29.346
	=====

Os custos nos primeiros seis meses de 2013 e 2012 da Sucursal de Londres com o plano de pensões apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Custo dos serviços correntes	86	100
Juros líquidos do plano	-	(431)
	-----	-----
	86	(331)
	==	===

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os desvios actuariais da Sucursal de Londres apresentam o seguinte detalhe e movimento:

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	3.212

Perdas actuariais com pensões em 2012	4.533
Ganhos financeiros com pensões em 2012	(1.865)
Variações cambiais	86

Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 25)	5.966

Ganhos actuariais com pensões em 2013	(3.464)
Perdas financeiras com pensões em 2013	2.329
Variações cambiais	-

Saldo em 30 de Junho de 2013 (Nota 25)	4.831
	=====

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Instrumentos de dívida	24.570	26.649
Instrumentos de capital	4.734	4.497
Depósitos	42	196
	-----	-----
Valor do Fundo	29.346	31.342
	=====	=====

44. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre Julho de 2003 e Fevereiro de 2011 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 23.250.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à excepção das duas últimas operações de titularização (Hipototta nº 11, Hipototta nº 12, BST SME nº 1 e Totta Consumer nº 1), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Abril de 2009, a Totta IFIC procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração, através de uma operação, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.300.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta No. 1 FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.462.000.

Em Abril de 2010, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 6 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Outubro de 2007, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 2.200.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.752.357.

Em Julho de 2010, o BST realizou uma operação de titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, que denominou de Hipototta nº 11, pelo montante inicial total de mEuros 2.000.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Janeiro e Fevereiro de 2011, o BST celebrou Mortgage Retransfer Agreements com o Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC e Hipototta nº 10 Ltd. Ao abrigo dos referidos acordos o BST recomprou os créditos previamente securitizados, nos montantes de mEuros 880.636, mEuros 1.548.396 e mEuros 803.494, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas securitizações pelo respectivo valor nominal.

Em Maio e Junho de 2012, o BST celebrou Mortgage Retransfer Agreements com o Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12. Ao abrigo dos referidos acordos o BST recomprou os créditos previamente securitizados, nos montantes de mEuros 1.719.660 e mEuros 1.197.009, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas securitizações pelo respectivo valor nominal.

Em Março de 2011 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito a empresas e de papel comercial através de uma operação designada BST SME nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 2.000.000. Adicionalmente, em Junho de 2011 titularizou parte da sua carteira de crédito ao consumo através de uma operação designada Totta Consumer nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.000.000. Os créditos destas operações foram vendidos pelo seu valor nominal à Tagus. Em Março de 2012, o BST procedeu à liquidação do BST SME nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “SME Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.792.480.

Em Agosto de 2012, o BST procedeu à liquidação do Totta Consumer nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “Consumer Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 626.373.

Em Maio de 2013, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 7. Esta liquidação ocorreu através do “Mortgage Restrtransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.196.403.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Parte dos Fundos Hipototta e Leasetotta são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC e à Tagus todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. O Grupo não detém qualquer participação directa ou indirecta na Navigator ou na Tagus.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd, com sede na Irlanda.

Os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd, e a Tagus emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, conseqüentemente, de remuneração. Em 30 de Junho de 2013, as obrigações emitidas e ainda vivas apresentam as seguintes características:

Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	175.098	AA-	A2	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	11.290	AA-	Baa2	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	4.975	A	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	<u>1.100.000</u>	<u>191.363</u>						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.117.600</u>	<u>202.363</u>						

Divida emitida	Montante		Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual				Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	1.002.524	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	36.473	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	115.188	BB	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>1.154.185</u>					
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>1.168.185</u>					

Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	875.463	AA-	A3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	AA-	Baa3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	Ba2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BBB	B3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB	Caa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>982.463</u>						
Classe F	10.000	9.951	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>992.414</u>						

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Dívida emitida	Montante		Rating DBRS	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A	1.040.000	173.649	AAH	Abril de 2042	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	260.000	260.000		Abril de 2042	Euribor 3 m + 4,75%
	<u>1.300.000</u>	<u>433.649</u>			
Classe C	65.000	65.000		Abril de 2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.365.000</u>	<u>498.649</u>			

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vence juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo LeaseTotta No. 1 Limited vencem juros trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipotottas e LeaseTotta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipotottas e LeaseTotta PLC/Ltd têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos Hipotottas nº 1 e 4, as obrigações da classe F, no que se refere aos Hipototta nº 5 e as obrigações da classe C, para o LeaseTotta No. 1 Limited constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito securitizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as securitizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito securitizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e 4 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondeu a uma taxa média anual de 0,9%, sobre o valor total de cada carteira de crédito. Para as obrigações da classe C do LeaseTotta nº 1, correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor de cada carteira de crédito.

Na data em que as securitizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipotottas, que correspondem a facilidades/ linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipotottas. Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e os primeiros Hipotottas emitidos e entre o BST e os restantes veículos de securitizações destinados a cobertura do risco de taxa de juro.

Registo contabilístico

De acordo com a IAS 27 e a SIC 12, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os Fundos Hipototta FTC e os Hipototta PLC/Ltd foram incluídos no perímetro de consolidação (Nota 4), dado que o Banco detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades. Nesse sentido, os créditos à habitação relativos às operações de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelos Hipototta PLC/Ltd e LeaseTotta No.1 Limited que são detidas pelo BST e suas subsidiárias foram anuladas no processo de consolidação.

45. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais mantém saldos ou transacções no primeiro semestre de 2013 e no exercício de 2012 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Serfim International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores Financing, Ltd	Ilhas Cayman
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Bst International Bank, Inc.	Porto Rico
Santander Asset Management SGFIM, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos,SGPS,S.A.	Portugal
Santander-Pensões Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santotta Internacional, S.G.P.S, Sociedade Unipessoal, LDA	Portugal
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Tottaurbe - Empresa Administração e Construções, S.A.	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Banco Caixa Geral Totta de Angola	Angola
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang,SGPS,S.A.	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
All Funda Bank, SA	Espanha
Banco Banif, S.A.	Espanha
Capital Grupo Santander, SA SGEGR	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 2	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 3	Espanha
Fondo de Titulización Santander Financiación 1	Espanha
Ftpyme Santander 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander Asset Management, S.A. SGII.C.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Espanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer Spain Auto 07-1	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Hipotecario 1 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 3 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Transolver Finance EFC,SA	Espanha
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha
Banco Santander International Miami	EUA
Santander Investment Securities, Inc	EUA
Sovereign Bank	EUA
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
HBF Aluquer Comércio Viaturas S.A.	Portugal
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Alliance & Leicester PLC	Reino Unido
Santander UK plc	Reino Unido
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nome da entidade relacionada	Sede
<u>Entidades de Propósito Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u>	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal

Em 30 de Junho de 2013, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
<u>Activos:</u>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9.786	-	16.061
Activos financeiros detidos para negociação	286.597	22.714	3.689
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	6.523
Aplicações em instituições de crédito	1.802.872	37.501	209.348
Crédito a clientes	-	-	29.369
Derivados de cobertura	186.042	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	149.757	-
Outros activos	15.796	4.951	21.986
<u>Passivos:</u>			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.608.965	-	54.887
Recursos de outras instituições de crédito	597.557	209.457	9.710
Recursos de clientes e outros empréstimos	162.417	9.236	1.623.014
Responsabilidades representadas por títulos	178.222	-	83.108
Derivados de cobertura	388.921	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.306
Outros passivos	5.635	-	9.004
<u>Custos:</u>			
Juros e encargos similares	112.949	248	36.151
Encargos com serviços e comissões	-	-	660
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	565.087	-	32.667
Resultados de reavaliação cambial	-	-	308
Gastos gerais administrativos	-	-	19.170
<u>Proveitos:</u>			
Juros e rendimentos similares	137.711	2	2.447
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	714.949	-	32.636
Resultados de reavaliação cambial	361	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	275	-	41.951
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	6.484	-
Outros resultados de exploração	-	-	100
<u>Extrapatrimoniais:</u>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	15.245	-	23.472
Garantias recebidas	710	-	1.400
Compromissos perante terceiros	22.774	780	38.424
Operações cambiais e instrumentos derivados	22.376.728	24.947	896.665
Responsabilidades por prestação de serviços	2.779.051	34.716	7.394.551

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.372	-	8.539
Activos financeiros detidos para negociação	262.786	-	5.825
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.973
Aplicações em instituições de crédito	1.825.070	-	1.405
Crédito a clientes	-	-	38.179
Derivados de cobertura	247.437	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	142.994	-
Outros activos	14.553	4.018	16.186
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.835.739	-	69.014
Recursos de outras instituições de crédito	599.332	158.341	24.286
Recursos de clientes e outros empréstimos	85.938	9.545	1.818.110
Responsabilidades representadas por títulos	165.547	-	298.674
Derivados de cobertura	453.444	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.311
Outros passivos	10.663	-	2.840
Custos:			
Juros e encargos similares	348.656	958	90.756
Encargos com serviços e comissões	880	-	3.081
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.204.438	-	102.309
Gastos gerais administrativos	-	-	36.922
Imparidade em investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	160	-
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	386.852	5	8.037
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.559.475	-	80.279
Resultados de reavaliação cambial	360	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	275	-	85.648
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	11.864	-
Outros resultados de exploração	-	-	199
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	15.784	-	523.224
Garantias recebidas	710	-	1.400
Compromissos perante terceiros	515	784	561.030
Compromissos assumidos por terceiros	-	-	301.417
Operações cambiais e instrumentos derivados	21.073.204	881	1.073.094
Responsabilidades por prestação de serviços	2.812.706	34.592	8.079.659

ÓRGÃOS SOCIAISConselho de Administração

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascendiam a mEuros 1.077 e mEuros 1.135, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nestas datas mEuros 2.725 e mEuros 5.675, respectivamente.

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, o qual se encontra descrito na Nota 46 e que está dividido em ciclos. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica de custos com o pessoal em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 é apresentado de seguida:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2009 a exercer em Julho de 2012	-	84
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	109	217
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	5	11
	-----	-----
	114	312
	===	===

Em 9 de Julho de 2012, foi finalizado o quarto ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 35.850 ao valor por acção de 4,88 Euros.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.2. I).

Em Assembleia Geral de accionistas do BST de 30 de Maio de 2007 foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - BTA que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-BTA. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. A fixação do montante do complemento da pensão de reforma será definida pela comissão de vencimentos quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos. Para este universo está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos, e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social.

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 14.226 e mEuros 13.735, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para pensões e outros encargos” (Nota 22).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme o Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, o BST reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tinha direito até ao fim do seu mandato.

46. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A. foi aprovado o “Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander”. Este plano está dividido em ciclos, tendo sido aprovados até ao momento sete ciclos. O BST está também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção, para os primeiros três ciclos, para os restantes ciclos a comparação é medida só para o retorno total para o accionista.

Os ciclos do plano de acções vinculado a objectivos terminaram nas datas abaixo indicadas e foram atribuídas acções aos seguintes valores por acção:

<u>Ciclo</u>	<u>Data de finalização</u>	<u>Número de acções atribuídas</u>	<u>Valor por acção</u>
Primeiro	6 de Julho de 2009	97.676	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	136.719	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	133.727	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	35.850	4,88 Euros

Conforme descrito na Nota 1.3. o), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica de “Custos com pessoal”, na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, cobertura e execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Nos primeiros seis meses de 2013 e 2012, o custo total do plano para todos os colaboradores do BST abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como segue:

<u>Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander</u>	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2009 a exercer em Julho de 2012	-	545
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	736	736
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	460	533
	-----	-----
	1.196	1.844
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2011:					
PI12	747.059	4,5112	Jul-2012	318	2009
PI13	779.212	5,5707	Jul-2013	320	2010
PI14	609.358	4,5254	Jul-2014	309	2011
Movimento em 2012:					
PI12 - Acções disponibilizadas	(200.897)	-	Jul-2012	(320)	-
PI12 - Acções não disponibilizadas ^(b)	(471.823)	-	Jan-1900	-	-
PI12 - Anulações ^(a)	(74.339)	-	Jan-1900	(2)	-
PI13 - Anulações ^(a)	(76.339)	-	Jan-1900	(2)	-
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2012 e 30 de Junho de 2013:					
PI13	702.873	5,5707	Jul-2013	318	2010
PI14	609.358	4,5254	Jul-2014	309	2011

Notas:

^(a) Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

^(b) Diferença entre o número máximo de acções atribuídas e o número de acções efectivamente entregues. O número de acções entregues resulta da aplicação de um coeficiente calculado em função do desempenho do Grupo Santander aplicado sobre o número máximo de acções atribuídas.

Para os planos de acções vinculados a objectivos em vigor a 30 de Junho de 2013 (5º e 6º ciclos), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

- Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de cada plano.
- O valor relacionado com a posição relativa do Retorno Total para o Accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo “Monte Carlo” com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	PI13	PI14
Volatilidade (*)	49,65%	51,35%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	6,34%	6,06%
Taxa de juro sem risco	3,330%	4,073%

(*) Volatilidade histórica do período correspondente (2 ou 3 anos)

O resultado da aplicação do modelo de simulação assume um valor percentual de 62,62% para o PI13 e de 55,39% para o PI14, aos quais se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo de RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)47. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7**BALANÇO**Categorias de instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	30-06-2013				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	48.098	191.917	-	240.015
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	315.735	55.220	-	370.955
Activos financeiros detidos para negociação	2.083.311	-	-	-	2.083.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	94.691	-	-	-	94.691
Activos financeiros disponíveis para venda	4.772.618	-	20.984	(63.971)	4.729.631
Aplicações em instituições de crédito	-	2.999.304	-	-	2.999.304
Crédito a clientes	45.991	27.742.015	-	(1.044.941)	26.743.065
Derivados de cobertura	204.413	-	-	-	204.413
	<u>7.201.024</u>	<u>31.105.152</u>	<u>268.121</u>	<u>(1.108.912)</u>	<u>37.465.385</u>
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	6.346.572	-	-	6.346.572
Passivos financeiros detidos para negociação	1.843.981	-	-	-	1.843.981
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.716.523	-	-	3.716.523
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.542.208	17.584.713	137.116	-	21.264.037
Responsabilidades representadas por títulos	1.399.849	1.255.960	-	-	2.655.809
Derivados de cobertura	390.519	-	-	-	390.519
Passivos subordinados	-	4.306	-	-	4.306
	<u>7.176.557</u>	<u>28.908.074</u>	<u>137.116</u>	<u>-</u>	<u>36.221.747</u>
31-12-2012					
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	141.602	210.763	-	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	321.628	63.695	-	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.265.495	-	-	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	-	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.527.449	-	21.398	(58.983)	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	-	3.097.422	-	-	3.097.422
Crédito a clientes	49.565	27.895.746	-	(965.662)	26.979.649
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	284.850
	<u>6.221.094</u>	<u>31.456.398</u>	<u>295.856</u>	<u>(1.024.645)</u>	<u>36.948.703</u>
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	5.837.242	-	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.048.743	-	-	-	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.949.574	-	-	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.070.416	18.309.464	117.294	-	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	2.637.250	1.316.269	-	-	3.953.519
Derivados de cobertura	455.911	-	-	-	455.911
Passivos subordinados	-	4.311	-	-	4.311
	<u>8.212.320</u>	<u>27.416.860</u>	<u>117.294</u>	<u>-</u>	<u>35.746.474</u>

No exercício de 2012 não ocorreram movimentos de reclassificação de activos financeiros, excepto no que se refere à reclassificação das unidades de participação dos Fundos “Lusimovest” e “Novimovest” da rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” para a rubrica “Activos disponíveis para venda” (Nota 9).

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura de justo valor são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção relativamente ao risco coberto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2013 e 2012, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2013					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	1.044.161	(1.034.974)	9.187	-	-	-
Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.601	(1.403)	1.198	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6.562	(8.541)	(1.979)	129.474	-	129.474
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	31.270	-	31.270	-	-	-
Crédito a clientes	632.624	(351.176)	281.448	-	-	-
Derivados de cobertura	251.019	(217.025)	33.994	-	(38.287)	(38.287)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(26.148)	(26.148)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	55.843	(209.052)	(153.209)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	25.616	(28.118)	(2.502)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(84)	(84)	-	-	-
	2.049.696	(1.876.521)	173.175	129.474	(38.287)	91.187
Garantias prestadas	10.099	(2.265)	7.834	-	-	-
Linhas de crédito	5.797	(758)	5.039	-	-	-

	30-06-2012					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	4.079.823	(4.094.349)	(14.526)	-	-	-
Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	13.196	-	13.196	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	162.663	(4.035)	158.628	137.653	-	137.653
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	29.364	-	29.364	-	-	-
Crédito a clientes	661.354	(312.631)	348.723	-	-	-
Derivados de cobertura	534.253	(568.328)	(34.075)	24.724	-	24.724
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(57.180)	(57.180)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	25.610	(240.989)	(215.379)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	80.400	(115.600)	(35.200)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(108)	(108)	-	-	-
	5.586.663	(5.393.220)	193.443	162.377	-	162.377
Garantias prestadas	10.753	(6.886)	3.867	-	-	-
Linhas de crédito	8.544	(3.150)	5.394	-	-	-

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 30 de Junho de 2013 e 2012, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 1.729 e mEuros 2.610, respectivamente (Nota 36).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos primeiros semestres de 2013 e 2012, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2013			30-06-2012		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<u>Activo</u>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	588	-	588	1.051	-	1.051
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9	-	9	116	-	116
Activos financeiros disponíveis para venda	73.285	-	73.285	103.991	-	103.991
Aplicações em instituições de crédito	30.673	-	30.673	28.197	-	28.197
Crédito a clientes	390.225	(77)	390.148	537.866	(357)	537.509
	<u>494.780</u>	<u>(77)</u>	<u>494.703</u>	<u>671.221</u>	<u>(357)</u>	<u>670.864</u>
<u>Passivo</u>						
Recursos de bancos centrais	-	(12.030)	(12.030)	-	(29.976)	(29.976)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(14.118)	(14.118)	-	(27.204)	(27.204)
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.297	(208.987)	(204.690)	4.259	(240.301)	(236.042)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(27.694)	(27.694)	-	(95.565)	(95.565)
Passivos subordinados	-	(84)	(84)	-	(108)	(108)
	<u>4.297</u>	<u>(262.913)</u>	<u>(258.616)</u>	<u>4.259</u>	<u>(393.154)</u>	<u>(388.895)</u>
Garantias prestadas	9.974	-	9.974	9.531	-	9.531
Linhas de crédito	3.933	-	3.933	3.606	-	3.606

Nos primeiros semestres de 2013 e 2012 os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa efectiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2013			30-06-2012		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<u>Activo</u>						
Crédito a clientes	25.669	(7.441)	18.228	27.394	(6.313)	21.081
<u>Passivo</u>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.227	-	18.227	17.081	-	17.081

O Banco reconheceu durante os primeiros semestres de 2013 e 2012 proveitos financeiros referentes a "Juros e rendimentos similares" com operações de crédito vencido ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 4.647 e mEuros 4.601, respectivamente (Nota 29).

OUTRAS DIVULGAÇÕES**Contabilidade de cobertura**

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2013					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	40.853	41.181	4.783	45.964	40.853	(5.087)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.097.818	247.354	2.345.172	2.075.000	(268.735)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.493.380)	(3.530.125)	(12.083)	(3.542.208)	3.555.712	32.458
Responsabilidades representadas por títulos	(1.409.123)	(1.438.635)	38.786	(1.399.849)	1.520.493	(29.267)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	5.657.593	5.657.593	-	5.657.593	5.550.000	74.037
Responsabilidades representadas por títulos	(1.188.913)	(1.188.913)	-	(1.188.913)	650.000	10.488
	<u>1.682.030</u>	<u>1.638.919</u>	<u>278.840</u>	<u>1.917.759</u>	<u>13.392.058</u>	<u>(186.106)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2012					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	43.084	43.446	6.100	49.546	43.085	(6.414)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.833	321.577	2.440.410	2.075.000	(363.798)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.154.198)	(3.181.058)	(45.294)	(3.226.352)	3.143.327	60.476
Responsabilidades representadas por títulos	(2.612.943)	(2.646.979)	9.729	(2.637.250)	2.727.380	(2.590)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.974.694	3.974.694	-	3.974.694	2.950.000	141.265
	<u>325.637</u>	<u>308.936</u>	<u>292.112</u>	<u>601.048</u>	<u>10.938.792</u>	<u>(171.061)</u>

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência de cash flows que venham a afectar os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2013					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	1.442	2.558	47.755	48.011	(16.661)	83.105
FRA's	1.420	-	-	-	-	1.420
	<u>2.862</u>	<u>2.558</u>	<u>47.755</u>	<u>48.011</u>	<u>(16.661)</u>	<u>84.525</u>

	31-12-2012					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	33.743	12.489	3.821	61.976	29.236	141.265

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2013 e 2012, as ineficiências de cobertura não tiveram impacto ao nível da demonstração dos resultados.

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos semestres findos em 30 de Junho de 2013 e 2012, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	Resultados em activos e passivos ao justo valor através de resultados					
	30-06-2012			30-06-2012		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	(1.317)	1.317	-	976	(976)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(74.224)	74.224	-	56.828	(56.828)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	33.254	(32.325)	929	3.115	(2.909)	206
Responsabilidades representadas por títulos	24.543	(26.081)	(1.538)	(20.030)	19.673	(357)
	<u>(17.744)</u>	<u>17.135</u>	<u>(609)</u>	<u>40.889</u>	<u>(41.040)</u>	<u>(151)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Justo valor de instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2013		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	240.015	240.015
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	370.955	370.955
Activos financeiros detidos para negociação	2.083.311	-	2.083.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	94.691	-	94.691
Activos financeiros disponíveis para venda	4.715.668	13.963	4.729.631
Aplicações em instituições de crédito	-	2.999.304	2.999.304
Crédito a clientes	45.964	26.697.101	26.743.065
Derivados de cobertura	204.413	-	204.413
	<u>7.144.047</u>	<u>30.321.338</u>	<u>37.465.385</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	-	6.346.572	6.346.572
Passivos financeiros detidos para negociação	1.843.981	-	1.843.981
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.716.523	3.716.523
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.542.208	17.721.829	21.264.037
Responsabilidades representadas por títulos	1.399.849	1.255.960	2.655.809
Derivados de cobertura	390.519	-	390.519
Passivos subordinados	-	4.306	4.306
	<u>7.176.557</u>	<u>29.045.190</u>	<u>36.221.747</u>
<u>31-12-2012</u>			
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	352.365	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	385.323	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.265.495	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.475.179	14.685	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	-	3.097.422	3.097.422
Crédito a clientes	49.546	26.930.103	26.979.649
Derivados de cobertura	284.850	-	284.850
	<u>6.168.805</u>	<u>30.779.898</u>	<u>36.948.703</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	-	5.837.242	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.048.743	-	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.949.574	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.070.416	18.426.758	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	2.637.250	1.316.269	3.953.519
Derivados de cobertura	455.911	-	455.911
Passivos subordinados	-	4.311	4.311
	<u>8.212.320</u>	<u>27.534.154</u>	<u>35.746.474</u>

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

30-06-2013					
Custo de aquisição	Periodificações	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
Activo					
Activos financeiros detidos para negociação	236.100	-	1.847.211	-	2.083.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.207	3.776	708	-	94.691
Activos financeiros disponíveis para venda	4.853.368	54.788	(382.893)	247.354	4.715.668
Crédito a clientes	40.853	355	-	4.783	45.964
Derivados de cobertura	-	-	204.413	-	204.413
	<u>5.220.528</u>	<u>58.919</u>	<u>1.669.439</u>	<u>252.137</u>	<u>7.144.047</u>
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.843.981	-	1.843.981
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.493.380	36.745	-	12.083	3.542.208
Responsabilidades representadas por títulos	1.409.123	29.512	-	(38.786)	1.399.849
Derivados de cobertura	-	-	390.519	-	390.519
	<u>4.902.503</u>	<u>66.257</u>	<u>2.234.500</u>	<u>(26.703)</u>	<u>7.176.557</u>
31-12-2012					
Custo de aquisição	Periodificações	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
Activo					
Activos financeiros detidos para negociação	233.413	-	2.032.082	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.279	1.344	2.112	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.665.652	52.586	(512.366)	321.577	3.475.179
Crédito a clientes	43.084	381	-	6.100	49.546
Derivados de cobertura	-	-	284.850	-	284.850
	<u>4.032.428</u>	<u>54.311</u>	<u>1.806.678</u>	<u>327.677</u>	<u>6.168.805</u>
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	2.048.743	-	2.048.743
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.999.936	25.186	-	45.294	3.070.416
Responsabilidades representadas por títulos	2.612.943	34.036	-	(9.729)	2.637.250
Derivados de cobertura	-	-	455.911	-	455.911
	<u>5.612.879</u>	<u>59.222</u>	<u>2.504.654</u>	<u>35.565</u>	<u>8.212.320</u>

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

30-06-2013				
Metodologia de apuramento do justo valor				
Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização			Total
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	236.148	1.847.163	-	2.083.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	94.691	-	-	94.691
Activos financeiros disponíveis para venda	3.918.658	750.345	46.665	4.715.668
Crédito a clientes	-	45.964	-	45.964
Derivados de cobertura	-	204.413	-	204.413
	<u>4.249.497</u>	<u>2.847.885</u>	<u>46.665</u>	<u>7.144.047</u>
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.843.981	-	1.843.981
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.542.208	-	3.542.208
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.399.849	-	1.399.849
Derivados de cobertura	-	390.519	-	390.519
	-	<u>7.176.557</u>	-	<u>7.176.557</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2012			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização		Total
		(Nível 2)	(Nível 3)	
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	233.612	2.031.883	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.207.474	227.682	40.023	3.475.179
Crédito a clientes	-	49.546	-	49.546
Derivados de cobertura	-	284.850	-	284.850
	<u>3.534.821</u>	<u>2.593.961</u>	<u>40.023</u>	<u>6.168.805</u>
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	2.048.743	-	2.048.743
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.070.416	-	3.070.416
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.637.250	-	2.637.250
Derivados de cobertura	-	455.911	-	455.911
	<u>-</u>	<u>8.212.320</u>	<u>-</u>	<u>8.212.320</u>

A valorização dos activos e passivos financeiros do Banco compreendem três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, dívida privada, fundos de investimento imobiliário e acções.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização de cash flows futuros e a modelos de valorização baseados no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

<u>Instrumento financeiro derivado</u>	<u>Principais técnicas de valorização</u>
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados alguns títulos não cotados em mercados activos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A curva de taxa de juro para os prazos e moedas mais representativas são as seguintes:

	30-06-2013		31-12-2012	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0,34%	0,41%	0,50%	0,30%
1 mês	0,22%	0,30%	0,12%	0,19%
3 meses	0,28%	0,28%	0,19%	0,25%
6 meses	0,34%	0,30%	0,32%	0,46%
9 meses	0,39%	0,33%	0,43%	0,62%
1 ano	0,43%	0,36%	0,55%	0,77%
3 anos	0,78%	0,82%	0,47%	0,48%
5 anos	1,23%	1,59%	0,76%	0,83%
7 anos	1,61%	2,20%	1,11%	1,25%
10 anos	2,05%	2,80%	1,55%	1,76%

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou custo histórico era o seguinte:

	30-06-2013		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	240.015	240.015	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	370.955	370.955	-
Activos financeiros disponíveis para venda	13.963	13.963	-
Aplicações em instituições de crédito	2.999.304	3.121.408	122.104
Crédito a clientes	26.697.101	23.902.353	(2.794.748)
	<u>30.321.338</u>	<u>27.648.694</u>	<u>(2.672.644)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	(6.346.572)	(5.960.337)	386.235
Recursos de outras instituições de crédito	(3.716.523)	(3.745.694)	(29.171)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(17.721.829)	(17.853.677)	(131.848)
Responsabilidades representadas por títulos	(1.255.960)	(943.947)	312.013
Passivos subordinados	(4.306)	(4.286)	20
	<u>(29.045.190)</u>	<u>(28.507.941)</u>	<u>537.249</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2012		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352.365	352.365	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	385.323	385.323	-
Activos financeiros disponíveis para venda	14.685	14.685	-
Aplicações em instituições de crédito	3.097.422	3.279.009	181.587
Crédito a clientes	26.930.103	24.481.609	(2.448.494)
	<u>30.779.898</u>	<u>28.512.991</u>	<u>(2.266.907)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	(5.837.242)	(4.936.307)	900.935
Recursos de outras instituições de crédito	(1.949.574)	(1.986.334)	(36.760)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(18.426.758)	(18.619.478)	(192.720)
Responsabilidades representadas por títulos	(1.316.269)	(1.062.612)	253.657
Passivos subordinados	(4.311)	(4.299)	12
	<u>(27.534.154)</u>	<u>(26.609.030)</u>	<u>925.124</u>

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- O justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção do último trimestre, para efeito do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês para cada tipo de depósito;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos foi efectuado o desconto dos fluxos futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos fluxos de caixa futuros, foram utilizadas as taxas de juro de mercado e os prazos residuais para cada emissão.

O Banco regista em balanço os ganhos iniciais em instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de outras técnicas de valorização, nomeadamente em operações de derivados com clientes classificados internamente como "Clientes de Retalho".

Tal procedimento foi introduzido na sequência da segmentação de clientes efectuada e, nos termos da IAS 39, atendendo ao facto de na utilização de outras técnicas de valorização para apuramento do justo valor destas operações realizadas com "Clientes de Retalho", nem todos os dados utilizados na valorização poderem, inequivocamente, ser considerados como observáveis de mercado.

O Grupo classifica internamente os clientes de acordo com os seguintes critérios:

- Grandes Clientes – Grandes empresas e entidades institucionais (entidades do sector financeiro, nomeadamente bancos e companhias de seguros, e entidades do sector público);
- Clientes de Retalho.

GESTÃO DE RISCOS**RISCO DE CRÉDITO**

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2013		31-12-2012	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	240.015	240.015	352.365	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	370.955	370.955	385.323	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.083.311	2.083.311	2.265.495	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	94.691	94.691	93.735	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	4.729.631	4.729.631	3.489.864	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	2.999.304	2.999.304	3.097.422	3.097.422
Crédito a clientes	26.743.065	31.597.502	26.979.649	32.979.164
Derivados de cobertura	204.413	204.413	284.850	284.850
Investimentos em associadas	149.757	149.757	142.994	142.994
	<u>37.615.142</u>	<u>42.469.579</u>	<u>37.091.697</u>	<u>43.091.212</u>
Garantias prestadas e créditos documentários (Nota 28)	<u>1.355.052</u>	<u>1.355.052</u>	<u>1.345.643</u>	<u>1.345.643</u>

A exposição máxima em "Crédito a clientes" em 30 de Junho de 2013, inclui mEuros 973.474 e mEuros 3.880.963 referente a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

respectivamente (mEuros 1.496.610 e mEuros 4.502.905 em 31 de Dezembro de 2012, respectivamente).

Crédito concedido

Periodicamente, o Banco analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 11). Neste âmbito, em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o crédito concedido a clientes sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Crédito ao consumo	1.042.755	1.048.143
Crédito à habitação	14.508.562	14.823.138
Outros créditos concedidos a particulares	368.368	412.022
Cartões de crédito de particulares	<u>230.069</u>	<u>235.682</u>
Total de crédito a particulares sem indícios de imparidade	<u>16.149.755</u>	<u>16.518.985</u>
Crédito concedido a grandes empresas	1.555.425	1.540.037
Crédito concedido a médias empresas	3.722.024	3.934.174
Crédito concedido a pequenas empresas	573.279	582.817
Leasing	725.799	803.190
Factoring	981.675	942.936
Cartões de crédito de empresas	12.536	12.529
Papel comercial	<u>1.709.934</u>	<u>1.451.056</u>
Total de crédito a empresas sem indícios de imparidade	<u>9.280.671</u>	<u>9.266.739</u>
Garantias prestadas	<u>1.221.105</u>	<u>1.254.586</u>
Total de crédito concedido sem indícios de imparidade	<u><u>26.651.531</u></u>	<u><u>27.040.310</u></u>

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 euros são efectuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvido pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente, uma probabilidade de default a um ano que o banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o rating vem determinado pela análise dos seguintes factores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Genericamente, a classificação de rating interno do Banco pode ser descrito e classificado da seguinte forma:

- Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
- Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
- Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o crédito concedido a empresas sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe por rating interno:

	30-06-2013		31-12-2012	
	Crédito concedido	Garantias prestadas	Crédito concedido	Garantias prestadas
Rating 7 - 9	262.651	13.241	82.325	22.249
Rating 4 - 6	4.964.420	993.673	5.008.549	973.574
Rating 1 - 3	798.592	74.813	759.243	115.581
	6.025.663	1.081.727	5.850.117	1.111.404
Sem Rating	1.532.538	104.285	1.953.037	107.950
	7.558.201	1.186.012	7.803.154	1.219.354
Cartões de crédito de empresas	12.536	-	12.529	-
Instituições financeiras	-	35.093	-	35.232
Papel comercial	1.709.934	-	1.451.056	-
	9.280.671	1.221.105	9.266.739	1.254.586

Relativamente ao crédito concedido a particulares sem indícios de imparidade, as provisões obtidas a partir do modelo de imparidade em vigor no Banco em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 ascendem a mEuros 63.229 e mEuros 56.185, respectivamente, correspondentes a percentagens nas mesmas datas de 0,39% e 0,34%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o crédito concedido a clientes com indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Vincendo	1.263.784	1.072.211
Vencido		
. Até 90 dias	45.419	46.934
. Entre 90 e 180 dias	46.667	97.166
. Mais de 180 dias	948.314	882.487
	-----	-----
	1.040.400	1.026.587
	=====	=====
Garantias prestadas	134.349	91.057
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o montante de crédito vencido ou com imparidade apurada através de análise específica que se encontra colateralizado por garantia hipotecária, por penhor de depósitos no Banco, por títulos de dívida emitidos pela própria instituição ou sem garantia, apresenta a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>		<u>31-12-2012</u>	
	<u>Capital em</u>	<u>Valorização da</u>	<u>Capital em</u>	<u>Valorização da</u>
	<u>dívida</u>	<u>garantia/colateral</u>	<u>dívida</u>	<u>garantia/colateral</u>
Garantia superior ao capital em dívida	365.335	950.951	368.871	963.298
Garantia inferior ao capital em dívida	339.437	63.127	350.710	82.764
Sem garantia	1.188.991	-	1.303.597	-
	<u>1.893.763</u>		<u>2.023.178</u>	

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 268.657 e mEuros 272.476, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	277.213	245.156
. Unidades de participação	18.663	18.663
. Equipamento	5.619	5.558
Outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	80.170	104.673
Activos financeiros disponíveis para venda	22.121	22.121
	<u>403.786</u>	<u>396.171</u>
Imparidade para activos não correntes detidos para venda (Nota 13):		
. De imóveis recebidos em dação em pagamento	(87.054)	(71.078)
. De unidades de participação	(4.000)	(4.000)
. De equipamento	(4.075)	(3.574)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	(17.879)	(22.921)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	(22.121)	(22.121)
	<u>(135.129)</u>	<u>(123.694)</u>
	<u>268.657</u>	<u>272.477</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o valor de balanço referente a instrumentos de dívida apresenta o seguinte detalhe, por rating externo:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P		
BB+ / BB / BB-	<u>94.691</u>	<u>93.735</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P		
AA+ / AA / AA-	7.929	7.948
BBB+ / BBB / BBB-	1.005.801	981.608
BB+ / BB / BB-	2.450.775	1.658.576
B+ / B / B-	495.101	291.757
Sem rating externo	<u>437.866</u>	<u>339.241</u>
	<u>4.397.472</u>	<u>3.279.130</u>
	<u>4.492.163</u>	<u>3.372.865</u>

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do Balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

No âmbito da sua política de liquidez, em 30 de Junho de 2013, o Banco tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) de mEuros 10.000.000, do qual estão utilizados mEuros 141.830.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2013, os cashflows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2013							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	192.035	59	182	487	486	54.079	-	247.328
Disponibilidades em outras instituições de crédito	370.955	-	-	-	-	-	-	370.955
Activos financeiros detidos para negociação	2.083.311	-	-	-	-	-	-	2.083.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	94.901	-	-	-	-	-	94.901
Activos financeiros disponíveis para venda	2	200.975	454.009	1.567.744	1.119.954	1.977.855	380.164	5.700.703
Aplicações em instituições de crédito	818.888	538.291	156.650	1.506.253	66.326	54.143	-	3.140.551
Crédito a clientes	724.607	3.133.966	3.988.027	4.645.280	3.109.170	15.278.835	-	30.879.885
Derivados de cobertura	204.413	-	-	-	-	-	-	204.413
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	150.417	150.417
	4.394.211	3.968.192	4.598.868	7.719.764	4.295.936	17.364.912	530.581	42.872.464
Passivo								
Recursos de bancos centrais	1.300.135	-	-	5.077.233	-	-	-	6.377.368
Passivos financeiros detidos para negociação	1.843.981	-	-	-	-	-	-	1.843.981
Recursos de outras instituições de crédito	1.291.720	1.785.085	79.708	594.391	1.376	-	-	3.752.280
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.551.779	3.522.159	4.791.542	6.985.774	763.745	352.095	-	21.967.094
Responsabilidades representadas por títulos	(38.786)	25.473	287.132	1.421.908	189.611	854.713	-	2.740.051
Derivados de cobertura	390.519	-	-	-	-	-	-	390.519
Passivos subordinados	-	4.319	-	-	-	-	-	4.319
	10.339.348	5.337.036	5.158.382	14.079.306	954.732	1.206.808	-	37.075.612
31-12-2012								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	210.893	265	811	2.152	2.155	189.963	-	406.239
Disponibilidades em outras instituições de crédito	385.323	-	-	-	-	-	-	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.265.495	-	-	-	-	-	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	94.901	-	-	-	-	94.901
Activos financeiros disponíveis para venda	2	3.394	328.007	1.380.559	408.460	2.049.478	254.623	4.424.523
Aplicações em instituições de crédito	1.121.616	62.420	41.207	1.621.882	367.855	88.395	-	3.303.375
Crédito a clientes	502.799	2.746.191	4.504.003	4.864.323	3.258.002	15.457.201	-	31.332.519
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	-	-	-	284.850
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	142.994	142.994
	4.770.978	2.812.270	4.968.929	7.868.916	4.036.472	17.785.037	397.617	42.640.219
Passivo								
Recursos de bancos centrais	800.116	-	-	5.115.850	-	-	-	5.915.966
Passivos financeiros detidos para negociação	2.048.743	-	-	-	-	-	-	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	382.424	980.845	27.004	325.569	277.780	-	-	1.993.622
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.157.636	3.934.261	4.749.942	4.967.092	1.954.508	467.408	-	22.230.847
Responsabilidades representadas por títulos	(9.730)	37.907	1.158.565	1.757.213	252.846	866.583	-	4.063.384
Derivados de cobertura	455.911	-	-	-	-	-	-	455.911
Passivos subordinados	-	4.325	-	-	-	-	-	4.325
	9.835.100	4.957.338	5.935.511	12.165.724	2.485.134	1.333.991	-	36.712.798

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente os seguintes:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Grupo considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram considerados com uma maturidade média de 25 meses;

- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Grupo, consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional dos riscos. Para condições anormais de mercado procede-se à Análise de Cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*Loss Triggers* e *Stop Losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**Risco de taxa de juro**

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2013				
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	48.098	191.917	-	240.015
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	370.955	-	370.955
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	236.148	1.847.163	2.083.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.206	-	4.485	-	94.691
Activos financeiros disponíveis para venda	3.646.842	846.141	236.648	-	4.729.631
Aplicações em instituições de crédito	1.608.190	1.374.031	17.083	-	2.999.304
Crédito a clientes	1.826.212	24.859.898	56.955	-	26.743.065
Derivados de cobertura	-	-	-	204.413	204.413
	7.171.450	27.128.168	1.114.191	2.051.576	37.465.385
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	6.300.008	46.564	-	6.346.572
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.843.981	1.843.981
Recursos de outras instituições de crédito	3.300.081	275.229	141.213	-	3.716.523
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.901.546	182.541	5.179.950	-	21.264.037
Responsabilidades representadas por títulos	1.409.123	1.257.511	(10.825)	-	2.655.809
Derivados de cobertura	-	-	-	390.519	390.519
Passivos subordinados	-	4.275	31	-	4.306
	20.610.750	8.019.564	5.356.933	2.234.500	36.221.747

	31-12-2012				
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	141.602	210.763	-	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	385.323	-	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	233.639	2.031.856	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.279	-	3.456	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	2.880.140	551.079	58.645	-	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	1.717.489	1.347.731	32.202	-	3.097.422
Crédito a clientes	1.639.586	25.224.780	115.283	-	26.979.649
Derivados de cobertura	-	-	-	284.850	284.850
	6.327.494	27.265.192	1.039.311	2.316.706	36.948.703
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	5.800.016	37.226	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	2.048.743	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	1.512.634	272.851	164.089	-	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.251.049	4.912.351	333.774	-	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	2.629.994	1.300.370	23.155	-	3.953.519
Derivados de cobertura	-	-	-	455.911	455.911
Passivos subordinados	-	4.275	36	-	4.311
	20.393.677	12.289.863	558.280	2.504.654	35.746.474

Instrumentos financeiros – balanço estrutural (exclui activos e passivos de negociação)

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira pode sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os activos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
 - Pressupõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
 - Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.
- Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente; e
- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações de 100 basis points (bp's) para um horizonte temporal de um ano corresponde a:

	30-06-2013		31-12-2012	
	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	476	(209)	1.379	(759)
Activos financeiros disponíveis para venda	5.440	(2.718)	3.855	(2.472)
Aplicações em instituições de crédito	21.183	(9.961)	19.133	(11.033)
Crédito a clientes	204.507	(92.346)	202.472	(110.796)
	<u>231.606</u>	<u>(105.234)</u>	<u>226.839</u>	<u>(125.060)</u>
Derivados de cobertura	(39.805)	18.100	(36.845)	21.261
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	62.917	(30.759)	57.222	(39.964)
Recursos de outras instituições de crédito	30.545	(13.536)	21.464	(13.221)
Recursos de clientes e outros empréstimos	70.960	(33.593)	80.401	(48.644)
Responsabilidades representadas por títulos	9.702	(4.630)	10.131	(6.191)
	<u>174.124</u>	<u>(82.518)</u>	<u>169.218</u>	<u>(108.020)</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos);
- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela Metodologia de Risco de Mercado.

De qualquer forma, os valores do VaR são os que forem maiores quando se realiza o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes.

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos de 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo da distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados, e ficam recolhidos nos valores do VaR, os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
VaR Percentil 99%	(17)	(9)
VaR Weighted Percentil 99%	(7)	(13)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	<u>30-06-2013</u>			<u>Total</u>
	<u>Euros</u>	<u>Dólares Norte-Americanos</u>	<u>Outras moedas</u>	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	237.382	1.833	800	240.015
Disponibilidades em outras instituições de crédito	332.274	17.140	21.541	370.955
Activos financeiros detidos para negociação	2.042.171	41.007	133	2.083.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	94.691	-	-	94.691
Activos financeiros disponíveis para venda	4.721.703	7.928	-	4.729.631
Aplicações em instituições de crédito	2.602.940	357.785	38.579	2.999.304
Crédito a clientes	26.648.228	44.592	50.245	26.743.065
Derivados de cobertura	203.664	749	-	204.413
	<u>36.883.053</u>	<u>471.034</u>	<u>111.298</u>	<u>37.465.385</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	6.346.572	-	-	6.346.572
Passivos financeiros detidos para negociação	1.842.383	1.464	134	1.843.981
Recursos de outras instituições de crédito	3.259.803	441.715	15.005	3.716.523
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.266.306	814.589	183.142	21.264.037
Responsabilidades representadas por títulos	2.655.809	-	-	2.655.809
Derivados de cobertura	388.042	2.477	-	390.519
Passivos subordinados	4.306	-	-	4.306
	<u>34.763.221</u>	<u>1.260.245</u>	<u>198.281</u>	<u>36.221.747</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2012			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	346.048	3.736	2.581	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	357.445	12.559	15.319	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.263.593	1.871	31	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.481.916	7.948	-	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	2.704.835	352.396	40.191	3.097.422
Crédito a clientes	26.912.436	37.617	29.596	26.979.649
Derivados de cobertura	284.180	670	-	284.850
	<u>36.444.188</u>	<u>416.797</u>	<u>87.718</u>	<u>36.948.703</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	5.837.242	-	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.046.582	2.085	76	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	1.576.925	366.025	6.624	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.491.407	826.056	179.711	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	3.953.519	-	-	3.953.519
Derivados de cobertura	454.133	1.778	-	455.911
Passivos subordinados	4.311	-	-	4.311
	<u>34.364.119</u>	<u>1.195.944</u>	<u>186.411</u>	<u>35.746.474</u>

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o VaR associado ao risco cambial corresponde a:

	<u>30-06-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
VaR Percentil 99%	(3)	(11)
VaR Weighted Percentil 99%	(4)	(9)

Risco de cotações de activos**Instrumentos financeiros - negociação**

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o Banco não tinha risco associado a cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Períodificação	Correcções de Valor por operações de cobertura	Total Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanco Consolidado							
Obrigações em Circulação											
Obrigações de Caixa											
AutoCallable 80-20 2ª serie	EUR	2.950	-	2.950	-	(598)	2.352	Variável	30-Ago-2010	30-Ago-2013	Cabaz de Acções
Europa 155	EUR	1.920	-	1.920	1	(13)	1.908	Variável	28-Jun-2010	28-Jun-2014	Índice acionista
Performance Mais	EUR	63.096	63.096	-	-	-	-	Variável	24-Nov-2009	24-Nov-2014	Cabaz Índices
Performance Mais II	EUR	13.731	13.731	-	-	-	-	Variável	22-Dez-2009	15-Jan-2015	Cabaz Índices
Rendimento Europeu	EUR	99.796	99.796	-	-	-	-	Variável	6-Ago-2009	6-Ago-2014	Índice acionista
ST Diversificação Invest 3º amortização Clientes	EUR	23.913	6.925	16.988	208	1.727	18.923	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2015	Cabaz Índices
ST Diversificação Invest 4º amortização Clientes	EUR	23.913	6.925	16.988	-	-	16.988	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2017	Cabaz Índices
Valorização Performance 5 anos	EUR	21.533	-	21.533	296	163	21.992	Variável	30-Set-2010	30-Set-2015	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos OUTUBRO 2010	EUR	9.993	-	9.993	133	39	10.165	Variável	2-Nov-2010	2-Nov-2015	Cabaz de índices
Top Alemanha	EUR	65.042	-	65.042	1.547	1.281	67.870	Variável	14-Fev-2011	13-Fev-2015	Cabaz de Acções
Top Alemanha Fevereiro 2011	EUR	57.892	-	57.892	1.674	975	60.541	Variável	9-Mar-2011	9-Mar-2015	Cabaz de Acções
Valorização China	EUR	56.379	-	56.379	1.261	813	58.453	Variável	11-Abr-2011	2-Abr-2015	Índice FTSE China 25
América Latina	EUR	2.175	-	2.175	46	20	2.241	Variável	20-Mai-2011	20-Mai-2014	Cabaz de Fundos
EUA	EUR	74.607	-	74.607	2.242	519	77.368	Variável	30-Jun-2011	30-Jun-2014	Índice de Acções Standard & Poor's 500
América Latina Top 3	EUR	99.996	-	99.996	2.861	904	103.761	Variável	1-Ago-2011	31-Out-2014	Índice de Acções FTSE Latibex Top
AutoCallable 85-15	EUR	570	-	570	-	(410)	160	Variável	29-Set-2011	29-Set-2014	Cabaz de Acções
		617.506	190.473	427.033	10.269	5.420	442.722				
Obrigações de Caixa - Hipotecárias											
Hipotecárias II	EUR	1.000.000	125.750	874.250	19.244	23.201	916.695	3,25%	21-Out-2009	21-Out-2014	Taxa fixa
Hipotecárias IV - 1ª Tr	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	3,05%	12-Jan-2011	12-Jan-2014	Taxa fixa
Hipotecárias IV - 2ª Tr	EUR	600.000	597.700	2.300	30	-	2.330	2,83%	21-Jan-2011	12-Jan-2014	Taxa fixa
Hipotecárias IV - 4ª Tr	EUR	225.000	225.000	-	-	-	-	2,62%	16-Fev-2011	12-Jan-2014	Taxa fixa
Hipotecárias IV - 5ª Tr	EUR	175.000	175.000	-	-	-	-	3,22%	30-Mar-2011	30-Mar-2014	Taxa fixa
Hipotecárias V	EUR	1.250.000	1.250.000	-	-	-	-	2,70%	23-Mai-2011	23-Mai-2014	Taxa fixa
Hipotecárias VI - 1ª tranche	EUR	250.000	250.000	-	-	-	-	2,71%	4-Nov-2011	4-Nov-2014	Taxa fixa
Hipotecárias VII - 1ª tranche	EUR	380.000	380.000	-	-	-	-	2,71%	4-Nov-2011	4-Nov-2014	Taxa fixa
Hipotecárias VIII - 1ª tranche	EUR	250.000	250.000	-	-	-	-	2,71%	4-Nov-2011	4-Nov-2014	Taxa fixa
Hipotecárias IX - 1ª tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	-	2,59%	2-Abr-2013	2-Abr-2016	Taxa fixa
Hipotecárias IX - 2ª tranche	EUR	1.000.000	1.000.000	-	-	-	-	2,46%	15-Abr-2013	15-Abr-2017	Taxa fixa
		6.380.000	5.503.450	876.550	19.274	23.201	919.025				
Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização											
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	175.097	142.362	32.735	32	-	32.767	Variável	25-Jul-2003	25-Nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe B - Notes	EUR	11.290	11.290	-	-	-	-	Variável	12-Mai-2004	12-Nov-2034	Euribor 3m+0,65% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,95% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe C - Notes	EUR	4.975	4.975	-	-	-	-	Variável	12-Mai-2004	12-Nov-2034	Euribor 3m+1,45% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+1,65% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe D - Notes	EUR	11.000	11.000	-	-	-	-	Variável	12-Mai-2004	12-Nov-2034	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	1.002.524	500.159	502.365	(1.227)	-	501.138	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	36.473	36.473	-	-	-	-	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	115.188	61.601	53.587	2	-	53.589	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	14.000	14.000	-	-	-	-	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	875.463	239.990	635.473	(392)	-	635.081	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	-	Variável	16-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	-	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	9.951	9.951	-	-	-	-	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Leasetotta - Classe A - Notes	EUR	173.649	173.649	-	-	-	-	Variável	20-Abr-2009	15-Jan-2042	Euribor 3m+0,30%
Leasetotta - Classe B - Notes	EUR	260.000	260.000	-	-	-	-	Variável	20-Abr-2009	15-Jan-2042	Euribor 3m+4,75%
Leasetotta - Classe C - Notes	EUR	65.000	65.000	-	-	-	-	Variável	20-Abr-2009	15-Jan-2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
		2.861.610	1.637.450	1.224.160	(1.585)	-	1.222.575				
Outros											
EMTNs	EUR	141.830	2.940	138.890	3	(67.406)	71.487				
		141.830	2.940	138.890	3	(67.406)	71.487				
TOTAL DE RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS		10.000.946	7.334.313	2.666.633	27.961	(38.785)	2.655.809				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 (Nota 23)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total Balanço Consolidado	Taxa de juro	Maturidade
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado			
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	270.447	-	139	139	-	-	2,08%	Perpétuas
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	-	4.275	31	-	31	4.306	2,11%	Perpétuas
Obrigações Perpétuas subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	102	102	-	-	2,11%	Perpétuas
		<u>288.540</u>	<u>284.265</u>	<u>4.275</u>	<u>272</u>	<u>241</u>	<u>31</u>	<u>4.306</u>		